

CAPA DO PROCESSO	
Número do protocolo: 2025.09.12.0014	
Data/Hora:	12/09/2025 22:27:55
Assunto/Tipo:	PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Interessado:	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Descrição do protocolo

Documento de Formalização de Demanda - DFD - Serviços na Realização de Exame de Espirometria e Exame de Eletrocardiograma Clínico.

Consulte o andamento do seu protocolo no nosso site

1 – Para acesso a tramitação processual do documento acima, deverá ser informado na tela de consulta o CPF, em se tratando de pessoa física, ou CNPJ, para pessoa jurídica, acompanhado no número do protocolo acima indicado.

2 – O QR CODE, deste comprovante, pode ser usado para acompanhamento do andamento do protocolo.



2025.09.12.0014

PROTOCOLO: 2025.09.12.0014 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO



Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Setor: ASSESSORIA

Descrição: Documento de Formalização de Demanda - DFD - Serviços na Realização de Exame de Espirometria e Exame de Eletrocardiograma Clínico.

12/09/2025 22:27:55



2025.09.12.0014



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

Memorando nº 014/2025

FL(S)
Nº 02
RUBRICA:

A Sua Excelência a Senhora,
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
São João do Paraíso/MA

São João do Paraíso, 12 de setembro de 2025.

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE:

1.1. Venho, através deste, informar a necessidade da disponibilização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, tendo em vista a crescente demanda de pacientes que necessitam de acompanhamento respiratório e cardiológico. Tais exames são fundamentais para o diagnóstico precoce, monitoramento e tratamento de doenças pulmonares e cardiovasculares, assegurando maior efetividade na atenção à saúde e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população atendida pelo SUS;

1.2. A implantação e oferta regular desses serviços visam atender às necessidades da rede municipal de saúde, proporcionando suporte adequado às equipes médicas na tomada de decisões clínicas e garantindo maior resolutividade no atendimento. Ressalta-se, ainda, que a ausência desses exames compromete a continuidade do cuidado, podendo acarretar atrasos em diagnósticos, evolução desfavorável de quadros clínicos e maior sobrecarga ao sistema.

2. ITENS E QUANTITATIVOS A SER CONTRATADO:

2.1. As especificações e quantitativos indicados baseou-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente, responsável por identificar as necessidades inerentes a pretensa demanda, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	Serviço	850
02	Exame de Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE




PMSJP

3. PREVISÃO PARA CONCLUSÃO DA PRETENSA CONTRATAÇÃO:

FL.(S)
Nº 03
RUBRICA

3.1. A conclusão da pretensa contratação poderá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, a fim de não gerar prejuízos ou descontinuidade das atividades dos órgãos, considerando que a referida contratação, contém diversos procedimentos especiais para a seleção da opção mais vantajosa para a Administração Pública, observando formalidades prévias e princípios fundamentais da atividade administrativa.

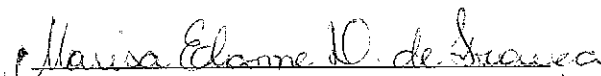
4. RESPONSÁVEL REQUISITANTE:


Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025


Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025

5. APROVAÇÃO/AUTORIDADE SUPERIOR:

5.1. Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a aprovação da pretensa contratação e demais providências cabíveis.


Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025

ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 078/2025

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do cargo em comissão de **BEATRIZ CHAVES MACIEL**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **COORDENADOR(A) DA ATENÇÃO BÁSICA** do município de São João do Paraíso/MA, a senhora **BEATRIZ CHAVES MACIEL**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.347.803-**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 01 de janeiro de 2025.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 08 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 078/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, AOS 08 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 050/2025

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** do cargo em comissão de **MARIA LUCIA DE FRANÇA FERREIRA**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR(A) DO HOSPITAL MUNICIPAL** do município de São João do Paraíso/MA, a senhora **MARIA LUCIA DE FRANÇA FERREIRA**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.645.903-**.


Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 07 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 050/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA, AOS 07 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.


CNPJ: 01.597.629/0001-23
Rua do Comercio, 150 – Centro
CEP: 65973-000 – São João do Paraíso/MA

ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 006/2025

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** para o cargo em comissão de **Secretária Municipal de Saúde** a Sra. **Marisa Elanne Damasceno de França**.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para o cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, a senhora **Marisa Elanne Damasceno de França**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.356.123-***.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 01 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 006/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AO 01 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA N. 024/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de PEDRO VIANA ARRUDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art.1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR MUNICIPAL DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS**, o senhor **PEDRO VIANA ARRUDA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.980.151-**,.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 01 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 024/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AO 01 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL(S)
Nº 08
RUBRICA:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.12.0014

Ao Responsável Técnico,

DESPACHO

Senhores (as),

Com base nas necessidades e especificações apresentadas pelo Documento de Formalização de Demanda – DFD em epigrafe, venho através deste solicitar a elaboração do **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, com a finalidade de demonstrar a real necessidade da contratação, analisar a viabilidade técnica de implementá-la e instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência, como também a elaboração do **Mapa de Gerenciamento de Riscos - MR**, visando análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

São João do Paraíso, 15 de setembro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

FL (S)
Nº 000
RUBRICA: *JA*

Órgão:	Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.
Órgão Requisitante	Secretaria Municipal de Saúde.
Nº Processo Administrativo	2025.09.12.0014

1. PROBLEMA RESUMIDO

1.1. O Município de São João do Paraíso enfrenta limitações na oferta de exames essenciais, como espirometria e eletrocardiograma clínico, fundamentais para o diagnóstico e acompanhamento de doenças respiratórias e cardiovasculares. A ausência desses procedimentos de forma contínua compromete a efetividade dos atendimentos, ocasionando atrasos no diagnóstico, dificuldades no monitoramento de pacientes e sobrecarga ao sistema de saúde, tornando necessária a adoção de medidas que garantam a disponibilidade regular desses serviços à população.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação tem por finalidade assegurar a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, indispensáveis ao diagnóstico precoce, acompanhamento e tratamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, que representam significativa parcela das demandas atendidas pela rede municipal de saúde. A disponibilidade contínua desses procedimentos é essencial para apoiar as equipes médicas na definição de condutas terapêuticas, reduzir riscos de complicações e promover maior resolutividade no atendimento aos usuários do SUS;

2.2 Considerando o aumento da procura por consultas nas áreas de pneumologia e cardiologia, e diante da inexistência de capacidade instalada suficiente no âmbito municipal para suprir essa demanda, torna-se necessário contratar empresa especializada que disponha de estrutura técnica, profissionais habilitados e equipamentos adequados para a execução segura e eficiente dos exames;

2.3 Dessa forma, a contratação se apresenta como medida imprescindível para garantir a integralidade da assistência em saúde, atender às necessidades atuais e prevenir o agravamento de condições clínicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde do Município.

3. REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO:

3.1. Para atender de forma adequada à demanda da rede municipal de saúde, a futura contratação deverá contemplar os seguintes requisitos mínimos:

3.1.1. **Capacidade técnica** – a empresa contratada deverá dispor de equipe de profissionais qualificados e

M. Silva

[Assinatura]



FL.(S)
Nº 10
RUBRICA: H

devidamente habilitados para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

3.1.2. Equipamentos adequados – os exames deverão ser realizados com aparelhos modernos, calibrados e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de saúde competentes, garantindo precisão e confiabilidade nos resultados.

3.1.3. Infraestrutura adequada – a contratada deverá garantir condições apropriadas de espaço físico, higiene e biossegurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a realização dos procedimentos.

3.1.4. Entrega dos resultados – os laudos deverão ser disponibilizados em prazo hábil, em formato físico ou eletrônico, de forma a possibilitar agilidade na tomada de decisão médica e continuidade do cuidado aos pacientes.

3.1.5. Acessibilidade e disponibilidade – os serviços deverão ser ofertados em quantidade suficiente para atender a demanda municipal, respeitando horários e fluxos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

3.1.6. Garantia de confidencialidade – assegurar a proteção e sigilo das informações dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente.

4. SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO:

4.1. No levantamento realizado, identificam-se as seguintes soluções atualmente disponíveis no mercado para viabilizar a execução dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico:

4.2. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PRÓPRIOS:

4.2.1. Vantagens:

4.2.1.1. Promove autonomia do Município, com estrutura própria instalada; permite maior controle da execução e disponibilidade imediata dos exames na rede de saúde; possibilita utilização dos equipamentos por período prolongado.

4.2.2. Desvantagens:

4.2.2.1. Exige investimento inicial elevado em equipamentos; requer manutenção contínua, calibração periódica e substituição de peças; demanda contratação e capacitação permanente de profissionais especializados; implica custos fixos mais altos para a gestão municipal.

4.3. CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS OU PARCERIAS COM HOSPITAIS OU CLÍNICAS LOCAIS:

4.3.1. Vantagens:

4.3.1.1. Aproveita estruturas já existentes; reduz custos de aquisição de equipamentos; possibilita agilidade na implantação dos serviços.

4.3.2. Desvantagens:

4.3.2.1. Pode gerar limitações de vagas e horários de atendimento; dependência da disponibilidade da instituição parceira; risco de baixa padronização nos serviços; necessidade de gestão e monitoramento constantes.



4.4. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS:

FL.(S)

Nº 11

RUBRICA: A

4.4.1. Vantagens:

4.4.1.1. Garante atendimento com estrutura técnica e profissional já consolidada; reduz riscos e custos com manutenção de equipamentos; viabiliza agilidade na execução e emissão de laudos; flexibiliza a gestão da demanda, permitindo que os serviços sejam requisitados de acordo com a necessidade do Município; proporciona maior economia e eficiência administrativa, uma vez que o registro de preços possibilita contratações conforme a demanda, sem necessidade de novas licitações para cada aquisição.

4.4.2. Desvantagens:

4.4.2.1. Gera dependência da contratada; necessidade de acompanhamento rigoroso para garantir qualidade, prazos e cumprimento das normas técnicas; pode haver variação nos valores praticados em futuras adesões, demandando atenção constante da gestão contratual.

4.5. CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE:

4.5.1. Vantagens:

4.5.1.1. Permite ampliar a rede de prestadores e atender maior número de pacientes; possibilita concorrência entre credenciados, podendo gerar melhores condições de custo-benefício.

4.5.2. Desvantagens:

4.5.2.1. Maior complexidade de gestão contratual; necessidade de acompanhamento individual de diversos prestadores; risco de heterogeneidade nos serviços ofertados.

4.6. Após analisar essas possíveis soluções, a escolha da melhor opção dependerá de diversos fatores, como disponibilidade de recursos financeiros, volume de consumo, preferências da gestão pública, entre outros. É importante analisar cuidadosamente cada alternativa considerando suas vantagens e desvantagens, para tomar a decisão mais adequada ao contexto da contratação pública.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO:

5.1. A solução escolhida foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta opção se apresenta como a mais adequada e vantajosa para atender à necessidade identificada, proporcionando benefícios técnicos, operacionais e econômicos, garantindo a execução eficiente dos exames, a agilidade na disponibilização dos laudos e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com as demandas de saúde do Município de São João do Paraíso;

5.2. A solução escolhida visa garantir a realização contínua e de qualidade dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, assegurando que a população do Município de São João do Paraíso tenha acesso



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

regular a procedimentos essenciais para o diagnóstico e acompanhamento de doenças respiratórias e cardiovasculares;

FL(S)
10
RUBRICA

5.3. Além disso, as empresas especializadas geralmente oferecem equipamentos calibrados e profissionais capacitados, o que proporciona maior segurança quanto à precisão dos resultados e à confiabilidade dos laudos, contribuindo também para a otimização de recursos públicos e redução de riscos associados à execução dos exames;

5.4. Dessa forma, a escolha pela contratação de empresa especializada para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços, se mostra como a opção mais vantajosa e assertiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, melhorando a eficiência do atendimento clínico e garantindo resultados confiáveis, dentro de um marco regulatório e de qualidade bem estruturado.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO:

6.1. As especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior, dessa forma entende-se necessária a contratação dos seguintes itens e quantitativos:

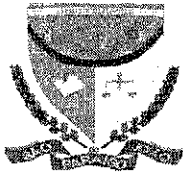
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	Serviço	850
02	Exame de Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200

7. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. Considerando o Decreto Municipal nº 094/2023 e o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, o método aplicado para a definição do valor estimado, baseou-se em pesquisa simplificada de mercado, a fim de realizar o levantamento do eventual gasto com a solução escolhida, de modo a avaliar a vantajosidade e viabilidade econômica da opção;

7.2. Portanto, a estimativa preliminar para o atendimento da pretensa demanda é de **R\$ 391.795,50 (Trezentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)**, dessa forma, segue Relatório de Pesquisa Preliminar de Mercado e Relatório do Fonte de Preços, anexados a este Estudo.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:



8.1. A prestação dos serviços em epígrafe será contratada de forma individualizada e, portanto, é passível de aquisição por item distinto.

8.2. A solução será dividida tendo em vista ser tecnicamente e economicamente viável, levando a um melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

8.3. Nesse contexto a contratação será do tipo **menor preço por item** tendo em vista a ampliação da competitividade.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS COM A CONTRATAÇÃO:

9.1. Primeiramente, quanto à eficiência, a contratação garantirá a continuidade da realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, permitindo o uso racional dos recursos financeiros e a redução de períodos de inatividade, assegurando atendimento contínuo e regular aos pacientes do Município de São João do Paraíso.

9.2. Além disso, busca-se atender ao princípio da economicidade, objetivando a obtenção da melhor relação custo-benefício, de modo que os recursos financeiros, econômicos e administrativos sejam aplicados de forma otimizada, permitindo que os exames sejam realizados de maneira ágil, econômica e sustentável.

9.3. A melhoria na qualidade do atendimento ao paciente também constitui um objetivo essencial, pois a execução eficiente e contínua dos exames contribui para diagnósticos mais precisos, acompanhamento adequado das condições de saúde e maior confiabilidade nos resultados médicos, beneficiando diretamente a população atendida pelo SUS.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

10.1. Antes da formalização da contratação, serão observadas as seguintes providências:

10.1.1. **Disponibilidade orçamentária** – confirmação de dotação orçamentária específica para a contratação, garantindo que os recursos necessários estejam devidamente previstos e liberados conforme a Lei Orçamentária vigente.

10.1.2. **Homologação do Estudo Técnico Preliminar (ETP)** – validação do ETP pelos órgãos competentes, assegurando que a contratação atende aos princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

10.1.3. **Elaboração do Termo de Referência** – definição detalhada das especificações técnicas dos exames, prazos, quantidades estimadas e critérios de execução e fiscalização do serviço, garantindo clareza e objetividade no objeto a ser contratado.

10.1.4. **Verificação da regularidade fiscal e jurídica da futura contratada** – exigência de certidões negativas de débitos, habilitação jurídica e capacidade técnica da empresa, assegurando conformidade com a legislação vigente.



10.1.5. Planejamento da execução – definição de cronograma, logística de atendimento e fluxo de encaminhamento dos pacientes, garantindo que a prestação dos exames seja contínua, organizada e eficiente desde o início do contrato.

10.1.6. Definição de critérios de fiscalização e acompanhamento – estabelecimento de responsáveis técnicos e administrativos para monitorar a execução do contrato, assegurando qualidade, cumprimento de prazos e entrega adequada dos laudos.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

11.1. Após uma análise presente contratação não depende de qualquer outro processo licitatório para surtir seus efeitos, ou seja, ocorre de forma independente. Para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso – MA.

11.2. Este estudo concluiu que a execução do objeto da contratação pode ser integralmente atendida pelos termos e condições estabelecidos na contratação principal, com a necessidade de serviços ou suprimentos adicionais.

12. DA EXIGENCIA DA AMOSTRA:

12.1. As referidas exigências serão disciplinadas posteriormente no Termo de Referência.

13. ÁREA REQUISITANTE:

13.1. Secretaria Municipal de Saúde.

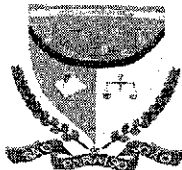
14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

14.1. A execução dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico apresenta impactos ambientais mínimos, uma vez que os procedimentos são não invasivos e de baixo consumo de recursos. Eventuais materiais descartáveis, como ponteiros e luvas, devem ser eliminados conforme normas de resíduos de serviços de saúde, e os equipamentos utilizados de forma eficiente, garantindo economia de energia e preservação da durabilidade dos aparelhos. A higienização dos ambientes e equipamentos seguirá protocolos seguros, assegurando proteção ambiental e a saúde de pacientes e profissionais, não gerando impactos significativos ao meio ambiente.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE QUE DESTINA:

15.1. Os estudos preliminares evidenciam que a contratação pretendida visa atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde deste Município, mostrando-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária;

Mr. Pereira



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE




PMSJP

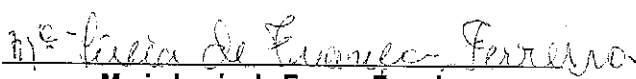
FL.(S)
Nº 16
RUBRICA: A

15.2. Diante do exposto, podemos assegurar que há viabilidade nesta contratação, tanto do ponto de vista técnico quanto gerencial, sendo necessária a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica também pelas autoridades competentes, com o objetivo de tomar ciência dos atos e designar providências cabíveis, se for o caso;

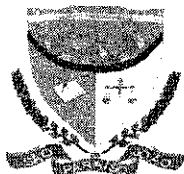
15.3. Logo, DECLARAMOS que, considerando todo o exposto nestes Estudos Preliminares, a contratação:
[X] é viável [] não é viável

16. RESPONSÁVEL TÉCNICO:


Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025


Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025

São João do Paraíso/MA, 22 de setembro de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL(S)
Nº 16
RUBRICA: A

Memorando nº 015/2025

São João do Paraíso, 16 de setembro de 2025.

Ao
Ilmo. Sr.
Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

Processo Administrativo Nº 2025.09.12.0014


DESPACHO

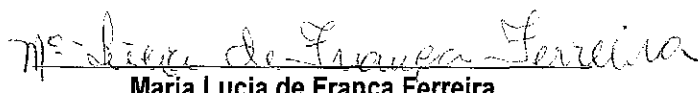
Seção de Cotação,

Venho através deste, solicitar **Pesquisa Preliminar de Mercado** do processo administrativo em epígrafe, podendo ser realizada com base em contratações similares, contratos anteriores do próprio órgão, Fonte De Preços e suas demais fontes, bem como nos demais parâmetros de pesquisa de preços expressos no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

É oportuno ressaltar que a referida pesquisa de preços não servirá ainda como orçamento estimativo da futura contratação, sendo necessária apenas para vislumbrar a vantajosidade e viabilidade econômica da solução escolhida.

Diante do exposto, informo ainda, que as especificações e quantitativos indicados basearam-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior, dessa forma entende-se necessária a Pesquisa Preliminar de Mercado dos seguintes itens e quantitativos elencados na planilha anexa.


Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025


Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
CONSTITUÍDO EM 1964

PMSJP

ANEXO I - PANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL.(S)

Nº 12

RUBRICA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	Serviço	850
02	Exame de Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200

REALIZAÇÃO DE EXAMES
Pesquisa iniciada no dia 23/09/2025 16:31
IP: 191.242.199.165



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 18
RUBRICA

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Preço calculado com base na média aritmética dos preços obtidos para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Valor Estimado	Quantidade	Unidade	Total
1) REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA	1	R\$ 269,91	850.00	SE	R\$ 229.423,50
2) ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO	1	R\$ 135,31	1200.00	SE	R\$ 162.372,00
Total: R\$ 391.795,50					

Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA	1	R\$ 269,91	850.00 / SE	R\$ 229.423,50
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SALITRE				
Razão Social do Fornecedor				CNPJ
1	CENTRO HOSPITALAR ESPECIALIZADO DE ARARIPINA LTDA			07.796.296/0001-48
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...001246449100010010000152025124	10.00	05/05/2025 - 00:00:00	R\$ 269,91
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 269,91				

Item 2		Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO		1	R\$ 135,31	1200,00 / SE	R\$ 162.372,00
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE JATOBA					
Razão Social do Fornecedor					CNPJ
1	INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR				51.311.699/0001-41
Fonte		Identificação		Quant.	Data
PNCP		...000016166780001661000013202512		720.00	09/04/2025 - 00:00:00
					R\$ 135,31
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 135,31					

Valor Total da Cotação: R\$ 391.795,50

DETALHAMENTO DOS ITENS

Item 1: REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA

Quantidade: 850.0000 SE
Descrição: REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1] R\$ 269,91

Órgão
MUNICIPIO DE SALITRE

UASG
202504

Objeto

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM E CONSULTAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIR DE APOIO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SALITRE/CE

Descrição

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES POR IMAGEM E CONSULTAS ESPECIALIZADAS PARA SERVIR DE APOIO A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SALITRE/CE / ESPIROMETRIA

Dados

Data de homologação: 05/05/2025 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: NÃO
Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 124
Identificação: 00000001246449100010010000152025124
Quantidade: 10.00 Unidade: UND UF: CE

REALIZAÇÃO DE EXAMES
Pesquisa iniciada no dia 23/09/2025 16:31
IP: 191.242.199.165



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP
FL.(S)
Nº 19
RUBRICA: A

Ajuste de frete: Não se aplica **Valor do frete:** R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: CENTRO HOSPITALAR ESPECIALIZADO DE ARARIPINA LTDA

CNPJ: 07.796.296/0001-48

Porte: ME

UF: CE

Item 2: ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO

Quantidade: 1200.0000 SE

Descrição: ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO

Justificativas: -

Preço (PNCP) (1)

R\$ 135,31

Órgão

MUNICIPIO DE JATOBA

Objeto

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de entidades jurídicas para possível e futura formalização de valores referentes à realização de serviços especializados no âmbito da saúde, incluindo profissionais médicos em diversas áreas, com atuação na estrutura de atendimento municipal da administração pública de Jatobá - MA. O escopo abrange planejamento, organização, execução, operacionalização e demais atividades correlatas ao interesse do órgão gestor.

Descrição

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de entidades jurídicas para possível e futura formalização de valores referentes à realização de serviços especializados no âmbito da saúde, incluindo profissionais médicos em diversas áreas, com atuação na estrutura de atendimento municipal da administração pública de Jatobá - MA. O escopo abrange planejamento, organização, execução, operacionalização e demais atividades correlatas ao interesse do órgão gestor.

Dados

Data de homologação: 09/04/2025 - 00:00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 12

Identificação: 00000000016166780001661000013202512

Quantidade: 720.00

Unidade: Unidade

UF: MA

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR

CNPJ: 51.311.699/0001-41

Porte: DEMAIS

UF: MA

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

REALIZAÇÃO DE EXAMES
Pesquisa iniciada no dia 23/09/2025 16:31
IP: 191.242.199.165



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 20
RUBRICA: H

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

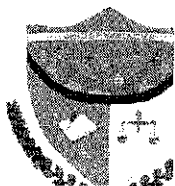
CENTRO HOSPITALAR ESPECIALIZADO DE ARARIPINA LTDA

CNPJ: 07.796.296/0001-48
EMAIL: cmacentro@gmail.com
TELEFONE: (87) 9177-3846 / (81) 3423-5048
ENDEREÇO: Não Informado

INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR

CNPJ: 51.311.699/0001-41
EMAIL: institutovoarvoalzira@gmail.com
TELEFONE: (99) 8431-4224
ENDEREÇO: Não Informado





PMSJP

Processo Administrativo: 2025.09.12.0014

FL.(S)
Nº 01
RUBRICA

RELATÓRIO DA PESQUISA PRELIMINAR DE MERCADO

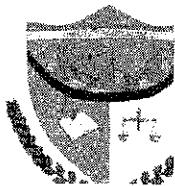
Em atendimento ao memorando de solicitação nº 015/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, e, considerando as atribuições impostas ao setor em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, dispostas na Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se a Pesquisa Preliminar de Mercado a fim de estimar o valor da pretensa demanda, que servirá de base para a estimativa preliminar de mercado exigida no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

No caso em tela, cabe informarmos que a pesquisa se procedeu de forma simples, superficial e não definitiva, através de uma análise inicial dos preços praticados no mercado para posterior avaliação por parte da autoridade competente quanto a vantajosidade e viabilidade econômica da solução escolhida, dessa forma, resta justificada a utilização de apenas 1 (um) preço, visto que a referida pesquisa não possui caráter definitivo para o orçamento estimativo da futura contratação.

Sobre o tema, é oportuno citarmos o Professor Joel de Menezes Niebuhs, Licitação e Contrato Administrativo, 5ª Edição, Ano 2022, Pág. 486:

“Diante de toda essa confusão, propõe-se a seguinte interpretação: faz-se um orçamento preliminar quando do ETP, mais simples, sem pesquisa aprofundada de mercado, podendo-se valer de comparativo com contratos antigos do próprio órgão ou entidade ou, no caso de engenharia, utilizando-se de metodologia expedita ou paramétrica. Depois, como uma das atividades necessárias para a elaboração do TR ou do PB, definida a especificação do objeto a ser licitado e contratado, faz-se o orçamento definitivo e mais rigoroso, de acordo com os critérios definidos na Lei n. 14.133/2021. Então, dois orçamentos, um preliminar e outro definitivo. O melhor é que fosse só um, seria mais racional e simples, porém essa não foi a opção do legislador, apegado que foi ao modelo burocrático disfuncional.”

Diante do exposto, para a pesquisa preliminar de preços, foram utilizados os parâmetros definidos nos dispositivos supracitados, com objetivo de estabelecer o valor estimado exigido Estudo Técnico Preliminares – ETP, dentre os quais podemos destacar:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PMSJP
FL.(S)
Nº 29
RUBRICA: 
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

a) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, obtidos através da Fonte de Preços e suas diversas fontes;

Face o exposto, identificamos o Valor Preliminar Estimado em **R\$ 391.795,50 (Trezentos e noventa e um mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos)** dessa forma, segue em anexo Relatório da Fonte de Preços.

São João do Paraíso, 23 de setembro de 2025.

Pedro Viana Arruda

Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP



ESTADO DO MARANHÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
GESTÃO 2025 A 2028

PORTARIA N. 024/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de PEDRO VIANA ARRUDA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art.1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR MUNICIPAL DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS**, o senhor **PEDRO VIANA ARRUDA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.980.151-**,.

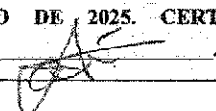
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

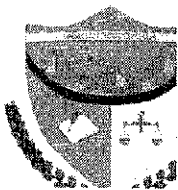
Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 01 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ÁTRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 024/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AO 01 DIA DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO





MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O documento visa a elaboração de um MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, cujo objeto reside no Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

RISCOS RELACIONADOS AO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

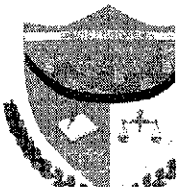
1. AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS:

1.1. O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

1.2. Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

1.3. Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco 01	Risco:	Falha na entrega dos laudos dentro do prazo.
	Probabilidade:	Alta
	Impacto:	Média
	Dano:	Atraso no diagnóstico e início do tratamento, podendo agravar condições clínicas dos pacientes e gerar insatisfação da população.
	Id	Ação de tratamento Preventiva
	1	Estabelecer cláusulas contratuais com prazos definidos e penalidades; monitoramento contínuo pela Secretaria de Saúde.
	Id	Ação de tratamento de Contingência
	1	Contratar serviço emergencial de apoio de outra empresa credenciada ou redistribuir exames para unidades com capacidade ociosa.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



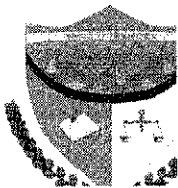
FMSJP
L(S)
25
FICA: H
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

Risco 02	Risco:	Falta de profissionais habilitados.
	Probabilidade:	Alta
	Impacto:	Baixo
	Dano:	Exames não realizados ou realizados de forma inadequada, comprometendo a confiabilidade dos resultados e atrasando tratamentos.
	Id	Ação de tratamento Preventiva
	1	Exigir comprovação de qualificação dos profissionais antes da execução; acompanhamento da equipe pela gestão municipal.
	Id	Ação de tratamento de Contingência
	1	Contratar profissional substituto temporário ou redistribuir atendimentos para outra empresa qualificada.

Risco 03	Risco:	Atraso na Entrega dos Materiais/Serviços
	Probabilidade:	Média
	Impacto:	Alto
	Dano:	Não atendimento à demanda no prazo necessário, prejudicando a prefeitura, com consequências na produtividade e qualidade de vida dos empregados e usuários. Em casos críticos, pode até comprometer a conformidade com regulamentos de saúde e segurança.
	Id	Ação de tratamento Preventiva
	1	Estabelecer com clareza as cláusulas contratuais e acompanhar rigorosamente os prazos ofertados e os cronogramas para realização dos serviços.
	Id	Ação de tratamento de Contingência
	1	Selecionar fiscal para agilizar e monitorar o cumprimento dos atos.

Risco 04	Risco:	Custos superiores ao previsto.
	Probabilidade:	Média
	Impacto:	Médio
	Dano:	Impacto orçamentário, necessidade de remanejamento de recursos e possível redução de outros serviços.
	Id	Ação de tratamento Preventiva

Handwritten signatures and initials.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

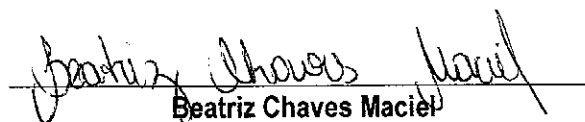


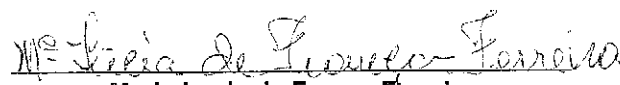
PMSJP
FL.(S)
Nº 26
RUBRICA
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

1	Registro de Preços com pesquisa de mercado prévia; acompanhamento financeiro contínuo.
Id	Ação de tratamento de Contingência
1	Negociação de valores com a empresa ou utilização de créditos remanescentes para cobrir diferença.

2. ASSINATURA

Técnico Responsável:


Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025


Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025

São João do Paraíso, 24 de setembro de 2025.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
nº 27
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
MARANHÃO
14

A

Ilma. Sra.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde.

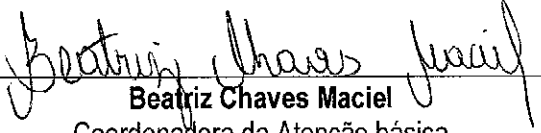
Processo Administrativo Nº 2025.09.12.0014

DESPACHO

Com base nas necessidades e especificações apresentadas, foram realizados estudos técnicos preliminares, conforme disciplina o Art. 18, Inciso I, § 1º e seus incisos da Lei Federal nº 14.133/2021, com a finalidade de demonstrar a real necessidade da contratação, analisando a vantajosidade econômica e viabilidade técnica de implementá-la, bem como instruir o arcabouço básico para a elaboração do Termo de Referência.

Considerando que os estudos preliminares evidenciarem que a contratação pretendida é possível tecnicamente e fundamentalmente necessária do ponto de vista gerencial, é de suma importância a análise de viabilidade econômico-financeira e jurídica à luz do interesse público, bem como a sua aprovação expressa, dessa forma, encaminho o processo em epígrafe, objetivando dá ciência dos atos a autoridade competente e designar providências cabíveis.

São João do Paraíso/MA, 24 de setembro de 2025.


Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025


Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
CONSTITUÍDO EM 1964

PMSJP

FL.(S)
Nº 28
RUBRICA:

Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014

DESPACHO

Considerando o recebimento do Processo administrativo em epigrafe, cujo objeto reside no Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, pelas razões expostas, frente aos aspectos técnicos, econômico-financeiro, necessidade da contratação e demais procedimentais analisados, fica **APROVADO** o Estudo Técnico Preliminar instrumentalizado nos presentes autos.

Contudo, tendo em vista a especificidade do objeto e verificando que o órgão gerenciador exclusivo da Ata será a Secretaria Municipal de Saúde, justifico a **Dispensa da Divulgação do Aviso de Intenção de Registro de Preços**, para dar ciência às demais Secretarias Municipais, com base no Art. 9º, § 2º do Decreto nº 11.462/2023.

Ato contínuo, encaminho o processo em epigrafe, visando a **Elaboração do Termo de Referência – TR**, para posterior **APROVAÇÃO**, conforme preceitos do Art. 18, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, cuja função é definir o objeto que será contratado pela administração para o atendimento da referida necessidade, devendo estar alinhado ao Estudo Técnico Preliminar-ETP, quando houver, objetivando atender as necessidades almejadas pela pretensa contratação.

Cumpra-se,

São João do Paraíso, 25 de setembro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação tem por finalidade assegurar a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, indispensáveis ao diagnóstico precoce, acompanhamento e tratamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, que representam significativa parcela das demandas atendidas pela rede municipal de saúde. A disponibilidade contínua desses procedimentos é essencial para apoiar as equipes médicas na definição de condutas terapêuticas, reduzir riscos de complicações e promover maior resolutividade no atendimento aos usuários do SUS;

2.2 Considerando o aumento da procura por consultas nas áreas de pneumologia e cardiologia, e diante da inexistência de capacidade instalada suficiente no âmbito municipal para suprir essa demanda, torna-se necessário contratar empresa especializada que disponha de estrutura técnica, profissionais habilitados e equipamentos adequados para a execução segura e eficiente dos exames;

2.3. Dessa forma, a contratação se apresenta como medida imprescindível para garantir a integralidade da assistência em saúde, atender às necessidades atuais e prevenir o agravamento de condições clínicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde do Município.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução escolhida foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta opção se apresenta como a mais adequada e vantajosa para atender à necessidade identificada, proporcionando benefícios técnicos, operacionais e econômicos, garantindo a execução eficiente dos exames, a agilidade na disponibilização dos laudos e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com as demandas de saúde do Município de São João do Paraíso;

3.2. A solução escolhida visa garantir a realização contínua e de qualidade dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, assegurando que a população do Município de São João do Paraíso tenha acesso regular a procedimentos essenciais para o diagnóstico e acompanhamento de doenças respiratórias e cardiovasculares;

Handwritten signatures and initials:
C. B. Chaves
M. S. Silva
J. A. Silva



3.3. Além disso, as empresas especializadas geralmente oferecem equipamentos calibrados e profissionais capacitados, o que proporciona maior segurança quanto à precisão dos resultados e à confiabilidade dos laudos, contribuindo também para a otimização de recursos públicos e redução de riscos associados à execução dos exames;

3.4. Dessa forma, a escolha pela contratação de empresa especializada para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços, se mostra como a opção mais vantajosa e assertiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, melhorando a eficiência do atendimento clínico e garantindo resultados confiáveis, dentro de um marco regulatório e de qualidade bem estruturado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para atender de forma adequada à demanda da rede municipal de saúde, a futura contratação deverá contemplar os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. **Capacidade técnica** – a empresa contratada deverá dispor de equipe de profissionais qualificados e devidamente habilitados para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.1.2. **Equipamentos adequados** – os exames deverão ser realizados com aparelhos modernos, calibrados e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de saúde competentes, garantindo precisão e confiabilidade nos resultados.

4.1.3. **Infraestrutura adequada** – a contratada deverá garantir condições apropriadas de espaço físico, higiene e biossegurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a realização dos procedimentos.

4.1.4. **Entrega dos resultados** – os laudos deverão ser disponibilizados em prazo hábil, em formato físico ou eletrônico, de forma a possibilitar agilidade na tomada de decisão médica e continuidade do cuidado aos pacientes.

4.1.5. **Acessibilidade e disponibilidade** – os serviços deverão ser ofertados em quantidade suficiente para atender a demanda municipal, respeitando horários e fluxos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

4.1.6. **Garantia de confidencialidade** – assegurar a proteção e sigilo das informações dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente.

4.2. Quanto à Sustentabilidade:

4.2.1. A presente contratação apresenta baixo impacto ambiental, considerando que os exames de espirometria e eletrocardiograma clínico utilizam equipamentos de alta durabilidade e geram apenas resíduos descartáveis de pequeno porte, os quais deverão ser destinados corretamente como resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a legislação vigente. Ressalta-se, ainda, que a adoção de equipamentos eficientes contribui para a economia de energia e para a racionalização dos recursos, assegurando conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.



4.3. Quanto à Exigência de Amostras:

4.3.1. Considerando que o objeto em questão refere-se à prestação de serviços especializados de realização de exames laboratoriais e diagnósticos, não se faz necessária a exigência de apresentação de amostras por parte dos licitantes. Tal medida justifica-se pelo fato de que a natureza do serviço não envolve fornecimento de bens materiais que demandem análise física prévia para aferição de qualidade ou compatibilidade.

4.3.2. Nesse contexto, a habilitação técnica e operacional das empresas será comprovada por meio da apresentação de registros, licenças, certificações e demais documentos pertinentes, os quais atestam a regularidade do laboratório, a qualificação de sua equipe técnica, a adequação de seus equipamentos e a conformidade dos procedimentos adotados com as normas vigentes. Dessa forma, assegura-se a plena observância aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.4. Quanto a Garantia da Execução Contratual:

4.4.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura.

4.4.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;

4.4.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);

4.4.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o **Art.137** da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

4.4.6. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.4.7. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.4.8. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

4.4.9. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;



- 4.4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 4.4.11. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 4.4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 4.4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;
- 4.4.14. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 4.4.15. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
- 4.4.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;
- 4.4.17. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.4.18. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- 4.4.19. A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 4.4.20. Caso fortuito ou força maior;
- 4.4.21. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 4.4.22. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.5. Quanto à Subcontratação:

- 4.5.1. A subcontratação integral dos serviços de espirometria e eletrocardiograma não será permitida, tendo em vista que se trata de serviços especializados de natureza técnica e assistencial, que exigem execução direta pela contratada, mediante profissionais habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe (médicos e/ou profissionais de saúde habilitados).
- 4.5.2. Esses exames envolvem a coleta e análise de dados clínicos sensíveis, exigindo controle rigoroso de qualidade, confiabilidade dos resultados e rastreabilidade dos procedimentos, fatores que poderiam ser comprometidos caso houvesse a transferência de responsabilidade a terceiros.

Handwritten signatures and initials:
- "M. P. P. P. P." (likely M. P. P. P. P.)
- "M. P. P. P. P." (likely M. P. P. P. P.)
- "M. P. P. P. P." (likely M. P. P. P. P.)



4.5.3. Além disso, a subcontratação comprometeria a continuidade, a segurança e a padronização dos serviços prestados, dificultando a fiscalização pela Administração e a responsabilização direta da contratada em caso de eventuais falhas técnicas ou irregularidades.

4.5.4. Portanto, por razões de responsabilidade técnica, sigilo das informações, qualidade assistencial e eficiência administrativa, é vedada a subcontratação total, admitindo-se apenas subcontratação parcial mediante autorização expressa da Secretaria de Saúde e sob responsabilidade técnica integral da contratada.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado foi definido para o atendimento das despesas da futura contratação por meio de Pesquisa de mercado, realizada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado, a fim de estimar de maneira **adequada** o valor da pretensa contratação. Como método para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, junto ao sistema Fonte de Preços, com base em um conjunto de três valores válidos e compatíveis, oriundos dos parâmetros legais acima citados, **acompanhados** dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documento

5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;

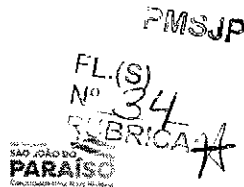
5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como tributos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos no preço dos serviços, inclusive eventuais despesas de deslocamento e instalação, conforme aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Município do Estado do Maranhão

FL.(S)
35
BRICA: H

12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviço pela contratada

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à contratada da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo indeferimento da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;

12.8. A (s) nota (s) fiscal (ais) será (ão) rejeitada (s) caso contenha (am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

12.11. Do Horário e Local:

12.11.1. Os serviços deverão ser prestados no hospital Municipal Joca Chaves – CNES 7597843; Unidade de Saúde da Família Lauro Pereira da Silva - CNES 786322, Rua Luís Domingos Gonzaga, s/n, São Sebastião; na Unidade de Saúde da Família Três Bocas - CNES 6653782, Três Bocas, s/n, Vila Horacio; na Unidade de Saúde da Família Osvaldo Cruz – CNES 2645475, Rua Fortunato Moreira, s/n, Povoado Vão do Marco; Unidade de Saúde da Família Projeto São Pedro - CNES 5452260, s/n, Povoado Projeto São Pedro; e Centro Municipal de Saúde São João do Paraíso, Av. Maranhão, nº 100, Centro.

12.11.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer nas dependências da unidade de saúde designada pela Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme programação estabelecida pela contratante;

12.11.3. Caso os serviços executados não atendam às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas previstas neste Termo de Referência, a contratada será notificada para realizar as correções ou repetições necessárias, sem ônus adicional para a Administração;

12.11.4. A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, responsável por atestar a conformidade dos serviços prestados;

Handwritten signature and stamp
Página 7 de 19



12.11.5. A realização dos exames deverá ocorrer em dias e horários acordados com a Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o funcionamento contínuo das unidades de saúde e as demandas específicas do serviço, inclusive em casos de plantões, feriados ou situações emergenciais devidamente justificadas;

12.11.6. A contratada deverá manter comunicação constante com a equipe de fiscalização, informando previamente a programação das coletas e disponibilizando, sempre que aplicável, relatórios de acompanhamento, protocolos ou registros eletrônicos dos exames realizados.

12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO de conclusão da execução dos exames contratados;

12.12.1.1. Definitivamente, após prazo de observação ou análise dos resultados dos exames, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

12.12.2. Testes e Verificação da Conformidade

12.12.2.1. Serão realizados procedimentos de verificação e conferência dos resultados dos exames, para assegurar que atendam às especificações técnicas mínimas exigidas e aos parâmetros utilizados para fins de qualificação da proposta do CONTRATADO.

12.12.3. Rejeição do Serviço

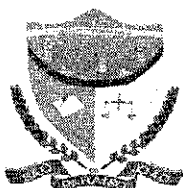
12.12.3.1. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso os resultados dos exames não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou apresentem inconsistências. Nessa hipótese, o CONTRATADO obriga-se a refazer ou complementar os exames no prazo determinado pelo Fiscal do Contrato, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções legalmente aplicáveis.

12.12.4. Responsabilidade Pós-Recebimento

12.12.4.1. O recebimento provisório ou definitivo não exime o CONTRATADO da responsabilidade por eventuais falhas ou inconsistências nos resultados que não possam ser identificadas imediatamente, por estarem ocultas ou por se manifestarem posteriormente à análise da Administração.

12.12.5. Procedimentos para Pagamento

12.12.5.1. É dever do Fiscal do Contrato, imediatamente após o recebimento definitivo dos resultados, enviar a solicitação de pagamento ao setor responsável, juntando a nota fiscal atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento, nota de empenho ou termo de contrato a que se vinculam e demais documentos pertinentes.



12.12.6. Correção de Inconsistências

12.12.6.1. Caso seja constatada qualquer inconsistência ou desconformidade nos resultados dos exames em relação às especificações do objeto, o CONTRATADO deverá refazer ou corrigir os exames em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, garantindo que os resultados entregues estejam em conformidade com os padrões aceitáveis pela Administração.

12.12.7. Garantia e Normas Técnicas

12.12.7.1. Os serviços prestados deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores, garantindo a confiabilidade e a qualidade dos resultados emitidos.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços prestados pelo CONTRATADO deverão apresentar garantia quanto à qualidade, confiabilidade e precisão dos resultados dos exames realizados, obedecendo às normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores competentes.

13.2. O CONTRATADO será responsável por corrigir ou refazer quaisquer exames cujos resultados apresentem inconsistências, erros ou falhas técnicas, sem ônus adicional para a Administração, assegurando a plena conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

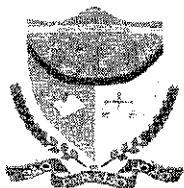
14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;

14.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

14.3. É facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

Handwritten signature: M. R. R. R.



15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, **nos termos do interesse público**.

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à contratada enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada;

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL.(S)
Nº 40
REBRICA
PARAÍSO

PMSJP

16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- 16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;
- 16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;
- 16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 16.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.
- 16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

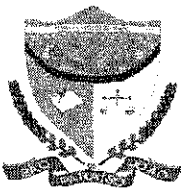
$$I = TX \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

17.1. Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;

17.2. Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;



17.3. Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;

17.4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;

17.5. Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;

17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;

17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;

17.9. Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;

17.10. Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;

17.11. Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;

17.12. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;

17.13. A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;

18.2. Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;



18.3. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;

18.4. Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;

18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;

18.6. Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;

18.7. Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;

18.8. Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;

18.9. Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;

18.10. Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;

18.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;

18.13. Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 43
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Secretaria Municipal de Saúde

PMSJP

4

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

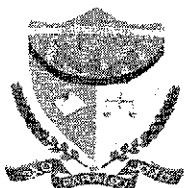
20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;

20.7. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, podendo contar com o auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.8. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;

20.9. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;



20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela contratada por meio informatizado

20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a, execução dos serviços anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Handwritten signature and date: 14.05.2024



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 45
PARECER
SÃO JOÃO DO PARAÍSO
GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO

- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art.5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

Handwritten signature and stamp:
M. C. P. P. P.
M. C. P. P. P.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 46
SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
14

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

Elaboração/Técnico Responsável:

Em ____/____/2025.

Beatriz Chaves Maciel
Beatriz Chaves Maciel

Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025

Maria Lucia de França Ferreira
Maria Lucia de França Ferreira

Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025

Aprovação/Autoridade Superior:

APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.

Marisa Elanne Damasceno de França
Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP
FL. (S)
Nº 47
SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PARANÁ
CNPJ: 01.597.629/0001-23

ANEXO I - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1.200	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00
VALOR TOTAL					R\$ 387.258,50

Handwritten signature



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL.(S)
Nº 48
RUBRICA:

Memorando nº 016/2025

Ao

Ilmo. Sr.

Pedro Viana Arruda

Diretor Municipal do Departamento de Compras

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

Processo Administrativo Nº 2025.09.12.0014

DESPACHO

Seção de Cotação,

Venho através deste, solicitar Pesquisa de Mercado Definitiva, do processo administrativo em epigrafe, objetivando determinar de forma definitiva o orçamento estimativo da futura contratação, que servirá como base à análise da aceitabilidade das propostas na fase externa do processo licitatório, podendo ser realizada com base em contratações similares, contratos anteriores do próprio órgão, Fonte de Preços e suas demais fontes dispostos no Art. 23 da Lei Federal 14.133/2021.

Diante do exposto, informo ainda, que se procedeu a Dispensa da Divulgação do Aviso de Intenção de Registro de Preços, visto a falta de conveniência da participação das demais Secretarias, portanto segue as especificações e quantitativos exatos, visando a Pesquisa Definitiva de Mercado, segue planilha anexa.

São João do Paraíso, 26 de setembro de 2025.

Beatriz Chaves Maciel
Coordenadora da Atenção básica
Portaria nº. 078/2025

Maria Lucia de França Ferreira
Direção do Hospital Municipal
Portaria nº. 050/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Cidade fundada em 1964

PMSJP

ANEXO I
PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL.(S)
Nº 49
RUBRICAS: 4

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
01	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	Serviço	850
02	Exame de Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200

COTAÇÃO DEFINITIVA REALIZAÇÃO DE EXAMES

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:19
IP: 191.242.199.238



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

23/09/2025
FL 181
Nº 50
R. 181
R. 181

Método matemático aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos

Preço calculado com base na média aritmética dos preços obtidos para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º: "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC I: Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item	Preços	Valor Estimado	Quantidade	Unidade	Total
1) EXAMES DE ESPIROMETRIA	3	R\$ 257,33	850.00	SE	R\$ 218.730,50
2) ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO	3	R\$ 140,44	1200.00	SVÇ	R\$ 168.528,00
Total: R\$ 387.258,50					



Item 1	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
EXAMES DE ESPIROMETRIA	3	R\$ 257,33	850.00 / SE	R\$ 218.730,50
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE SALTINHO				
Razão Social do Fornecedor				
1	LEME E QUEZADA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA			CNPJ 15.430.604/0003-07
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...006683195900018710000392024131	10.00	27/11/2024 - 00:00:00	R\$ 220,00
Órgão/Empresa/Site: AME SAUDE - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO ALTO SERTAO PARAIBANO				
Razão Social do Fornecedor				
2	CERPAI - CENTRO DE REFERENCIA EM PEDIATRIA ALERGIA E IMUNIZACAO LTDA			CNPJ 09.336.042/0001-72
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...000108762400001081000004202517	30.00	13/03/2025 - 00:00:00	R\$ 350,00
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE CRISTAIS PAULISTA				
Razão Social do Fornecedor				
3	MARAO CLINICA MEDICA LTDA			CNPJ 04.426.248/0001-70
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...000453079800001081000009202414	15.00	14/10/2024 - 00:00:00	R\$ 202,00
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 257,33				



Item 2	Preços	Valor Unit.	Quantidade	Total
ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO	3	R\$ 140,44	1200.00 / SVÇ	R\$ 168.528,00
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE JATOBA				
Razão Social do Fornecedor				
1	INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR			CNPJ 51.311.699/0001-41
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...000016166780001661000013202512	720.00	09/04/2025 - 00:00:00	R\$ 135,31
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE NOVA ROMA DO SUL				
Razão Social do Fornecedor				
2	MEDICOR PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS SOCIETADE SIMPLES LIMITADA			CNPJ 04.308.496/0001-16
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...000091110296000159100010220241	1.00	02/02/2024 - 00:00:00	R\$ 165,00
Órgão/Empresa/Site: MUNICIPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHÃO				
Razão Social do Fornecedor				
3	T F BECKMAN LTDA			CNPJ 37.283.811/0001-57
Fonte	Identificação	Quant.	Data	Preço
PNCP	...000001612323000107100003320247	700.00	11/11/2024 - 00:00:00	R\$ 121,00
Média Aritmética dos preços obtidos: R\$ 140,44				

Valor Total da Cotação: R\$ 387.258,50

DETALHAMENTO DOS ITENS

COTAÇÃO DEFINITIVA REALIZAÇÃO DE EXAMES

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:19

IP: 191.242.199.238



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL.(S)
Nº 51
RUBRICA:
3

Item 1: EXAMES DE ESPIROMETRIA

Quantidade: 850.0000 SE
Descrição: EXAMES DE ESPIROMETRIA
Justificativas: -

Preço (PNCP) [1] R\$ 220,00

Órgão

MUNICIPIO DE SALTINHO

Objeto

PRESTAÇÃO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM

Descrição

PRESTAÇÃO DE PREÇOS PRESTAÇÃO DE EXAMES DE IMAGEM / ESPIROMETRIA (PROVA VENTILATÓRIA COMPLETA)

Dados

Data de homologação: 27/11/2024 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 131

Identificação: 00000006683195900018710000392024131

Quantidade: 10.00

Unidade: Unidade

UF: SP

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: LEME E QUEZADA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 15.430.604/0003-07

Porte: DEMAIS

UF: SP

Preço (PNCP) [2] R\$ 350,00

Órgão

AME SAUDE - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DOS MUNICIPIOS DO ALTO SERTAO PARAIBANO

Objeto

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA E ALEGORLOGIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO AME SAUDE

Descrição

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PEDIATRIA E ALEGORLOGIA PARA ATENDER AS DEMANDAS DO AME SAUDE / PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR C/PROVA BRONCODILATADORA OU ESPIROMETRIA C/FENO

Dados

Data de homologação: 13/03/2025 - 00:00:00 Modalidade: Outras Modalidades SRP: NÃO

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 17

Identificação: 00000000108762400001081000004202517

Quantidade: 30.00

Unidade: EXAME

UF: PB

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: CERPAI - CENTRO DE REFERENCIA EM PEDIATRIA ALERGIA E IMUNIZACAO LTDA

CNPJ: 09.336.042/0001-72

Porte: ME

UF: PB

Preço (PNCP) [3] R\$ 202,00

Órgão

MUNICIPIO DE CRISTAIS PAULISTA

Objeto

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR EXAMES MÉDICOS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FORNECIMENTO DE LAUDOS, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS

Descrição

REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REALIZAR EXAMES MÉDICOS DE BAIXA, MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE COM FORNECIMENTO DE LAUDOS, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS / Espirometria

Dados

COTAÇÃO DEFINITIVA REALIZAÇÃO DE EXAMES

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:19
IP: 191.242.199.238



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

Data de homologação: 14/10/2024 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 14

Identificação: 00000000453079800001081000009202414

Quantidade: 15.00

Unidade: UND

UF: SP

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: MARAO CLINICA MEDICA LTDA

CNPJ: 04.426.248/0001-70

Porte: ME

UF: SP

Item 2: ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO

Quantidade: 1200.0000 SVÇ

Descrição: ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO

Justificativas: -

Preço (PNCP) [1] R\$ 135,31

Órgão

MUNICIPIO DE JATOBA

Objeto

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de entidades jurídicas para possível e futura formalização de valores referentes à realização de serviços especializados no âmbito da saúde, incluindo profissionais médicos em diversas áreas, com atuação na estrutura de atendimento municipal da administração pública de Jatobá - MA. O escopo abrange planejamento, organização, execução, operacionalização e demais atividades correlatas ao interesse do órgão gestor.

Descrição

[Portal de Compras Públicas] - Contratação de entidades jurídicas para possível e futura formalização de valores referentes à realização de serviços especializados no âmbito da saúde, incluindo profissionais médicos em diversas áreas, com atuação na estru / ELETROCARDIOGRAMA - Realização de exames

Dados

Data de homologação: 09/04/2025 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 12

Identificação: 00000000016166780001661000013202512

Quantidade: 720.00

Unidade: Unidade

UF: MA

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR

CNPJ: 51.311.699/0001-41

Porte: DEMAIS

UF: MA

Preço (PNCP) [2] R\$ 165,00

Órgão

MUNICIPIO DE NOVA ROMA DO SUL

Objeto

VALOR REFERENTE A SERVICOS DE EMISSAO DE LAUDOS DE ELETROCARDIOGRAMAS REALIZADOS NA UBS.

Descrição

VALOR REFERENTE A SERVICOS DE EMISSAO DE LAUDOS DE ELETROCARDIOGRAMAS REALIZADOS NA UBS. / EXAMES DE ECG

Dados

Data de homologação: 02/02/2024 - 00:00:00 Modalidade: Dispensa de Licitação

SRP: NÃO

Fonte: PNCP

Código do item: -

Lote/Item: 1

Identificação: 00000000091110296000159100010220241

Quantidade: 1.00

Unidade: UNIDADE

UF: RS

Ajuste de frete: Não se aplica

Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: -

Modelo: -

COTAÇÃO DEFINITIVA REALIZAÇÃO DE EXAMES

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:19
IP: 191.242.199.238



Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

PMSJP

FL(S)
Nº 52-13
RUBRICA:
38

Fornecedor

Razão Social: MEDICOR PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA
CNPJ: 04.308.496/0001-16 Porte: ME
UF: RS

Preço (PNCP) [3] R\$ 121,00

Órgão

MUNICIPIO DE CENTRO NOVO DO MARANHAO

Objeto

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados, serviços auxiliares de radiologia e exames de diagnósticos por imagem, tipo, Endoscopia, Ressonância Magnética, Tomografia Computadorizada, Densitometria Óssea, Ecocardiograma, Eletroencefalograma, Teste Ergométrico, Colposcopia, Colonoscopia, CAF, Mamografia Unilateral, Ultrassonografia em geral, Raio-X Digital em geral, para atendimento de rotinas diárias [...]

Descrição

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos especializados, serviços auxiliares de radiologia e exames de diagnósticos por imagem, tipo, Endoscopia, Ressonância Magnética, Tomografia / ELETROCARDIOGRAMA (ECG)

Dados

Data de homologação: 11/11/2024 - 00:00:00 Modalidade: Pregão Eletrônico SRP: SIM

Fonte: PNCP Código do item: - Lote/Item: 7

Identificação: 00000000001612323000107100003320247

Quantidade: 700.00 Unidade: UNIDADE UF: MA

Ajuste de frete: Não se aplica Valor do frete: R\$ 0,00

Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.

Marca: - Modelo: -

Fornecedor

Razão Social: T F BECKMAN LTDA
CNPJ: 37.283.811/0001-57 Porte: EPP
UF: MA

Observações Gerais da Cotação

Sem Observações

Laudo da Cotação

Importante - O Fonte de preços é uma solução tecnológica que reúne diversas fontes, entre elas fontes governamentais, fontes complementares e sites de domínio amplo. O sistema atende aos parâmetros de pesquisa de acordo com as leis vigentes, Instruções normativas, regulamentos, acórdãos, portarias e decretos, desta forma afirmamos que as fontes são meios facilitadores de pesquisas ágeis, seguras e eficazes para a administração pública, sendo o servidor responsável pelo uso e seleção dos preços.

COTAÇÃO DEFINITIVA REALIZAÇÃO DE EXAMES

Pesquisa iniciada no dia 29/09/2025 16:19
IP: 191.242.199.238



PMSJP

FL(S)
Nº 53
RUBRICA:
I

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA
CNPJ: 01.597.629/0001-23
Responsável: Vitor Albuquerque
Matrícula: 10/2024

INFORMAÇÕES DOS FORNECEDORES

CERPAI - CENTRO DE REFERENCIA EM PEDIATRIA ALERGIA E IMUNIZACAO LTDA

CNPJ: 09.336.042/0001-72
EMAIL: Não Informado
TELEFONE: (83) 3531-9205
ENDEREÇO: Não Informado

INSTITUTO VO ALZIRA-INSTITUTO VOAR

CNPJ: 51.311.699/0001-41
EMAIL: institutovoarvoalzira@gmail.com
TELEFONE: (99) 8431-4224
ENDEREÇO: Não Informado

LEME E QUEZADA PRESTADORA DE SERVICOS MEDICOS LTDA

CNPJ: 15.430.604/0003-07
EMAIL: soares@soaresnet.com
TELEFONE: (15) 3331-7000
ENDEREÇO: Não Informado

MARAO CLINICA MEDICA LTDA

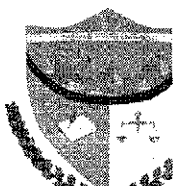
CNPJ: 04.426.248/0001-70
EMAIL: ultramedbts@yahoo.com.br
TELEFONE: (16) 3664-2281 / (16) 3664-4188
ENDEREÇO: Não Informado

MEDICOR PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA

CNPJ: 04.308.496/0001-16
EMAIL: comercialtelegaucha@gmail.com
TELEFONE: (51) 3439-3131
ENDEREÇO: Não Informado

T F BECKMAN LTDA

CNPJ: 37.283.811/0001-57
EMAIL: beckmantiago02@gmail.com
TELEFONE: (98) 9220-2429
ENDEREÇO: Não Informado



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



PMSJP

FL.(S)
Nº 53-A
RUBRICA: #

PROCESSO: 2025.09.12.0014

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

RELATÓRIO DA PESQUISA DE MERCADO

Em atendimento ao memorando de solicitação nº 016/2025 da Secretaria Municipal de Saúde, e, considerando as atribuições impostas ao setor, informamos que a Pesquisa de Mercado procedeu-se de forma mais aprofundada e definitiva, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes, através de uma análise dos preços praticados no mercado a fim de determinar o orçamento estimativo da futura contratação.

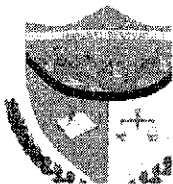
Diante do exposto, para a realização da Pesquisa de Mercado, foram utilizados os parâmetros definidos nos dispositivos supracitados, dentre os quais podemos destacar:

a) Aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, obtidos através do Fonte de Preços;

Ademais, todos os atos foram realizados de modo a obter o preço médio e também o menor preço estimado mais vantajoso à Administração Pública, respeitando-se, assim, a Lei de Licitações e as orientações dos Tribunais de Contas.

Ainda sobre o assunto, como métodos para obtenção do preço estimado utilizou-se a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, junto ao Fonte de Preços sobre um conjunto de três, oriundos dos parâmetros acima citados.

Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme Relatório de



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS



Pesquisa de Mercado, Relatório de Cotação do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência.

São João do Paraíso, 29 de setembro de 2025.



Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Objeto: Registro de Preços para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	FONTE DE PREÇO I		FONTE DE PREÇO II		FONTE DE PREÇO III		VALOR MEDIO	VALOR GLOBAL
				VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL		
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	R\$ 220,00	R\$ 187.000,00	R\$ 350,00	R\$ 297.500,00	R\$ 202,00	R\$ 171.700,00	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1200	R\$ 135,31	R\$ 162.372,00	R\$ 165,00	R\$ 198.000,00	R\$ 121,00	R\$ 145.200,00	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00
VALOR GLOBAL											R\$ 387.258,50

VALOR GLOBAL: R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)

São João do Paraíso/MA, 29 de setembro de 2025.
Atenciosamente,

Pedro Viana Arruda
Diretor Municipal do Departamento de Compras
Portaria nº 024/2025-GP

FL. (S) 5
Nº 515
RUBRICA: 11
PMSJP



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL.(S)
Nº 56
RUBRICADA

Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

DESPACHO

Setor de Contabilidade,

Encaminhamos o processo em epigrafe, para indicação do **Elemento de Despesa** que embasará o presente Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para tender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

São João do Paraíso, 01 de outubro de 2025.

Marisa Elanne D. França
Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



INFORMAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PMSJP

A(o) Excelentíssimo(a) Senhor(a)
MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)
Nº 57
RUBRICA: A

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E RUBRICA PARA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPERIMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

Em resposta a vossa solicitação, conforme encaminhamento a este departamento, informamos que nos termos da legislação vigente, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente uma vez que a presente contratação visa apenas o Registro de Preços.

Remetam-se os autos à Secretaria Requisitante.

São João do Paraíso - MA, 01 de outubro de 2025

MARCOS RIBEIRO COELHO
CONTADOR GERAL
Portaria nº. 147/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL. (S)
Nº 58

RUBRICAS

MINUTA DO EDITAL

Pregão Eletrônico nº ____/2025		Data de abertura: ____/____/____ às ____:____	
www.licitanet.com.br			
Processo Administrativo 2025.09.12.0014- PMSJP	SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.		Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23.	
Valor total estimado R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Modo de disputa: ABERTO			
Pedidos de esclarecimentos e impugnações Até ____/____/____ para o endereço em campo específico na plataforma www.licitanet.com.br , no caso de problemas na plataforma enviar no e-mail: cplsiparaíso@gmail.com			
Documentação de habilitação			
Requisitos básicos: Conforme Termo de Referência	Requisitos específicos Não se aplica		
Adjudicação Por Item à(s) licitante(s) vencedora(s)			
O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br , na plataforma www.licitanet.com.br e poderão ser lidos gratuitamente e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Avenida do Comércio, Nº 150, Centro, SÃO JOÃO DO PARAÍSO , nos dias úteis, no horário das ____ horas às ____ horas.			



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

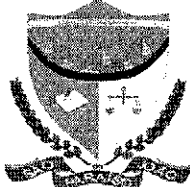


PMSJP

FL.(S)
Nº 59
RUBRICA:

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11. DOS RECURSOS	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21



PMSJP

FL.(S)
Nº 60
RUBRICADA

MINUTA DO EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2025

(Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014-PMSJP)

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia ____/____/____ às ____:____ horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia ____/____/____ às ____:____ horas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico**, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, **para atender às demandas** da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, **sendo facultada ao licitante a participação em tantos itens quantos forem de seu interesse**.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** (www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

P



3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é aberta a todos os interessados que atendam integralmente às condições deste Edital e de seus anexos, não sendo licitação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte.

3.5.1. Será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários legais, nos termos da legislação aplicável.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.538/2015 para promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local.

3.7.1. Considera-se sediadas no **ÂMBITO LOCAL** as empresas sediadas no Município de São João do Paraíso/MA;

3.7.2. Considera-se sediadas em **ÂMBITO REGIONAL** as empresas sediadas na microrregião 019, composta pelas cidades: Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;



3.8.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

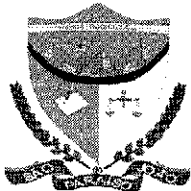
4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



FL.(S)
Nº 23
RUBRICA

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para a fase de apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:



FL(S)
Nº 69

EDILBRICA

- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;**
- 5.1.2. Marca e Modelo;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estipulado no Termo de Referência.
- 5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

- 5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.



FL. (S)
Nº 05
RUBRICA

5.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **ITEM**

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11.6. Caso seja adotado o modo de disputa “aberto e fechado”, a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.11.11. Na hipótese de não serem apresentadas, ao menos, três propostas válidas, os licitantes que tiverem apresentado as três melhores ofertas, inclusive as empatadas, poderão ser convidados a oferecer novos lances sucessivos.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão com o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as



microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após o encerramento da etapa de lances.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



FL(S)
Nº 69
RUBRICADA

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 4.6 deste edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.6.1. conter vícios insanáveis;
- 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

- 8.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



FL(S)
Nº 70
RUBRICADA

8.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

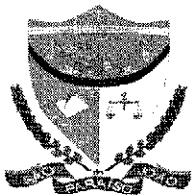
8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



FL.(S)
Nº 71
RUBRICA: A

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda ESTADUAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/DISTRITAL ou MUNICIPAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$EG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

8.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.



FL(S)
Nº 72
RUBRICA:

8.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, referente à realização de exames de espirometria e eletrocardiograma, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.4.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante.

8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à execução dos serviços, endereço atual da contratante, local onde os exames foram realizados, Notas Fiscais que comprovem a prestação dos serviços, dentre outros documentos pertinentes.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos nos **itens 8 deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Além da documentação prevista no item acima, o licitante deverá apresentar a Declaração Unificada constada no Anexo IV.

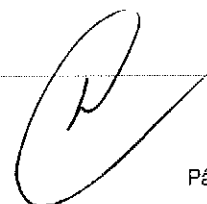
9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



FL(S)
Nº 73
RUBRICA: A

- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio no habilitante, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





FL(S)
Nº 74
RUBRICA

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

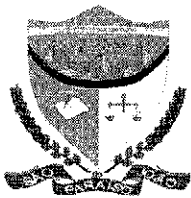
9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a homologação da licitação, a **licitante vencedora será convocada** para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

10.2. A convocação da **vencedora**, assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, **correio eletrônico (e-mail)** ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais.

10.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

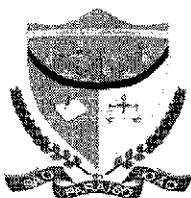


FL.(S)
Nº 75
RUBRICA: A

- 10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;
- 10.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;
- 10.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;
- 10.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
- 11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
- 11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



FL(S)
Nº 76
RUBRICA: A

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

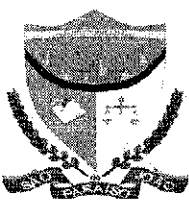
12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

P



FL.(S)
Nº 77
RUBRICAT:

- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

13.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;



FL.(S)
Nº 38
RUBRICA: [assinatura]

g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 3 (três) anos.

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

13.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



FL(S)
Nº 79
RUBRICA: *dt*

- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 15.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada.
 - 15.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, ____ de _____ de ____.

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025



FL(S)
Nº 20
RUBRICA:

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.2. Registro de Preços para futura e eventual contratação de **empresa especializada** para a **prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico**, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação tem por finalidade assegurar a realização dos exames de **espirometria e eletrocardiograma clínico**, indispensáveis ao diagnóstico precoce, acompanhamento e tratamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, que representam significativa parcela das demandas atendidas pela rede municipal de saúde. A disponibilidade contínua desses procedimentos é essencial para apoiar as equipes médicas na definição de condutas terapêuticas, reduzir riscos de complicações e promover maior resolutividade no atendimento aos usuários do SUS;

2.2 Considerando o aumento da procura por consultas nas áreas de pneumologia e cardiologia, e diante da inexistência de capacidade instalada suficiente no âmbito municipal para suprir essa demanda, torna-se necessário contratar empresa especializada que disponha de estrutura técnica, profissionais habilitados e equipamentos adequados para a execução segura e eficiente dos exames;

2.3. Dessa forma, a contratação se apresenta como medida imprescindível para garantir a integralidade da assistência em saúde, atender às necessidades atuais e prevenir o agravamento de condições clínicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde do Município.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução escolhida foi a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico**, por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. Esta opção se apresenta como a mais adequada e vantajosa para atender à necessidade identificada, proporcionando benefícios técnicos, operacionais e econômicos, garantindo a execução eficiente dos exames, a agilidade na disponibilização dos laudos e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com as demandas de saúde do Município de São João do Paraíso;



FL(S)
Nº 31
RUBRICA: AA

3.2. A solução escolhida visa garantir a **realização contínua e de qualidade dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico**, assegurando que a população do Município de São João do Paraíso tenha acesso regular a procedimentos essenciais para o diagnóstico e acompanhamento de doenças respiratórias e cardiovasculares;

3.3. Além disso, as empresas especializadas geralmente oferecem **equipamentos calibrados e profissionais capacitados**, o que proporciona maior segurança quanto à precisão dos resultados e à confiabilidade dos laudos, contribuindo também para a **otimização de recursos públicos** e redução de riscos associados à execução dos exames;

3.4. Dessa forma, a escolha pela **contratação de empresa especializada para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços**, se mostra como a opção mais vantajosa e assertiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, melhorando a eficiência do atendimento clínico e garantindo resultados confiáveis, dentro de um marco regulatório e de qualidade bem estruturado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para atender de forma adequada à demanda da rede municipal de saúde, a futura contratação deverá contemplar os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. **Capacidade técnica** – a empresa contratada deverá dispor de equipe de profissionais qualificados e devidamente habilitados para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.1.2. **Equipamentos adequados** – os exames deverão ser realizados com aparelhos modernos, calibrados e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de saúde competentes, garantindo precisão e confiabilidade nos resultados.

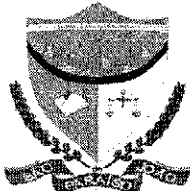
4.1.3. **Infraestrutura adequada** – a contratada deverá garantir condições apropriadas de espaço físico, higiene e biossegurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a realização dos procedimentos.

4.1.4. **Entrega dos resultados** – os laudos deverão ser disponibilizados em prazo hábil, em formato físico ou eletrônico, de forma a possibilitar agilidade na tomada de decisão médica e continuidade do cuidado aos pacientes.

4.1.5. **Acessibilidade e disponibilidade** – os serviços deverão ser ofertados em quantidade suficiente para atender a demanda municipal, respeitando horários e fluxos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

4.1.6. **Garantia de confidencialidade** – assegurar a proteção e sigilo das informações dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente.

4.2. Quanto à Sustentabilidade:



FL(S)
Nº 89
RUBRICA: #

4.2.1. A presente contratação apresenta baixo impacto ambiental, considerando que os exames de espirometria e eletrocardiograma clínico utilizam equipamentos de alta durabilidade e geram apenas resíduos descartáveis de pequeno porte, os quais deverão ser destinados corretamente como resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a legislação vigente. Ressalta-se, ainda, que a adoção de equipamentos eficientes contribui para a economia de energia e para a racionalização dos recursos, assegurando conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.

4.3. Quanto à Exigência de Amostras:

4.3.1. Considerando que o objeto em questão refere-se à prestação de serviços especializados de realização de exames laboratoriais e diagnósticos, não se faz necessária a exigência de apresentação de amostras por parte dos licitantes. Tal medida justifica-se pelo fato de que a natureza do serviço não envolve fornecimento de bens materiais que demandem análise física prévia para aferição de qualidade ou compatibilidade.

4.3.2. Nesse contexto, a habilitação técnica e operacional das empresas será comprovada por meio da apresentação de registros, licenças, certificações e demais documentos pertinentes, os quais atestam a regularidade do laboratório, a qualificação de sua equipe técnica, a adequação de seus equipamentos e a conformidade dos procedimentos adotados com as normas vigentes. Dessa forma, assegura-se a plena observância aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.4. Quanto a Garantia da Execução Contratual:

4.4.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura.

4.4.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;

4.4.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);

4.4.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o Art.137 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:



FL. (S) 2
Nº 83
RUBRICA: A

- 4.4.6. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.4.7. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 4.4.8. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.
- 4.4.9. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;
- 4.4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 4.4.11. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 4.4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 4.4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;
- 4.4.14. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 4.4.15. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
- 4.4.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;
- 4.4.17. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.4.18. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- 4.4.19. A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 4.4.20. Caso fortuito ou força maior;
- 4.4.21. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 4.4.22. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.5. Quanto à Subcontratação:



FL(S)
Nº 84
RUBRICA:

- 4.5.1. A subcontratação integral dos serviços de espirometria e eletrocardiograma não será permitida, tendo em vista que se trata de serviços especializados de natureza técnica e assistencial, que exigem execução direta pela contratada, mediante profissionais habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe (médicos e/ou profissionais de saúde habilitados).
- 4.5.2. Esses exames envolvem a coleta e análise de dados clínicos sensíveis, exigindo controle rigoroso de qualidade, confiabilidade dos resultados e rastreabilidade dos procedimentos, fatores que poderiam ser comprometidos caso houvesse a transferência de responsabilidade a terceiros.
- 4.5.3. Além disso, a subcontratação comprometeria a continuidade, a segurança e a padronização dos serviços prestados, dificultando a fiscalização pela Administração e a responsabilização direta da contratada em caso de eventuais falhas técnicas ou irregularidades.
- 4.5.4. Portanto, por razões de responsabilidade técnica, sigilo das informações, qualidade assistencial e eficiência administrativa, é vedada a subcontratação total, admitindo-se apenas subcontratação parcial mediante autorização expressa da Secretaria de Saúde e sob responsabilidade técnica integral da contratada.

5. DO VALOR ESTIMADO:

- 5.1. O valor estimado foi definido para o atendimento das despesas da futura contratação por meio de Pesquisa de mercado, realizada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado, a fim de estimar de maneira **adequada** o valor da pretensa contratação. Como método para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, junto ao sistema Fonte de Preços, com base em um conjunto de três valores válidos e compatíveis, oriundos dos parâmetros legais acima citados, **acompanhados** dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documento
- 5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;
- 5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como tributos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos no preço dos serviços, inclusive eventuais despesas de deslocamento e instalação, conforme aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:



FL. (S)

Nº 85

RUBRICA: A

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:

7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde.

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1. O objeto deste Termo de Referência é considerado serviço comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3. Diante do exposto, é oportuno informar que será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei Federal nº 11.462/2023.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

10.1. Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A forma e os critérios de seleção do fornecedor estarão devidamente estabelecidos no edital de licitação, contemplando as exigências legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal



FL.(S)
Nº 86
RUBRICA:

e trabalhista, bem como o cumprimento das normas específicas aplicáveis ao objeto. Dessa forma, assegura-se que somente empresas devidamente capacitadas, que atendam aos requisitos técnicos e legais, poderão participar do certame, garantindo a contratação de fornecedor apto a prestar os serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico com qualidade, segurança e eficiência.

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

12.1 Do Prazo e da Forma da Prestação dos Serviços:

12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviço pela contratada

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à contratada da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo indeferimento da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;

12.8. A (s) nota (s) fiscal (ais) será (ão) rejeitada (s) caso contenha (am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

12.11. Do Horário e Local:

12.11.1. Os serviços deverão ser prestados no hospital Municipal Joca Chaves – CNES 7597843; Unidade de Saúde da Família Lauro Pereira da Silva - CNES 786322, Rua Luís Domingos Gonzaga, s/n, São Sebastião; na Unidade de Saúde da Família Três Bocas - CNES 6653782, Três Bocas, s/n, Vila Horacio; na Unidade de Saúde da Família Osvaldo Cruz – CNES 2645475, Rua Fortunato Moreira, s/n, Povoado Vão do Marco; Unidade de



FL.(S)
Nº 87
RUBRICA: 

Saúde da Família Projeto São Pedro - CNES 5452260, s/n, Povoado Projeto São Pedro; e Centro Municipal de Saúde São João do Paraíso, Av. Maranhão, nº 100, Centro.

12.11.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer nas dependências da unidade de saúde designada pela Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme programação estabelecida pela contratante;

12.11.3. Caso os serviços executados não atendam às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas previstas neste Termo de Referência, a contratada será notificada para realizar as correções ou repetições necessárias, sem ônus adicional para a Administração;

12.11.4. A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, responsável por atestar a conformidade dos serviços prestados;

12.11.5. A realização dos exames deverá ocorrer em dias e horários acordados com a Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o funcionamento contínuo das unidades de saúde e as demandas específicas do serviço, inclusive em casos de plantões, feriados ou situações emergenciais devidamente justificadas;

12.11.6. A contratada deverá manter comunicação constante com a equipe de fiscalização, informando previamente a programação das coletas e disponibilizando, sempre que aplicável, relatórios de acompanhamento, protocolos ou registros eletrônicos dos exames realizados.

12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO de conclusão da execução dos exames contratados;

12.12.1.1. Definitivamente, após prazo de observação ou análise dos resultados dos exames, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

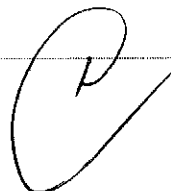
12.12.2. Testes e Verificação da Conformidade

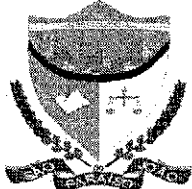
12.12.2.1. Serão realizados procedimentos de verificação e conferência dos resultados dos exames, para assegurar que atendam às especificações técnicas mínimas exigidas e aos parâmetros utilizados para fins de qualificação da proposta do CONTRATADO.

12.12.3. Rejeição do Serviço

12.12.3.1. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso os resultados dos exames não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou apresentem inconsistências. Nessa hipótese, o CONTRATADO obriga-se a refazer ou complementar os exames no prazo determinado pelo Fiscal do Contrato, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções legalmente aplicáveis.

12.12.4. Responsabilidade Pós-Recebimento





FL. (S)
Nº 88
RUBRICA:

12.12.4.1. O recebimento provisório ou definitivo não exime o CONTRATADO da responsabilidade por eventuais falhas ou inconsistências nos resultados que não possam ser identificadas imediatamente, por estarem ocultas ou por se manifestarem posteriormente à análise da Administração.

12.12.5. Procedimentos para Pagamento

12.12.5.1. É dever do Fiscal do Contrato, imediatamente após o recebimento definitivo dos resultados, enviar a solicitação de pagamento ao setor responsável, juntando a nota fiscal atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento, nota de empenho ou termo de contrato a que se vinculam e demais documentos pertinentes.

12.12.6. Correção de Inconsistências

12.12.6.1. Caso seja constatada qualquer inconsistência ou desconformidade nos resultados dos exames em relação às especificações do objeto, o CONTRATADO deverá refazer ou corrigir os exames em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, garantindo que os resultados entregues estejam em conformidade com os padrões aceitáveis pela Administração.

12.12.7. Garantia e Normas Técnicas

12.12.7.1. Os serviços prestados deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores, garantindo a confiabilidade e a qualidade dos resultados emitidos.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços prestados pelo CONTRATADO deverão apresentar garantia quanto à qualidade, confiabilidade e precisão dos resultados dos exames realizados, obedecendo às normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores competentes.

13.2. O CONTRATADO será responsável por corrigir ou refazer quaisquer exames cujos resultados apresentem inconsistências, erros ou falhas técnicas, sem ônus adicional para a Administração, assegurando a plena conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;



FL(S)
Nº 801
RUBRICA:

14.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

14.3. É facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

14.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;

14.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

14.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, sendo passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

14.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES.

15.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

15.2. No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da



FL.(S)
Nº 010
RUBRICA:

própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

15.5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;

15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

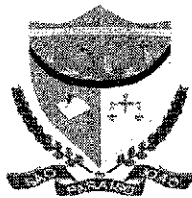
15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, **nos termos do interesse público.**

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à



FL(S)
Nº 41
RUBRICA: A

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à contratada enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada;

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;

16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;

16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

16.6.4. Prova de regularidade junto à **Fazenda Estadual**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa** ou **Certidão Conjunta**, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.

16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



FL.(S)
Nº 012
RUBRICA: A

EM = I x N x VP, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = \frac{6}{100} \quad I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 17.1. Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;
- 17.2. Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;
- 17.3. Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;
- 17.4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;
- 17.5. Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;
- 17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;
- 17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;
- 17.9. Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 17.10. Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;
- 17.11. Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;



FL(S)
Nº 03
RUBRICA:

17.12. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;

17.13. A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;

18.2. Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;

18.3. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;

18.4. Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;

18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;

18.6. Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;

18.7. Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;

18.8. Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;

18.9. Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;

18.10. Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;



FL(S)
Nº 04
RUBRICADA

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;

18.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;

18.13. Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

20.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

20.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;

20.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

20.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

20.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;

20.6. O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispõe o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;



FL(S)
Nº 45
RUBRICA: 

20.7. O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, podendo contar com o auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.8. O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;

20.9. O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;

20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

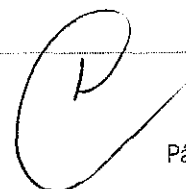
20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela contratada por meio informatizado

20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.





FL(S)
Nº 96
RUBRICA. A

20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- m. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- n. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- o. Dar causa à inexecução total do contrato;
- p. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- q. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- r. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- s. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- t. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- u. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- v. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- w. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- x. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- i. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber a nota de empenho no prazo previsto;
- j. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da



FL(S)
Nº 97
RUBRICA: 

Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

k. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

l. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;

m. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

n. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;

o. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

p. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos).

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

f. A natureza e a gravidade da infração cometida;

g. As peculiaridades do caso concreto;

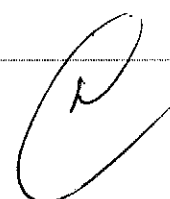
h. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP



Prefeitura Municipal de
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Secretaria Municipal de Saúde

FL(S)

Nº 48

RUBRICA:

Elaboração/Técnico Responsável:

Em ____/____/2025.

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Portaria nº. XXX/XXX

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Portaria nº. XXX/XXX

Aprovação/Autoridade Superior:

APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX
Portaria nº. XXX/XXX



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

ANEXO - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL(S)
Nº 96
RUBRICA:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1.200	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00
VALOR TOTAL					R\$ 387.258,50



PMSJP

FL(S)
Nº 100
RUBRICA:

ANEXO II

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO Nº _____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: ____/____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____
FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº ____/____/____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contrante....., CPF nº ____/____/____-____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____-____
Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....
Nome Responsavel Contratado....., CPF nº ____/____/____-____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Razão Social Contratante... – UF., através da Unidade Administrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº ____/____/____-____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO**



FL(S)
Nº 101
PUBRICA

DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO

Ite m	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total					R\$	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

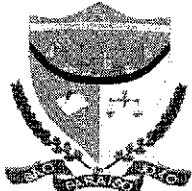
CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.



FL(S) 102
Nº 102
RUBRICA: #

- 3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

- 6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.
6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.
7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.



FL(S)
Nº 103
RUBRICA

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 - Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;

9.2 - Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;

9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;

9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;



FL(S)
Nº 104
RUBRICADA

- 9.5 - Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.6 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;
- 9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;
- 9.9 - Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 9.10 - Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;
- 9.11 - Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;
- 9.12 - Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;
- 9.13 - A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;
- 10.2 - Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;
- 10.6 - Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;
- 10.7 - Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;
- 10.8 - Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;
- 10.9 - Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos



FL(S)
Nº 105
RUBRICADA

de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;

10.10 - Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;

10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;

10.12 - Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;

10.13 - Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



FL(S)
Nº 106
RUBRICA: 4

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



FL(S)
Nº 107
RUBRICADA

- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos).

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS

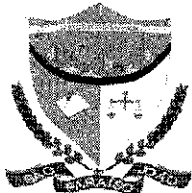
PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/____

LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº XXX/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.12.0014



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____

FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____-

Logradouro..., Número..., Bairro..., Cidade..., Estado....

Nome Responsavel Contratado..., CPF nº ____-____-____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora ____, inscrita no CNPJ nº ____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP),



FL. (S)
Nº 110
RUBRICADA

referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico N°{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico N° XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

- 2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- 2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
- 2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
- 2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
- 2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- 2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem





FL.(S)
Nº 111
RUBRICA: A

levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.11 O instrumento do contrato conterà o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.12.2.2 Mantiverem sua proposta original.

2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

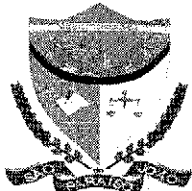
2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:



FL.(S)
Nº 119
RUBRICA

2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS



FL.(S)
Nº 113
RUBRICA: [assinatura]

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:



- 6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 6.4.1 – Por razão de interesse público;
- 6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;
- 7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



FL(S)
Nº 145
RUBRICADA

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADEÇÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

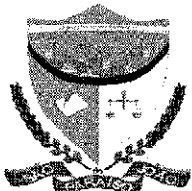
9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



FL.(S)
Nº 116
RUBRICA:

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)



FL(S)
Nº 117
RUBRICA: [assinatura]

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)



FL.(S)
Nº 118
RUBRICA:

ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

A Empresa____, devidamente inscrita no CNPJ nº____, com endereço na Rua____, nº____, CEP:____ na cidade de____ Estado do____ telefone (____)____- por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)____, inscrito (a) no CPF nº____ e RG nº____, DECLARA expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal



FL.(S)
Nº 119
RUBRICA:

ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

Razão Social: CNPJ:		
Endereço:		
E-mail:		Telefone:
Agência:	Conta Bancária nº:	Banco:
Representante Legal:		R. G. e CPF

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus.

Solicitante/Processo – XXX/2025-PMSJP

Condições de pagamento -

Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.) -

DATA ASSINATURA/CARIMBO



PMSJP

DESPACHO

FL.(S) 100
Nº 100
RUBRICA:

À Procuradoria Geral do Município de São João do Paraíso/MA.

Considerando a necessidade no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA;

Considerando a elaboração da minuta do Edital e seus anexos, referente ao referido processo licitatório;

Determino o encaminhamento dos presentes autos à Procuradoria Geral do Município, para análise e manifestação quanto à minuta do Edital e demais documentos que o integram, especialmente no que se refere à regularidade e conformidade jurídica dos atos preparados, como medida de resguardo aos princípios da legalidade, transparência, eficiência e do interesse público.

Após o devido parecer, retornem-se os autos para prosseguimento.

São João do Paraíso/MA, 10 de outubro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.12.0014-PMSJP-MA

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Saúde.

ASSUNTO: Análise da Minuta de Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação encaminhada a esta Procuradoria pelo agente de contratação desta Prefeitura, em atendimento ao art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21, para proceder à análise da minuta do Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, tipo menor preço por item, cujo objeto implica no Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

O mesmo foi encaminhado a esta Procuradoria para fins de atendimento do despacho acima citado que é o exame da minuta do edital e seus anexos, conforme o disposto no art. 53, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.

O presente processo licitatório encontra-se instruído com os documentos: Documento de Formalização de Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Matriz de Risco, Solicitação de Pesquisa Mercadológica, Relatório da Pesquisa de Preços, Mapa de Apuração, Termo de Referência aprovado pela autoridade competente, Solicitação de Dotação Orçamentária, Minuta do Edital e seus anexos.

É o breve relatório

II – FUNDAMENTAÇÃO

Considerações iniciais

A Constituição Federal de 1988, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório, determinando que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, ressalvados os casos especificados na legislação. Neste sentido, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de tal procedimento, conforme se depreende do inciso XXI do art. 37, abaixo transcrito:

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAISO - MA

Art. 37. Omissis... XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Repetindo o preceito constitucional, o artigo 6º da Lei 14.133/21, estabelece a regra geral da necessidade da licitação, inclusive para os serviços cuja conceituação se contém no inciso XI englobando a atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração. O certame pretende o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, através da modalidade Pregão Eletrônico com critério de julgamento Menor Preço Item. A contratação pretendida enquadra-se na previsão no Art. 28º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 28. São modalidades de licitação:

- I - pregão;
- II - concorrência;
- III - concurso;
- IV - leilão;
- V - diálogo competitivo.

A primeira fase da licitação encontra-se disciplinada em linha gerais no artigo 18 da Lei Federal 14.133/21 e observa-se que os requisitos contidos nos incisos do referido artigo está compreendido na Minuta do Edital. Senão vejamos:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

- I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

A nova Lei de Licitação e Contratos da Administração Pública ainda determina em seu artigo 25, quais os requisitos a serem observados pela mesma quando da elaboração do Edital, *in verbis*:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

§ 1º Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes.

In casu, observa-se que a Minuta de Edital de Pregão e seus anexos estão em consonância com as disposições acima citadas além da autorização para a licitação, devidamente assinada ordenador de despesas.

Analisando-se o instrumento de convocação verifica-se que o mesmo se encontra de acordo com o disposto nos art. 18º, art. 25º e art. 28º da Lei 14.133/21, bem como os demais embasamentos legais correspondentes ao planejamento da licitação e confecção do edital.

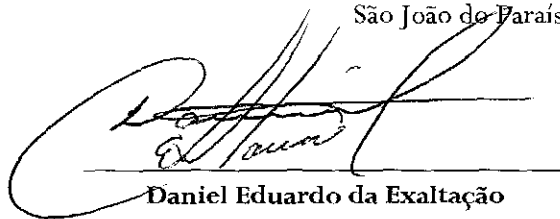
III – CONCLUSÃO



Desse modo, verifica-se que o processo administrativo ora analisado, até o presente momento, sobretudo a minuta do Edital e seus anexos, está em consonância com os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023 e da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, ressalvada as especificações técnicas constantes no Termo de Referência, que são de inteira responsabilidade do setor a quem competiu a sua elaboração.

É o Parecer, salvo melhor juízo.

São João do Paraíso- MA, 16 de outubro de 2025.



Daniel Eduardo da Exaltação
Procurador Geral-Port. 010G/2025
Advogado OAB/MA 13.250



PMSJP

FL(S)
Nº 195
RUBRICA:

AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO

Trata-se de Processo Administrativo instaurado a partir do protocolo nº2025.09.12.0014 de 12 de setembro de 2025, cujo o objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

Ante o exposto, após o encaminhamento de minuta do edital e anexos, os autos foram apreciados pela Assessoria Jurídica, em cumprimento ao disposto no art. 53, da Lei nº 14.133/2021, para fins do controle prévio de legalidade, que se manifestou pela regularidade do procedimento.

Considerando a manifestação pela legalidade constante nos autos, no uso das atribuições que me foram delegadas, **AUTORIZO** a realização do procedimento de contratação por Pregão, na forma eletrônica, nos termos solicitados.

Encaminhem-se os autos ao Agente de Contratação, Sr. ILTON RODRIGUES SOUSA, designado pela portaria n.º 002B/2025, para providências necessárias, quanto a publicação do aviso de licitação, conforme minuta constante nos autos, comunicando-se os integrantes da equipe de apoio para prosseguimento com o processo de contratação.

São João do Paraíso/MA, 20 de outubro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria n.º 005/2025

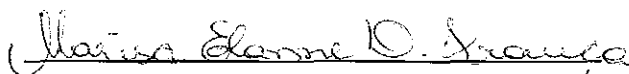


PMSJP

FL(S)
Nº 126
RUBRICA:

JUNTADA DE DOCUMENTOS DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

Juntam-se aos autos os documentos referentes à designação do(a) Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, os quais seguem anexos, para que produzam os efeitos necessários no âmbito deste Processo Administrativo, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.



Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Designar o Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, tendo em vista o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como no art. 8º, § 3º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA:

I – **Ilton Rodrigues de Sousa**, CPF nº ***.296.283-**, matrícula nº 269/2008;

§1º O servidor designado no caput deste artigo irá atuar como Agente de Contratação para conduzir os processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§2º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o Agente de Contratação mencionado no caput deste artigo será denominado Pregoeiro, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

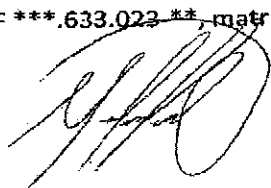
§3º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§4º Em eventual (is) afastamento legal (is) ou impedimento (s) de Pregoeiros, o Prefeito Municipal de São João do Paraíso poderá designar substituto (s) com a finalidade de dar andamento aos pregões.

Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I – **Vania Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;

II – **Nicole Santos Sousa**, CPF nº ***.633.023-**, matrícula nº 001A/2025;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

Art. 3º O pregoeiro poderá solicitar, sempre que necessário, parecer(es) ou informação(ões) dos demais setores da Prefeitura para auxiliá-lo(a) nas análises das propostas de preço e habilitação técnica.

Art. 4º Permanecem vigentes os efeitos do Decreto nº 019/2021 de 20 de maio de 2021 e Portaria nº 109 de 28 de maio de 2021 para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que a Administração tenha optado por licitar ou contratar diretamente de acordo com as leis citadas, e a opção escolhida tenha sido indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DÊ-SE CIÊNCIA.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São João do Paraíso, 03 de janeiro de 2025.



MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
EM 07 DE JANEIRO DE 2025.**

MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: f3de276856a929e78c31937400fca8d6

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Designar o Agente de Contratação, Pregoeiro e Equipe de Apoio nos procedimentos regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, tendo em vista o disposto nos incisos I e LX do art. 6º, bem como no art. 8º, § 3º da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor abaixo indicado para atuar como Agente de Contratação e Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA:

I - **Ilton Rodrigues de Sousa**, CPF nº ***.296.283-**, matrícula nº 269/2008;

§1º O servidor designado no caput deste artigo irá atuar como Agente de Contratação para conduzir os processos de licitação, contratação direta e procedimentos auxiliares regidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

§2º Nas licitações processadas por meio da modalidade pregão, o Agente de Contratação mencionado no caput deste artigo será denominado Pregoeiro, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§3º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§4º Em eventual (is) afastamento legal (is) ou impedimento (s) de Pregoeiros, o Prefeito Municipal de São João do Paraíso poderá designar substituto (s) com a finalidade de dar andamento aos pregões.

Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - **Vânia Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;

II - **Nicole Santos Sousa**, CPF nº ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025;

Art. 3º O pregoeiro poderá solicitar, sempre que necessário, parecer(es) ou informação(ões) dos demais setores da Prefeitura para auxiliá-lo(a) nas análises das propostas de preço e habilitação técnica.

Art. 4º Permanecem vigentes os efeitos do Decreto nº 019/2021 de 20 de maio de 2021 e Portaria nº 109 de 28 de maio de 2021 para os processos licitatórios regidos pela Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Federal nº 10.520/2002 enquanto estes não forem finalizados, desde que a Administração tenha optado por licitar ou contratar diretamente de acordo com as leis citadas, e a opção escolhida tenha sido indicada expressamente no edital ou no aviso ou instrumento de contratação direta publicado até o dia 29 de dezembro de 2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

DE-SE CIÊNCIA.
PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

São João do Paraíso, 03 de janeiro de 2025.

MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 7ce62fd7aa550b087a9b3db287c1a5

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SÓTER

**DECRETO Nº 021/2025, DE 02 DE JANEIRO DE 2025 - NOMEAÇÃO
DA CONTADORA DO MUNICÍPIO**

DECRETO Nº 021/2025, DE 02 DE JANEIRO DE 2025

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA CONTADORA DO MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São João do Soter - MA, **Maria do Carmo Cavalcante Lacerda**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação aplicável, resolve:

NOMEAR

Art. 1º. A srta. **DIÁLIA ARAÚJO DA SILVA**, para exercer o cargo de Contadora, do Município de São João do Soter - MA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência e publique-se.

SÃO JOÃO DO SÓTER-MA, DOIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

MARIA DO CARMO CAVALCANTE LACERDA
Prefeita Municipal de São João do Soter - MA

Publicado por: FRANCISCO ONETE DA SILVA CARDOSO
Código identificador: 3a4250bc94dc1b6bc1cea646ee32533a

**LEI Nº 196/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024 - FIXAÇÃO DOS
SUBSÍDIOS DOS VEREADORES**

LEI Nº 196/2024, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a fixação dos subsídios dos Vereadores do Poder Legislativo Municipal de São João do Soter, para a legislatura do quadriênio de 2.025 a 2.028, nos termos dos arts. 29, VI, alínea "d", 39, § 4º, da Constituição Federal; e em observância aos preceitos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2.000 (LRF), e posteriores alterações, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São João do Soter, Estado do Maranhão, **JOSELENE SILVA BEZERRA DE ARAÚJO**, no uso das atribuições que lhe são asseguradas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O subsídio mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de São João do Soter, para o período de 1º de janeiro de 2.025 a 31 de dezembro de 2.028, é fixado no valor de R\$ 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais).

§ 1º. O subsídio mensal fixado por esta lei será pago em parcela única, sendo expressamente vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, nos termos estabelecidos pelo § 4º, do art. 39, da Constituição Federal.

§ 2º. É facultado ao Vereador, quando for servidor titular de cargo, emprego e função:

I - perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
GESTÃO 2025 A 2028

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através do prefeito municipal, torna público para conhecimento dos interessados que na Publicação do DIARIO DA FAMEM QUINTA * 09 DE JANEIRO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3516/2025 ISSN 2763-860X PAGINA 135: **ONDE SE LÊ** : Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

- ~~I – Vânia Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;~~
~~II – Nicole Santos Sousa, CPF nº CPF ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025~~

LEIA SÊ: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

- I – Vania Marinho Abreu, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;
II – Alex Lima Bueno, CPF nº CPF ***.360.053-**, matrícula nº 102/2024; nomeados para exercerem a função de Equipe de Apoio de acordo com a **PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.**

Os demais Artigos e parágrafos permanecem inalterados.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO 09 DE JANEIRO DE 2025


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal



1. Caso os pagamentos sejam efetuados após o prazo estabelecido no **subitem 13.1**, por culpa da **CONTRATANTE**, serão devidos encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, desde que, para tanto, não tenha concorrido à **CONTRATADA**.
1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = 1 \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; 1 = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.
1. A **CONTRATANTE** não pagará multa por atraso no pagamento do fornecimento cobrados através de documentos não hábeis, total ou parcialmente, bem como por motivo de pendência ou descumprimento de obrigações contratuais.
1. A Nota Fiscal que for apresentada com erro será devolvida a contratada para retificação e reapresentação.

PMSJP

FL(S)
Nº 101
RUBRICA

1. DA FISCALIZAÇÃO

1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da **CONTRATADA**, esta contratação será fiscalizada por servidor formalmente instituído a quem caberá exercer as atribuições previstas, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.
2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades, imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inclusive perante terceiros, não implicando corresponsabilidade do **CONTRATANTE** ou de seus agentes diante destes.

15. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

15.1. Durante a vigência do contrato, os preços contratados serão fixos e irrevogáveis.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, tomando-se como base a Lei 14.133/21.

São João do Paraíso, 06 de janeiro de 2025

Marcos da Silva Oliveira
Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Governo
e Planejamento

APROVO O TERMO DE REFERÊNCIA

Em, ____/____/2025

Zaqueu Da Silva Castro
Secretário Municipal de Governo e Planejamento

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 63e2b23347affb4e0e770dce025d8486

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

AVISO DE ERRATA DA PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, através do prefeito municipal, torna público para conhecimento dos interessados que na Publicação do DIÁRIO DA FAMEM QUINTA * 09 DE JANEIRO DE 2025 * VOL. 19, Nº 3516/2025 ISSN 2763-860X PAGINA 135:

ONDE SE LÊ: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - **Vânia Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 05/2022;

II - **Nicole Santos Sousa**, CPF nº CPF ***.633.023-**, matrícula nº 031/2025

LEIA SE: Art. 2º. Designar os servidores abaixo indicados para integrar a Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro:

I - **Vânia Marinho Abreu**, CPF nº ***.559.973-**, matrícula nº 120/2024C;
II - **Alex Lima Bueno**, CPF nº CPF ***.360.053-**, matrícula nº 102/2024; nomeados para exercerem a função de Equipe de Apoio de acordo com a **PORTARIA Nº 002B/2025, DE 03 DE JANEIRO DE 2025**.

Os demais Artigos e parágrafos permanecem inalterados.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO 09 DE JANEIRO DE 2025

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 32d9f91acc35b6e5d087fe018af9abb3



PORTARIA N. 006F/2025

Dispõe sobre a **NOMEAÇÃO** de função da
Sra. **PAMELA CAVALCANTE PONTES**.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para função de Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, a senhora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.047.333-**.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 24 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FUI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ATRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 006F/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.

PORTARIA N. 007F/2025

**AVISO DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS
DA PORTARIA Nº 002B/2025 de
03/01/2025**

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, **MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas, torna público para conhecimento dos interessados que o servidor **ALEX LIMA BUENO**, nomeado para exercer a função de membro da Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme portaria nº 002B/2025, de 03 de janeiro de 2025, no Art. 2º, fica exonerado da referida função.

Dessa forma, **R E S O L V E** nomear a servidora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, como novo membro da Equipe de Apoio, substituindo o servidor mencionado, por meio da portaria de nº 006F/2025, de 24 de janeiro de 2025.

Os demais artigos e parágrafos permanecem inalterados.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, AOS 24
DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025.**


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE ALEIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ATRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 007F/2025 SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.

de fevereiro de 2025. Ilton Rodrigues de Sousa Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: c00c1a36549cbc6b16de81b8913c2d71

DECRETO Nº 008-2025

DECRETO Nº 008-2025

DISPÕE SOBRE A DECLARAÇÃO DE FERIADO MUNICIPAL NO PERÍODO DE CARNAVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e considerando a tradição das festividades carnavalescas,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado ponto facultativo nos dias 03 de março (segunda-feira), 04 de março (terça-feira), e 05 de março (quarta-feira), em razão das festividades de Carnaval, abrangendo todas as repartições públicas municipais, exceto aquelas que, por sua natureza, exijam funcionamento ininterrupto.

Art. 2º O expediente nas repartições públicas municipais será retomado normalmente no dia 06 de março de 2025.

Art. 3º As atividades essenciais, tais como serviços de saúde, segurança pública e limpeza urbana, deverão manter escalas de plantão para garantir o atendimento à população.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Paraíso - Estado do Maranhão, aos 27 de fevereiro de 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 94f7553c6a736cabf78539ec952bdd9a

PORTARIA N. 002A/2025

PORTARIA N. 002A/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ILTON RODRIGUES DE SOUSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **PREGOEIRO**, o senhor **ILTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.296.283.**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 03 DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: e00a59debd4e93358d149a2cda7c49b8

PMSJP

PORTARIA N. 006F/2025

PORTARIA N. 006F/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO de função da Sra. **PAMELA CAVALCANTE PONTES**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para função de Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, a senhora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, brasileira, inscrita no CPF nº ***.047.333.**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 24 DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: 4967bc0ea38d1e3e8abfed0a53f7bdfc

PORTARIA N. 007F/2025

PORTARIA N. 007F/2025

AVISO DE SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA PORTARIA Nº 002B/2025 de 03/01/2025

O Prefeito Municipal de São João do Paraíso, Estado do Maranhão, **MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas, torna público para conhecimento dos interessados que o servidor **ALEX LIMA BUENO**, nomeado para exercer a função de membro da Equipe de Apoio ao Agente de Contratação e Pregoeiro, conforme portaria nº 002B/2025, de 03 de janeiro de 2025, no Art. 2º, fica exonerado da referida função.

Dessa forma, **R E S O L V E** nomear a servidora **PAMELA CAVALCANTE PONTES**, como novo membro da Equipe de Apoio, substituindo o servidor mencionado, por meio da portaria de nº 006F/2025, de 24 de janeiro de 2025.

Os demais artigos e parágrafos permanecem inalterados.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, AOS 24 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025.

MARCOS VINÍCIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por: VITOR ALBUQUERQUE DE SOUSA TRINDADE
Código identificador: ff37bb2561861802ae3b4d90b61210ba

PORTARIA N. 031/2025

PORTARIA N. 031/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ANA



PORTARIA N. 002A/2025

Dispõe sobre a NOMEAÇÃO do cargo em comissão de ILTON RODRIGUES DE SOUSA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica do Município e demais leis específicas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para exercer o cargo em comissão de **PREGOEIRO**, o senhor **ILTON RODRIGUES DE SOUSA**, brasileiro, inscrito no CPF nº ***.296.283.-**.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e a execução da presente portaria pertencerem que a cumpram e a façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO EM 03 DE JANEIRO DE 2025.


MARCOS VINICIUS DE FRANÇA FERREIRA
Prefeito Municipal

CERTIFICO QUE, NESTA DATA, FOI DEVIDAMENTE AFIIXADO E PUBLICADO NO MURAL DE AVISOS DO ATRIO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, A PORTARIA DE NOMEAÇÃO Nº 002A/2025 - SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, AOS 03 DIAS DO MÊS DE JANEIRO DE 2025. CERTIFICO E ASSINO O PRESENTE TERMO DE PUBLICAÇÃO.

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso Licitações e contratações diretas conforme a Lei nº 14.133/2021: regulamentação, implementação e procedimentos eletrônicos, com carga horária de 36 horas, realizado nos dias 18 a 22 de dezembro de 2023, em São Luís (MA).

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 22 de dezembro de 2023.

instituto
CERTAME

Juana B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL. 136
RUBRICAR

PMSJP



CERTIFICADO

Certificamos que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

Participou da **SEMANA ESPECIALISTA NOVA LEI DE LICITAÇÕES**
com carga horária total de 8 (oito) horas, nos dias 24 a 26 de maio de 2021.


Professor Matheus Carvalho

ESPECIALISTA
RECONHECIDO

licita
news

CERTIFICADO

Licitação na Prática



Licitanews Consultoria Especializada em Licitação Pública

Itton Rodrigues de Sousa

participante do evento "Licitação na Prática" realizado nos dias 26 de julho de 2021 a

no canal Licitanews Online, com duração de (62) horas, aula

de inteligência para Licitação e Contratação Pública.

ES., 05 de Agosto de 2021

RUBRICADA
Nº 153
FL (9)

Uesley Silvio Medeiros
Consultor/Professor
Assinatura Digital

LICITANET

CERTIFICADO

Certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Licitações públicas e formação de Pregoeiros (incluindo Pregão Eletrônico por meio do Comprasnet)**, na modalidade presencial, realizado nos dias 13 a 17 de dezembro de 2021, em São Luís/MA com carga horária de 40 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

São Luís (MA), 17 de dezembro de 2021.

instituto
CERTAME

Juaneire B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL(S)
Nº 139
RUBRICAR
PMSJP



CERTIFICADO

Em 03 de julho de 2020, certificamos para todos os fins que

ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou, com êxito, do curso **Pregão Eletrônico em Prefeituras: formação e atualização de Pregoeiros**, na modalidade EAD, realizado de 29 de junho a 03 de julho de 2020, com carga horária de 16 horas.

O conteúdo ministrado encontra-se no verso deste certificado.

instituto
CERTAME

Juvenne B Xavier
A B XAVIER TREINAMENTOS
CNPJ - 11.669.032/0001-09

FL(S) 10
Nº 10
RUBRICA: *[assinatura]*
PMSJP



CERTIFICADO

Certificamos que

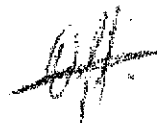
ILTON RODRIGUES DE SOUSA

participou do evento **9ª Edição do Fórum Virtual de Licitações**, realizado no período de 08 a 10 de novembro de 2021, na plataforma via YouTube com carga horária de 12 horas.

São Paulo, 10 de novembro de 2021




Marcio Valle
Diretor



Ricardo Dantas
Palestrante



Edson Silva
Diretor

FL(S)
Nº 144
RUBRICA: 

PMSUP





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



EDITAL

Pregão Eletrônico nº 16/2025		Data de abertura: 17/11/2025 às 08:30 www.licitanet.com.br	
Processo Administrativo 2025.09.12.0014- PMSJP	SRP? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Exclusiva ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Reserva de quota ME/EPP? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
<p>Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.</p>		<p>Legislação Aplicada: Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23.</p>	
Valor total estimado R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)	Vistoria? <input type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Facultativa <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica	Amostra/Demonstração? <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	
Modo de disputa: ABERTO	<p>Pedidos de esclarecimentos e impugnações Até 03/11/2025 para o endereço em campo específico na plataforma www.licitanet.com.br, no caso de problemas na plataforma enviar no e-mail: cplsiparaíso@gmail.com</p>		
Documentação de habilitação			
Requisitos básicos: Conforme Termo de Referência		Requisitos específicos Não se aplica	
<p>Adjudicação Por Item à(s) licitante(s) vencedora(s)</p>			
<p>O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no sítio eletrônico www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, na plataforma www.licitanet.com.br e poderão ser lidos gratuitamente e/ou obtidos no órgão, situado no endereço Avenida do Comércio, Nº 150, Centro, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 13:00 horas.</p>			



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



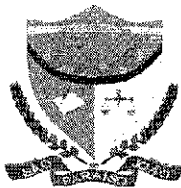
PMSJP

FL.(S)
Nº 143
RUBRICA: A

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7. DA FASE DE JULGAMENTO	11
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	15
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	17
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	18
11. DOS RECURSOS.....	19
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	19
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21

Handwritten signature: C. B. S. S. S.



MINUTA DE EDITAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

(Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014-PMSJP)

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – ESTADO DO MARANHÃO**, no uso de suas atribuições legais torna público, que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, cujo o critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Decreto nº 11.462/23 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 17/11/2025 às 08:29 horas.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: Dia 17/11/2025 às 08:30 horas.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico**, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, **para atender às demandas** da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos

1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, **sendo facultada ao licitante a participação em tantos itens quantos forem de seu interesse.**

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados na Plataforma **LICITANET – Licitações Eletrônicas** (www.licitanet.com.br).

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

Handwritten signature: M. A. Chaves



3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. A participação é aberta a todos os interessados que atendam integralmente às condições deste Edital e de seus anexos, não sendo licitação exclusiva para microempresas ou empresas de pequeno porte.

3.5.1. Será assegurado o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários legais, nos termos da legislação aplicável.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.7. Será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no ÂMBITO LOCAL, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.538/2015 para promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local.

3.7.1. Considera-se sediadas no **ÂMBITO LOCAL** as empresas sediadas no Município de São João do Paraíso/MA;

3.7.2. Considera-se sediadas em **ÂMBITO REGIONAL** as empresas sediadas na microrregião 019, composta pelas cidades: Campestre do Maranhão, Carolina, Estreito, Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

Handwritten signature: J. de Souza



FL. (S)
Nº 146
RUBRICA

3.8.9. *peças jurídicas reunidas em consórcio;*

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



FL(S)
Nº 147
RUBRICA: A

direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para a fase de apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

Assinatura



FL(S)
Nº 148
RUBRICA

- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado exclusivamente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 5.1.1. **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;**
- 5.1.2. Marca e Modelo;
- 5.1.3. Fabricante;
- 5.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o máximo estipulado no Termo de Referência.
- 5.1.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.1.6. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

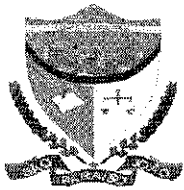
5.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Chelhança



FL(S)
Nº 149
RUBRICA:

- 5.6.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.6.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
- 5.7. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **ITEM**
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



FL(S)
Nº 150
RUBRICADA

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11.6. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", a etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.7. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.8. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.9. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11.11. Na hipótese de não serem apresentadas, ao menos, três propostas válidas, os licitantes que tiverem apresentado as três melhores ofertas, inclusive as empatadas, poderão ser convidados a oferecer novos lances sucessivos.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão com o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as

Uraguaya



FL(S)
Nº 151
RUBRICA: A

microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

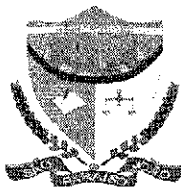
6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



FL. (S)
Nº 157
RUBRICA: A

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após o encerramento da etapa de lances.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro poderá verificar se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).



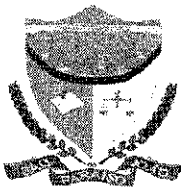
FL(S)
Nº 153
RUBRICADA

- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** e 4.6 deste edital.
- 7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.6.1. contiver vícios insanáveis;
 - 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
 - 7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - 7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

8.1. Habilitação jurídica

- 8.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;



FL(S)
Nº 154
PÚBLICA: A

8.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

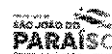
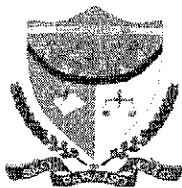
8.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ESTADUAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Handwritten signature



FL(S)
Nº 155
RUBRICADA

8.2.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes MUNICIPAL/DISTRITAL relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda ESTADUAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.8. Prova de regularidade com a Fazenda MUNICIPAL/DISTRITAL do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.9. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos ESTADUAL/DISTRITAL ou MUNICIPAL/DISTRITAL relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.10. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$EG = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{ATIVO TOTAL}}$$

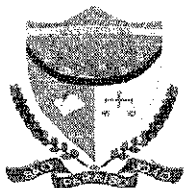
8.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.3.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.3.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.3.7. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação.

UAG



FL.(S)
Nº 156
RUBRICA: 4

8.3.8. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.9. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.4. Qualificação Técnica

8.4.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, referente à realização de exames de espirometria e eletrocardiograma, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando aplicável.

8.4.2. Para fins de comprovação do quantitativo mínimo, será admitida a apresentação e o somatório de diferentes atestados, desde que os serviços tenham sido executados de forma concomitante.

8.4.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à execução dos serviços, endereço atual da contratante, local onde os exames foram realizados, Notas Fiscais que comprovem a prestação dos serviços, dentre outros documentos pertinentes.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos nos **itens 8 deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. Além da documentação prevista no item acima, o licitante deverá apresentar a Declaração Unificada conste no Anexo IV.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



FL(S)
Nº 157
RUBRICA

- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio no habilitante, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no **HABILITANET** serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 9.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.



FL(S)
Nº 153
RUBRICA: #

9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Após a homologação da licitação, **a licitante vencedora será convocada** para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

10.2. A convocação **da vencedora**, assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, **correio eletrônico (e-mail)** ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais.

10.3. É facultada a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;



FL(S)
Nº 169
RUBRICADA

10.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;

10.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

10.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

10.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou



FL(S)
Nº 160
RUBRICA: A

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

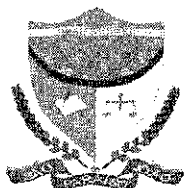
PMSJP



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
CRIAÇÃO EM 1991

FL(S)
Nº 161
RUBRICA: 4

- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 13.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;



FL(S)
Nº 164
RUBRICADA

g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 3 (três) anos.

13.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

13.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de campo específico na Plataforma LICITANET – Licitações Eletrônicas

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Uelton



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL(S) 3
Nº 163
RUBRICADA



- 15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e www.licitanet.com.br e www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br.
- 15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
 - 15.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato
 - 15.11.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços
 - 15.11.4. ANEXO IV – Declaração Unificada.
 - 15.11.5. ANEXO V – Modelo de Proposta de Preços.

SÃO JOÃO DO PARAÍSO-MA, 29 de outubro de 2025.

Marisa Elanne Damasceno de França
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL.(S)
Nº 164
RUBRICA: #

ANEXO II

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO Nº _____
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº _____
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: _____



OBJETO CONTRATUAL

.....



VALOR CONTRATUAL

R\$ (.....)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: ____/____/____

FINAL: ____/____/____



DADOS DO CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL CONTRATANTE, CNPJ nº _____

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contrante....., CPF nº _____



DADOS DO CONTRATADO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº _____

Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado.....

Nome Responsavel Contratado....., CPF nº _____



FISCAL DO CONTRATO

Nome Fiscal Contrato.....

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Razão Social Contratante.... – UF., através da Unidade Adminsitrativa Contratante, inscrita no CNPJ nº _____, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de

Handwritten signature



FL(S)
Nº 165
RUBRICA: #

1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Ite m	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
Valor Total					R\$	

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

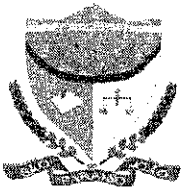
2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.



FL(S)
Nº 166
RUBRICA: A

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de



documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE:

CLASSIFICAÇÃO:

NATUREZA DA DESPESA:

FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 - Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;

9.2 - Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;

9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;

9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;



- 9.5 - Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.6 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;
- 9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;
- 9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;
- 9.9 - Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;
- 9.10 - Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;
- 9.11 - Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;
- 9.12 - Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;
- 9.13 - A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;
- 10.2 - Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;
- 10.6 - Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;
- 10.7 - Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;
- 10.8 - Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;
- 10.9 - Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos



de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;

10.10 - Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;

10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;

10.12 - Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;

10.13 - Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.



11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;



- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos).

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

Marisa Elaine D. Franco

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:



ANEXO III
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/____
LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº XXX/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.12.0014



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 0,00 (valor por extenso)



VIGÊNCIAS

INICIAL: ____ de ____ de ____

FINAL: ____ de ____ de ____



ÓRGÃO GERENCIADOR

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº ____/____/____

Logradouro..., Número..., Bairro..., Cidade..., Estado.....

Nome Responsavel Contratado..., CPF nº ____-____-____

PREÂMBULO

Aos ____ de ____ de ____, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora _____, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP),

Handwritten signature: Clécio



referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº{numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

- 2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- 2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
- 2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
- 2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
- 2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- 2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem



levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.

2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

2.11 O instrumento do contrato conterà o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.12.2.2 Mantiverem sua proposta original.

2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:



- 2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

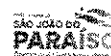
- 3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.
- 3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.
- 3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
- 4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

Handwritten signature: Cláudio Henrique



5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

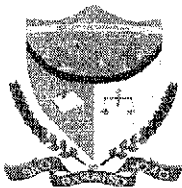
5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

Handwritten signature



FL(S)
Nº 178
RUBRICADA

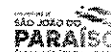
- 6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- 6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 6.4.1 – Por razão de interesse público;
- 6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

- 7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;
- 7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Handwritten signature



FL(S)
Nº 179
RUBRICADA

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.



FL(S)
Nº 180
ROBRIÇA

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

União



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Comunidade e Saúde

FL(S)
Nº 181
RUBRICA

ANEXO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2025

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Pregão Eletrônico Nº XXX/2025, detentor dos preços registrados com esta Prefeitura Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS ITENS

São João do Paraíso – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)

Uelton



ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA

Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

A Empresa____, devidamente inscrita no CNPJ nº____, com endereço na Rua____, nº____, CEP:____na cidade de____ Estado do____telefone (____)____- por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a)____, inscrito (a) no CPF nº____e RG nº____,DECLARA expressamente:

a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;

c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)

Representante Legal

Assinatura



ANEXO V – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS
(ESTE MODELO DE PROPOSTA DEVERÁ SER PREENCHIDO PELO LICITANTE VENCEDOR)

Ao MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MA
Referência: Edital Pregão Eletrônico nº XXX/2025

Razão Social: CNPJ:		
Endereço:		
E-mail:		Telefone:
Agência:	Conta Bancária nº:	Banco:
Representante Legal:		R. G. e CPF

Apresentamos nossa proposta de preços para o (s) Item (s) abaixo detalhado (s):

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	MARCA E MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

O valor total proposto para o Item é de R\$ (XXXXXXXXXX).

Declaro que no preço cotado estão inclusas todas as despesas, tais como frete, seguro, taxas, tributos e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado, bem como que o produto será entregue no estabelecimento do contratante, sem ônus.

Solicitante/Processo – XXX/2025-PMSJP

Condições de pagamento -

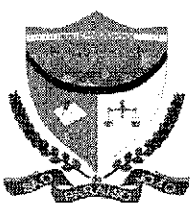
Validade da proposta -

Prazo de entrega -

Fornecedor (Razão Social, CNPJ, Endereço, Telefone/fax, etc.) -

DATA ASSINATURA/CARIMBO

Ute Jhonca



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, incluindo todos os procedimentos necessários para a execução correta, emissão de laudos técnicos e acompanhamento conforme protocolos médicos, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA.

2. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

2.1 A contratação tem por finalidade assegurar a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, indispensáveis ao diagnóstico precoce, acompanhamento e tratamento de doenças respiratórias e cardiovasculares, que representam significativa parcela das demandas atendidas pela rede municipal de saúde. A disponibilidade contínua desses procedimentos é essencial para apoiar as equipes médicas na definição de condutas terapêuticas, reduzir riscos de complicações e promover maior resolutividade no atendimento aos usuários do SUS;

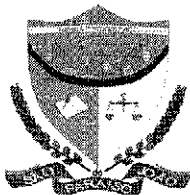
2.2 Considerando o aumento da procura por consultas nas áreas de pneumologia e cardiologia, e diante da inexistência de capacidade instalada suficiente no âmbito municipal para suprir essa demanda, torna-se necessário contratar empresa especializada que disponha de estrutura técnica, profissionais habilitados e equipamentos adequados para a execução segura e eficiente dos exames;

2.3. Dessa forma, a contratação se apresenta como medida imprescindível para garantir a integralidade da assistência em saúde, atender às necessidades atuais e prevenir o agravamento de condições clínicas que impactam diretamente a qualidade de vida da população e os indicadores de saúde do Município.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução escolhida foi a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP). Esta opção se apresenta como a mais adequada e vantajosa para atender à necessidade identificada, proporcionando benefícios técnicos, operacionais e econômicos, garantindo a execução eficiente dos exames, a agilidade na disponibilização dos laudos e a otimização dos recursos públicos, em conformidade com as demandas de saúde do Município de São João do Paraíso;

3.2. A solução escolhida visa garantir a realização contínua e de qualidade dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, assegurando que a população do Município de São João do Paraíso tenha acesso regular a procedimentos essenciais para o diagnóstico e acompanhamento de doenças respiratórias e cardiovasculares;



3.3. Além disso, as empresas especializadas geralmente oferecem equipamentos calibrados e profissionais capacitados, o que proporciona maior segurança quanto à precisão dos resultados e à confiabilidade dos laudos, contribuindo também para a otimização de recursos públicos e redução de riscos associados à execução dos exames;

3.4. Dessa forma, a escolha pela contratação de empresa especializada para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, por meio do Sistema de Registro de Preços, se mostra como a opção mais vantajosa e assertiva para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, melhorando a eficiência do atendimento clínico e garantindo resultados confiáveis, dentro de um marco regulatório e de qualidade bem estruturado.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. Para atender de forma adequada à demanda da rede municipal de saúde, a futura contratação deverá contemplar os seguintes requisitos mínimos:

4.1.1. **Capacidade técnica** – a empresa contratada deverá dispor de equipe de profissionais qualificados e devidamente habilitados para a realização dos exames de espirometria e eletrocardiograma clínico, observando as normas técnicas e regulamentações aplicáveis.

4.1.2. **Equipamentos adequados** – os exames deverão ser realizados com aparelhos modernos, calibrados e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pelos órgãos de saúde competentes, garantindo precisão e confiabilidade nos resultados.

4.1.3. **Infraestrutura adequada** – a contratada deverá garantir condições apropriadas de espaço físico, higiene e biossegurança, de acordo com as diretrizes estabelecidas para a realização dos procedimentos.

4.1.4. **Entrega dos resultados** – os laudos deverão ser disponibilizados em prazo hábil, em formato físico ou eletrônico, de forma a possibilitar agilidade na tomada de decisão médica e continuidade do cuidado aos pacientes.

4.1.5. **Acessibilidade e disponibilidade** – os serviços deverão ser ofertados em quantidade suficiente para atender a demanda municipal, respeitando horários e fluxos estabelecidos pela Secretaria de Saúde.

4.1.6. **Garantia de confidencialidade** – assegurar a proteção e sigilo das informações dos pacientes, em conformidade com a legislação vigente.

4.2. Quanto à Sustentabilidade:

4.2.1. A presente contratação apresenta baixo impacto ambiental, considerando que os exames de espirometria e eletrocardiograma clínico utilizam equipamentos de alta durabilidade e geram apenas resíduos descartáveis de pequeno porte, os quais deverão ser destinados corretamente como resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a legislação vigente. Ressalta-se, ainda, que a adoção de equipamentos eficientes contribui para a economia de energia e para a racionalização dos recursos, assegurando conformidade com os princípios da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental.



FL.(S)
Nº 126
RUBRICA

4.3. Quanto à Exigência de Amostras:

4.3.1. Considerando que o objeto em questão refere-se à prestação de serviços especializados de realização de exames laboratoriais e diagnósticos, não se faz necessária a exigência de apresentação de amostras por parte dos licitantes. Tal medida justifica-se pelo fato de que a natureza do serviço não envolve fornecimento de bens materiais que demandem análise física prévia para aferição de qualidade ou compatibilidade.

4.3.2. Nesse contexto, a habilitação técnica e operacional das empresas será comprovada por meio da apresentação de registros, licenças, certificações e demais documentos pertinentes, os quais atestam a regularidade do laboratório, a qualificação de sua equipe técnica, a adequação de seus equipamentos e a conformidade dos procedimentos adotados com as normas vigentes. Dessa forma, assegura-se a plena observância aos princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

4.4. Quanto a Garantia da Execução Contratual:

4.4.1. A Contratante poderá exigir garantia de execução contratual no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo o licitante optar por caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogável por igual período a critério da Prefeitura.

4.4.2. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a Contratada não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, a Prefeitura poderá reter o pagamento até o limite do valor correspondente à garantia exigida, até que seja regularizada a situação;

4.4.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 1% (um por cento);

4.4.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem o **Art.137** da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.5. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

4.4.6. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.4.7. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

4.4.8. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à Contratada.

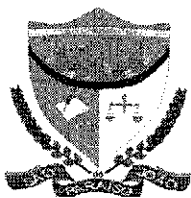
4.4.9. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado em conta específica com correção monetária, em favor da Prefeitura;



- 4.4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 4.4.11. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;
- 4.4.12. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;
- 4.4.13. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;
- 4.4.14. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;
- 4.4.15. Após execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante;
- 4.4.16. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim só segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para pagamentos dessas verbas trabalhistas diretamente pela administração;
- 4.4.17. Em caso de encerramento da vigência do contrato, ou rescisão contratual, a Secretaria reterá a garantia prestada, até que o fiscal verifique o pagamento pela Contratada das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.4.18. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada;
- 4.4.19. A Prefeitura não executará a garantia nas seguintes hipóteses:
- 4.4.20. Caso fortuito ou força maior;
- 4.4.21. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;
- 4.4.22. Descumprimento das obrigações pela contratada decorrente de atos ou fatos da administração.

4.5. Quanto à Subcontratação:

- 4.5.1. A subcontratação integral dos serviços de espirometria e eletrocardiograma não será permitida, tendo em vista que se trata de serviços especializados de natureza técnica e assistencial, que exigem execução direta pela contratada, mediante profissionais habilitados e devidamente registrados nos respectivos conselhos de classe (médicos e/ou profissionais de saúde habilitados).
- 4.5.2. Esses exames envolvem a coleta e análise de dados clínicos sensíveis, exigindo controle rigoroso de qualidade, confiabilidade dos resultados e rastreabilidade dos procedimentos, fatores que poderiam ser comprometidos caso houvesse a transferência de responsabilidade a terceiros.



4.5.3. Além disso, a subcontratação comprometeria a continuidade, a segurança e a padronização dos serviços prestados, dificultando a fiscalização pela Administração e a responsabilização direta da contratada em caso de eventuais falhas técnicas ou irregularidades.

4.5.4. Portanto, por razões de responsabilidade técnica, sigilo das informações, qualidade assistencial e eficiência administrativa, é vedada a subcontratação total, admitindo-se apenas subcontratação parcial mediante autorização expressa da Secretaria de Saúde e sob responsabilidade técnica integral da contratada.

5. DO VALOR ESTIMADO:

5.1. O valor estimado foi definido para o atendimento das despesas da futura contratação por meio de Pesquisa de mercado, realizada pelo Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, em conformidade com as orientações do Tribunal de Contas da União, utilizando-se dos parâmetros definidos no Art. 23 e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

5.2. Dessa maneira, foi realizada uma análise dos preços praticados no mercado, a fim de estimar de maneira **adequada** o valor da pretensa contratação. Como método para obtenção do preço estimado, utilizou-se a média aritmética dos valores obtidos na pesquisa de preços, junto ao sistema Fonte de Preços, com base em um conjunto de três valores válidos e compatíveis, oriundos dos parâmetros legais acima citados, **acompanhados** dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e demais documento

5.3. Face ao exposto, identificamos o valor estimado em **R\$ 387.258,50 (Trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)**, conforme Relatório de Pesquisa de Mercado, Relatório do Fonte de Preços e Mapa de Apuração, anexados a este Termo de Referência;

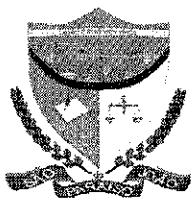
5.4. Aduzimos, ainda, que os preços propostos serão considerados completos e deverão abranger todas as despesas relativas à futura contratação, tais como tributos e quaisquer despesas acessórias e/ou necessárias ao cumprimento do objeto, salvo disposição legal em contrário. Todos os custos diretos e indiretos deverão estar inclusos no preço dos serviços, inclusive eventuais despesas de deslocamento e instalação, conforme aplicável.

6. DOS QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

6.1. A especificações técnicas e quantitativos dos itens objeto da referida contratação, encontram-se relacionadas no Anexo I deste Termo de Referência;

6.2. Aduzimos ainda, que as especificações e quantitativos apresentadas constituem uma estimativa em função de eventuais demandas das unidades e dos usuários, baseando-se em dados de consultas realizadas junto ao setor competente responsável por identificar as necessidades inerentes ao objeto da pretensa contratação, como também levantamento de contratações similares do exercício anterior.

7. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES:



7.1 O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços a ser firmada mediante a realização deste Pregão Eletrônico, será a Secretaria Municipal de Saúde.

8. DO ENQUADRAMENTO LEGAL:

8.1. O objeto deste Termo de Referência é considerado serviço comum, porque é definido mediante especificações usuais no mercado, tendo como critério de escolha o preço ofertado, somente cabendo à adoção da modalidade PREGÃO, nos termos do Art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

8.2. A modalidade de licitação ora escolhida, confere maior celeridade ao processo, como também amplia o universo dos potenciais licitantes. Desse modo, entende-se que o interesse público será mais satisfatoriamente atendido mediante a adoção dessa modalidade;

8.3. Diante do exposto, é oportuno informar que será utilizado o Sistema de Registro de Preços, nos moldes do Art. 6º, inciso XLV da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

9.1. Por se tratar de previsão para futuras e eventuais contratações no sistema de Registro de Preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 17 da Lei Federal nº 11.462/2023.

10. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO:

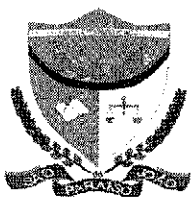
10.1. Para julgamento e classificação das propostas, deverá ser adotado o critério do MENOR PREÇO POR ITEM, observadas as especificações definidas neste Termo de Referência.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

11.1. A forma e os critérios de seleção do fornecedor estarão devidamente estabelecidos no **edital de licitação**, contemplando as exigências legais de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, bem como o cumprimento das normas específicas aplicáveis ao objeto. Dessa forma, assegura-se que somente empresas devidamente capacitadas, que atendam aos requisitos técnicos e legais, poderão participar do certame, garantindo a contratação de fornecedor apto a prestar os serviços de realização de exames de espirometria e eletrocardiograma clínico com qualidade, segurança e eficiência.

12. DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO:

12.1 Do Prazo e da Forma da Prestação dos Serviços:



12.2. A execução dos serviços será feita de forma **PARCELADA**, bem como, o prazo de execução dos serviços será de **15 (quinze) dias úteis**, após recebimento da Ordem de Serviço pela contratada

12.3. Caso a CONTRATADA verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar a Prefeitura Municipal deste município, na pessoa do Fiscal do Contrato, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar o motivo do descumprimento devidamente fundamentado e indicação expressa do novo prazo previsto para entrega, que não poderá ser superior àquele inicialmente estabelecido;

12.4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo Fiscal do Contrato na forma da Lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando à contratada da decisão proferida em até 48 (quarenta e oito) após a data do pedido;

12.5. Havendo indeferimento da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades previstas em Lei.

12.6. O não cumprimento das entregas nas datas e horários determinados, ocasionará penalidades cabíveis;

12.7. No ato da execução, a contratada deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada das certidões de regularidade jurídica e fiscal, constando obrigatoriamente a razão social, o CNPJ e o endereço compatível com aquele constante na nota de empenho;

12.8. A (s) nota (s) fiscal (ais) será (ão) rejeitada (s) caso contenha (am) emendas, rasuras, borrões ou outras informações incorretas e devem ser trocadas no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, ficando o recebimento definitivo condicionado à resolução da pendência;

12.9. Todas as despesas com transporte, remessa e entrega serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

12.10. Todas as comunicações a serem realizadas entre as partes serão feitas por correio eletrônico (e-mail), telefone ou ofício.

12.11. Do Horário e Local:

12.11.1. Os serviços deverão ser prestados no hospital Municipal Joca Chaves – CNES 7597843; Unidade de Saúde da Família Lauro Pereira da Silva - CNES 786322, Rua Luís Domingos Gonzaga, s/n, São Sebastião; na Unidade de Saúde da Família Três Bocas - CNES 6653782, Três Bocas, s/n, Vila Horacio; na Unidade de Saúde da Família Osvaldo Cruz – CNES 2645475, Rua Fortunato Moreira, s/n, Povoado Vão do Marco; Unidade de Saúde da Família Projeto São Pedro - CNES 5452260, s/n, Povoado Projeto São Pedro; e Centro Municipal de Saúde São João do Paraíso, Av. Maranhão, nº 100, Centro.

12.11.2. A prestação dos serviços deverá ocorrer nas dependências da unidade de saúde designada pela Secretaria Municipal de Saúde de São João do Paraíso/MA, conforme programação estabelecida pela contratante;

12.11.3. Caso os serviços executados não atendam às especificações técnicas, quantitativas ou qualitativas previstas neste Termo de Referência, a contratada será notificada para realizar as correções ou repetições necessárias, sem ônus adicional para a Administração;

12.11.4. A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor designado pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, responsável por atestar a conformidade dos serviços prestados;



12.11.5. A realização dos exames deverá ocorrer em dias e horários acordados com a Secretaria Municipal de Saúde, observando-se o funcionamento contínuo das unidades de saúde e as demandas específicas do serviço, inclusive em casos de plantões, feriados ou situações emergenciais devidamente justificadas;

12.11.6. A contratada deverá manter comunicação constante com a equipe de fiscalização, informando previamente a programação das coletas e disponibilizando, sempre que aplicável, relatórios de acompanhamento, protocolos ou registros eletrônicos dos exames realizados.

12.12. Do Recebimento dos Serviços Prestados:

12.12.1. Provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do CONTRATADO de conclusão da execução dos exames contratados;

12.12.1.1. Definitivamente, após prazo de observação ou análise dos resultados dos exames, que não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no ato convocatório ou no contrato.

12.12.2. Testes e Verificação da Conformidade

12.12.2.1. Serão realizados procedimentos de verificação e conferência dos resultados dos exames, para assegurar que atendam às especificações técnicas mínimas exigidas e aos parâmetros utilizados para fins de qualificação da proposta do CONTRATADO.

12.12.3. Rejeição do Serviço

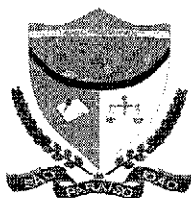
12.12.3.1. O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, caso os resultados dos exames não estejam em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência ou apresentem inconsistências. Nessa hipótese, o CONTRATADO obriga-se a refazer ou complementar os exames no prazo determinado pelo Fiscal do Contrato, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções legalmente aplicáveis.

12.12.4. Responsabilidade Pós-Recebimento

12.12.4.1. O recebimento provisório ou definitivo não exime o CONTRATADO da responsabilidade por eventuais falhas ou inconsistências nos resultados que não possam ser identificadas imediatamente, por estarem ocultas ou por se manifestarem posteriormente à análise da Administração.

12.12.5. Procedimentos para Pagamento

12.12.5.1. É dever do Fiscal do Contrato, imediatamente após o recebimento definitivo dos resultados, enviar a solicitação de pagamento ao setor responsável, juntando a nota fiscal atestada, acompanhada das certidões de regularidade fiscal, termos de recebimento, nota de empenho ou termo de contrato a que se vinculam e demais documentos pertinentes.



PMSJP

FL(S)
Nº 102
RUBRICA

12.12.6. Correção de Inconsistências

12.12.6.1. Caso seja constatada qualquer inconsistência ou desconformidade nos resultados dos exames em relação às especificações do objeto, o CONTRATADO deverá refazer ou corrigir os exames em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação, garantindo que os resultados entregues estejam em conformidade com os padrões aceitáveis pela Administração.

12.12.7. Garantia e Normas Técnicas

12.12.7.1. Os serviços prestados deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores, garantindo a confiabilidade e a qualidade dos resultados emitidos.

13. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS:

13.1. Os serviços prestados pelo CONTRATADO deverão apresentar garantia quanto à qualidade, confiabilidade e precisão dos resultados dos exames realizados, obedecendo às normas técnicas aplicáveis, protocolos do Ministério da Saúde, diretrizes da ANVISA e demais órgãos reguladores competentes.

13.2. O CONTRATADO será responsável por corrigir ou refazer quaisquer exames cujos resultados apresentem inconsistências, erros ou falhas técnicas, sem ônus adicional para a Administração, assegurando a plena conformidade com as especificações deste Termo de Referência.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

14.1. Após a homologação da licitação, a (s) licitante (s) vencedora (s) será (ão) convocada (s) para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da convocação e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos;

14.2. A convocação da (s) vencedora (s), assim como qualquer comunicação entre as partes a respeito da Ata de Registro de Preços e do Contrato, produzirá efeitos legais se processada por publicação na imprensa oficial ou por escrito mediante protocolo, e-mail eletrônico ou outro meio de registro, não sendo consideradas comunicações verbais;

14.3. É facultado a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, quando a (s) convocada (s) não comparecer (em) no prazo estipulado, não apresentar (em) situação regular no ato da assinatura da ata ou, ainda, recusar-se a assiná-lo, injustificadamente, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;



14.4. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA;

14.5. A empresa terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação;

14.6. A recusa injustificada por parte do fornecedor em assinar o contrato para formalização da contratação junto à administração pública, será caracterizada como inadimplemento total das obrigações assumidas, por conseguinte, sendo passível de abertura de processo administrativo punitivo e aplicação de penalidades legalmente estabelecidas pelas legislações vigentes, assegurados o contraditório, a ampla defesa e demais matérias e princípios constitucionais que regem o processo em âmbito administrativo ou judicial;

14.7. O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor beneficiário durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CONTRATANTE.

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DOS CONTRATOS DELA DECORRENTES:

15.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;

15.2. No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade indicado no item 7, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 15.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;

15.4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;

15.5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;



15.6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

15.7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

15.8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

15.9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, **nos termos do interesse público**.

15.10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;

15.11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

16. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO:

16.1. A nota fiscal/fatura deverá ser protocolada na sede da Prefeitura até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à execução e ao recebimento definitivo dos serviços, por meio de ofício encaminhado à Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, devendo conter todas as informações necessárias para sua quitação e estar de acordo com as normas fiscais vigentes;

16.2. O pagamento será feito em favor da empresa CONTRATADA, através de ordem bancária na sua conta corrente, após assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, emitido pela Secretaria Requisitante;

16.3. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à contratada enquanto pendentes de liquidação obrigações em virtude de penalidades impostas ou inadimplência contratual, não cabendo qualquer atualização ou compensação por atraso decorrente de responsabilidade da contratada;

16.4. A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA, poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;



16.5. O pagamento somente será efetuado após o adimplemento das obrigações contratuais pertinentes, conforme o que dispõe sobre a matéria a Lei Federal nº 14.133/2021;

16.6. A empresa CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com cada Nota Fiscal, os seguintes documentos:

- 16.6.1. Prova de regularidade relativa à débitos federais;
- 16.6.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), mediante apresentação de Certidão de Regularidade da Situação/CRF;
- 16.6.3. Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 16.6.4. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda ou órgão fazendário competente do Estado de domicílio ou sede da licitante.
- 16.6.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa da Dívida Ativa ou Certidão Conjunta, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada.

16.7. A não observância do prazo previsto para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e demais documentações necessárias ao pagamento ou a sua apresentação com incorreções ou ausências de documentos, ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas, não cabendo à CONTRATADA, qualquer acréscimo decorrente deste atraso, de sua única e total responsabilidade;

16.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação Financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo EM = Encargos Moratórios N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela a ser paga = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = TX \quad I = (6/100) \quad I = 0,00016438$$

365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;

17.2. Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;



17.3. Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;

17.4. Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;

17.5. Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;

17.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;

17.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;

17.9. Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;

17.10. Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;

17.11. Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;

17.12. Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;

17.13. A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.1. A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;

18.2. Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;



18.3. Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;

18.4. Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;

18.5. Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;

18.6. Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;

18.7. Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;

18.8. Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;

18.9. Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;

18.10. Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;

18.11. Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;

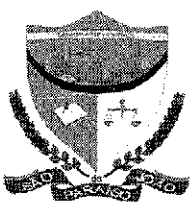
18.12. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;

18.13. Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

19. DO REAJUSTE:

19.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da elaboração do valor estimado da contratação.

20. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL



- 20.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, como também conforme as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 20.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento;
- 20.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 20.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 20.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 20.6.** O Gestor do Contrato acompanhará a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros, conforme dispões o Art. 9º do Decreto Municipal nº 097/2023;
- 20.7.** O Fiscal Técnico acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, podendo contar com o auxílio da fiscalização administrativa, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;
- 20.8.** O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e quanto ao controle do contrato administrativo no que se refere a revisões, a reajustes, a repactuações e a providências tempestivas nas hipóteses de inadimplemento, conforme dispõe no Decreto Municipal nº 097/2023;
- 20.9.** O Fiscal Setorial acompanhará a execução do contrato nos aspectos técnicos ou administrativos quando a prestação do objeto ocorrer concomitantemente em setores distintos ou em unidades desconcentradas de um órgão ou uma entidade, conforme o Decreto Municipal nº 097/2023;



20.10. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;

20.11. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

20.12. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

20.13. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

20.13.1. Acompanhamento dos serviços realizados e das autorizações emitidas pelo órgão, bem como dos relatórios a serem disponibilizados pela contratada por meio informatizado

20.13.2. Conferência das notas fiscais e dos documentos de comprovação de habilitação, ateste do documento fiscal e encaminhamento ao financeiro;

20.13.3. Será designado representante para acompanhar e fiscalizar a, execução dos serviços anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

20.13.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

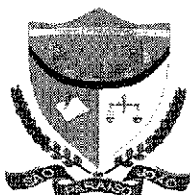
20.14. A ação de fiscalização, por parte do Gestor do Contrato, não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

20.15. As informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA deverão ser prestados pelo Gestor do Contrato.

21. SANÇÕES:

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art.5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

21.3. A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber e nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco anos).

21.4. Na aplicação das sanções serão considerados:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



PMSJP

FL(S)
Nº 201
RUBRICA:
3

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

21.6. Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

Elaboração/Técnico Responsável:

Em ____/____/2025.



Beatriz Chaves Maciel

Coordenadora da Atenção básica

Portaria nº. 078/2025



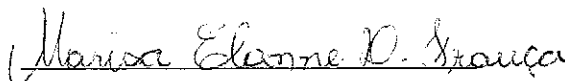
Maria Lucia de França Ferreira

Direção do Hospital Municipal

Portaria nº. 050/2025

Aprovação/Autoridade Superior:

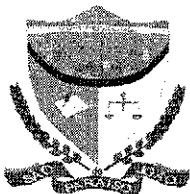
APROVO os elementos constantes do presente **TERMO DE REFERÊNCIA**, e, autorizo a imediata abertura do processo administrativo na forma regulamentar.



Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

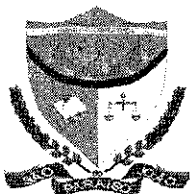


PMSJP

ANEXO I - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

FL.(S)
Nº 202
RUBRICA:
J

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1.200	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00
VALOR TOTAL					R\$ 387.258,50




PMSJP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

FL.(S)
Nº 203
RUBRICA:
3

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.** A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 08:30**. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.


Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

São Luís, sexta-feira, 31 de outubro de 2025

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

Musical dos Paralamas chega a São Luís

Produção vencedora do Prêmio APTR traz mais de 30 sucessos da banda e homenageia a trajetória de Herbert Vianna, B.J. Ribeiro e João Barone

A trajetória de uma das maiores bandas do rock brasileiro chega aos palcos de São Luís em uma celebração emocionante de amizade, música e resistência. Após uma bem-sucedida turnê por diversas capitais brasileiras, "VITAL - O Musical dos Paralamas" encerra sua temporada nacional de 2025 na capital maranhense, com apresentações nos dias 6, 7 e 8 de novembro, no Teatro Arthur Azevedo.

O espetáculo vencedor do Prêmio APTK de Melhor Produção em Teatro Musical e ficando ao Prêmio Shell de Teatro reúne mais de 30 sucessos dos Paralamas do Sucesso em uma narrativa vibrante e afetiva sobre os 40 anos de carreira de Herbert Vianna. Bi Ribeiro e João Barone, além de homenagear José Fortes, o empresário e "quarto Paralamas".

Idealizado por Gustavo Nunes (Turbilhão de Ideias) e Marcelo Pires (Ideia da Silva), com direção artística de Pedro Brício, texto de Patricia Andrade e direção musical e arranjos de Daniel Rocha, "VITAL" é uma ode à amizade que atravessa décadas, unindo gerações através da música.

"Acreditamos que a cultura deve ser acessível a todos e estamos felizes em contribuir para a descentralização das artes cênicas no Brasil. Com esse propósito, encerramos a turnê 2025 de 'Vital' em São Luís, celebrando uma trajetória que fala de amor, amizade e arte", destaca o produtor Gustavo Nunes.

(Herbert Vianna), Franco Kuster (João Barone), Gabriel Maizta (Bibi Ribeiro), Hamilton Dias (José Fortes), Barbara Ferr, Herbert Vital, Julia Sanchez, Rhener Carvalho, Ivanna Domenyco e Rodrigo Vecchi, além dos músicos Evelynne Garcia, Andrei Presser, Anne Amberget, Rafael Maia, Raul d'Oliveira e Raul Colombini)

Produzido por meio da Lei de Incentivo à Cultura e apresentado por Ministério da Cultura e Caixa Vida e Previdência, o musical promete emocionar o público marnhense com uma experiência que une rock, teatro e memória.



O elenco é formado por Rodrigo Salva


ALBUM

Paulão lança álbum "Big Paulo na Ilha do Amor", celebrando a força criativa do Maranhão

Uma das vozes mais pulsantes da nova cena musical maranhense, Paulão apresenta o projeto "Big Paulo na Ilha do Amor", um trabalho que mistura tradição e inovação em uma celebração sonora e afetiva do Maranhão. O álbum inédito marca também uma série de shows do artista em São Luis e pelo Brasil.

O disco costura ritmos como Bumba-meu-boi, Tambor de Crioula, Bloco Tradicional, Caxaciá e Reggae com influências contemporâneas como Dub, Samba, Soul, Dancehall e Afrobeat. O resultado é uma criação geopoética, política e sensível, que afirma o Maranhão como centro pulsante da cultura brasileira e território fértil de experimentação artística.

A produção musical do álbum é assinada por Adnon, responsável por conduzir a sonoridade que dá vida ao projeto. A capa do álbum é de Brenda Maciel, que complementa o universo estético da obra com uma criação visual marcante e simbólica.




ancestralidade e liberdade; e "Mia Preta", parceria com o coletivo Criola Beat — formado por Adnon, Biodz e Pantera Black —, mergulha nas batidas dos tambores maranhenses, reforçando a identidade urbana e cultural que permeia toda a obra.

Cada faixa ganhou seus próprios visualizers e/ou videocliques, em uma proposta visual que acompanha a potência sonora do projeto. Toda a parte audiovisual — incluindo os vídeos dos singles e de todas as faixas do álbum — foi dirigida por Ingrid Barros, diretora maranhense que imprime olhar sensível e provocador à obra, traduzindo visualmente a identidade afro-indígena, urbana e poética do projeto.

"Big Paulo na Ilha do Amor" vai além da música: é um manifesto artístico coletivo que conecta vozes, corpos e territórios. O álbum conta ainda com participações de Célia Sampaio (a "Dama do Reggae", que recentemente dividiu o palco com IZA no The Town, em São Paulo), além de Klicia e Dicy, fortalecendo uma rede colaborativa plural de artistas.



 **MUNICÍPIO DE FÁTIMA DO LUMIAR**
PODERE EXECUTIVO

AVISO DE LICITAÇÃO

FREGÃO ELETRÔNICO Nº 392025 OBJETO: Registro de Preços, para futura e eventual contratação em pessoa jurídica viável, a aquisição de equipamentos e dispositivos de tecnologia da informação, comunicação, apoio operacionais e ferroviários, para atender as demandas do município de Fátima do Lumiar – MA. DATA DA SFSSO: 18/11/2025. HORÁRIO: 10h56min. Sistema Eletrônico Utilizado: <https://licitacaoonlinecmam.com.br/> O Edital poderá ser obtido na Prefeitura de Campina Publica – CPF na sede da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida 12, S/N, Conjunto Habitacional – Caixa de Correio: CEP: 25.130-000; ou pelo e-mail: cpdlicitacao02@sem.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, ou através do site ou Prefeitura de Campina Publica – MA – ma@prefeituraonlinecmam.com.br, ou do Sistema de Licitação: <https://licitacaoonlinecmam.com.br/>, ou através do Sistema de Licitação – MA, ainda, pela Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) – Portal do Lumiar – MA, por até outubro de 2025. KARINA JORDANA ALMEIDA FALCÃO Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE CODÓ -MA

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2025 – SRP. O Município de Codó, tendo do Maranhão, torna pública, para conhecimento dos interessados que irá realizar, a partir da data nº 4433/2025 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, Registro de Preços para Futuro e Eventual atendimento às necessidades de Suprimentos Gêneros Alimentícios de Pessoal abrangendo: Produtos Digitais, Impressão e Acabamento de Materiais Didáticos e Administrativos, Encadernação, Cópia, Colagem, dentre nos os itens essenciais da Rede Pública Municipal de Ensino de Codó/MA, no dia 18/11/2025, às 08:00 horas (Oitavo da Manhã), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site: www.portaldecomprasdo.gov.br, sendo presidido pelo Agente de Contratação desta Prefeitura Municipal na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Praça Fátima Frezza, nº. 528, Centro, CEP: 65560-000, neste Comuneio. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Compras do Codó – endereço www.portaldecomprasdo.gov.br ou Encaminhamentos pessoais ao endereço eletrônico comprascdco@gmail.com. Codó - MA, 30 de outubro de 2025.

[illegible]

PUBLICAÇÃO 4 - APRESENTAÇÃO DA CTPS – DEVE SER REALIZADA APÓS A CONCLUSÃO DO DESLIGAMENTO

A **REFRESCOS GUARARAPES**, diante do não atendimento das diversas convocações para comparecimento e retorno ao trabalho, vem por meio deste informar ao Sr. **ISAÍAS SANTOS GUEDES**, portador do CPF de início nº 650 xxx-xxx-xx que a baixa da sua CTPS digital foi efetuada, podendo comparecer a sede da empresa situada Rua Antonio Raposo, nº 411, Outerro da Cruz, São Luis -MA para retirada de sua documentação rescisória que se encontra arquivada nessa empresa, aguardando a procura e diligência deste ex-colaborador.

[illegible][illegible]

Trajetória e Carreira de Paulo

Paulão (Paulo César Linhares) é cantor, compositor, instrumentista e produtor musical maranhense. Com mais de uma década de carreira, destaca-se por uma obra que valoriza identidades negras, tradições populares e vivências periféricas, rompendo estereótipos da masculinidade preta.

Participou de festivais como BR-135, Re[X]istência! Festa, Concerta PSNCA e foi premiado na Festa da Música do Maranhão (2023). Lançou os trabalhos "Faz Escuro. Mas Eu Canto" (2016), "Special Power" (2019) e "Corpo Aberto" (2021), além de colaborações com Enne, Gugs, Boi de Maracá, entre outros. Sua atuação também se estende à moda e às artes visuais, com projetos como a coleção "Corpo Aberto" em parceria com a marca Kolohô.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHO NEVES – MA
EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 08/2022/CEP. – Processo ADM. 057.070/2022.02. Due legal: Lei Federal nº 14.133/2021. Objeto: CONTRATO DE EMPREITA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE-ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE PALHO NEVES-MA, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 2754599. Edital: A Secretária Municipal de Educação de Município de Palho Neves, Estado do Maranhão, na uso de seu atribuição legal, após constituição a regularidade dos atos processuais de procedimento licitatório, pelo seguinte: **EMPRESA: HOMOLOGADA** o vencedor da licitação foi a seguinte: **EMPRESA: HOMOLOGADA** a vencedora da licitação inscrita na CNPJ Nº 10.811.573/0001-11, pelo valor total de R\$ RS 1.481.421,49 (Um Milhão Quatrocentos e Cinquenta e Um Mil e Setecentos e Vinte e Um Reais e Quarenta e Nove Centavos), por que preçaba menos limitada e maior eficiência. **Valor da obra:** R\$ 2.035.



VALOR TOTAL

R\$ 114.495,00

PMSJP

São João do Paraíso - MA, 28 de outubro de 2025.

ZAQUEU DA SILVA CASTRO Secretário de Governo e Planejamento Portaria nº 001/2025	ANTUNES ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ nº 50.275.914/0001-33 Luiz Carlos Rangel Neto CPF nº 017.767.213-73
--	---

FL(S)
Nº 205
RUBRICA:
Z

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4243bafa66e932919a8ae955de17c807

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.** A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 08:30.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 66ea8fceb2b93e4a22b0ad4017f496

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE**

SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **17 de novembro de 2025 às 14:30.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 6919026381f07a4cf818e988005c540c

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS DE SAÚDE BUCAL PROMOVIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PÚBLICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.** A sessão será realizada através do Portal de licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para **13 de novembro de 2025 às 08:30.** O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

Ilton Rodrigues de Sousa
Pregoeiro Municipal

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS DE SAÚDE BUCAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 17 de novembro de 2025 às 14:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE KITS DE HIGIENE BUCAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE AÇÕES EDUCATIVAS E PREVENTIVAS DE SAÚDE BUCAL PROMOVIDAS POR PROGRAMAS SOCIAIS, EDUCACIONAIS E DE SAÚDE PÚBLICA, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 13 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 12/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 012/2025, do tipo Maior Percentual de Desconto, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL SOB DEMANDA, PARA REFORMA TOTAL/PARCIAL/REVITALIZAÇÃO/ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÕES COM OU SEM ALTERAÇÃO DE LAYOUT E AMPLIAÇÃO DE PRELÍBIOS PÚBLICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, NA FORMA ESTABELECIDAS NAS PLANILHAS DE SERVIÇOS E INSUMOS DIVERSOS DESCRITOS NO SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL, DORAVANTE DENOMINADA SINAPI, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 19 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Licitação São João do Paraíso, www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

São João do Paraíso - MA, 29 de outubro de 2025.

ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Agente de Contratação

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 003/2023, de 14/02/2023, Decreto Municipal nº 04/2025, de 14/01/2025, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para aquisição de material de higiene e limpeza e material de expediente de interesse do Município de São José dos Basílios - MA. ABERTURA: 18 de novembro de 2025 ÀS 14:00 horas. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação, na Praça do Mercado, s/n - Centro - CEP: 65762-000 - São José dos Basílios (MA). pmsjbcp@outlook.com ou no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou na página <http://www.saojosedosbasilios.ma.gov.br/transparencia>.

São José dos Basílios - MA, 29 de outubro de 2025

RONALDO VIEIRA DE SOUSA
Secretário Mun. de Administração e Recursos Humanos

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS, Estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº 003/2023, de 14/02/2023, Decreto Municipal nº 04/2025, de 14/01/2025, à Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e alterações. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para fornecimento de medicamento hospitalar, insumos, material odontológico e material de laboratório, de forma parcelada, para atendimento da Rede Municipal de Saúde do município de São José dos Basílios - MA. ABERTURA: 18 de novembro de 2025 ÀS 09:00 horas. INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contratação, na Praça do Mercado, s/n - Centro - CEP: 65762-000 - São José dos Basílios (MA). pmsjbcp@outlook.com ou no endereço eletrônico <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ou na página <http://www.saojosedosbasilios.ma.gov.br/transparencia>.

São José dos Basílios - MA, 29 de outubro de 2025

FERNANDO DA SILVA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE DE FÉRRER

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 10/2025

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Construção de uma Creche Pré-escola de Educação Infantil no município de São Vicente Ferrer/MA - FNDE - Creche Tipo 2, Termo de Compromisso FNDE 97/936/2025 - Operação 1101423-48. Abertura: Data para cadastro de propostas a partir das 08:00 horas do dia 03/11/2025. Data para abertura de propostas e início dos lances a partir das 08:00 horas do dia 17/11/2025, horário de Brasília/DF, local <https://licitanet.com.br/>. Tipo de Licitação: Menor Preço. Obtenção e Consulta de Edital: O Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados na Comissão de Licitação, no Prédio da Prefeitura de São Vicente, de 2ª a 6ª feira, no horário das 8:00 às 12:00h. O Edital poderá ser consultado gratuitamente no portal da transparência, ou no site do Licitanet, os esclarecimentos poderão ser realizados através do e-mail: cplvsfma@gmail.com.

São Vicente Ferrer-MA, 29 de outubro de 2025.

ELIDALVA MENDES SANTOS
Agente de Contratação

alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 14.770 de 22 de dezembro de 2023, no Decreto Municipal nº 08/2024 e em conformidade com as disposições a seguir.

Do objeto: A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a futura e eventual contratação de empresa especializada para a recuperação e adequação de estradas vicinais na REGIÃO 03 - trecho 01 - MA 106 /pov. Mocamba/ pov. Santa Luzia/pov. São Benedito - trecho 02 - pov. São Benedito/ pov. São Joaquim/ pov. Curral Velho/ pov. Outeiro/ pov. Chapada Grande/pov. Bem Fica /pov. Jauabeira - trecho 03 - pov. São Benedito ao pov. Rio dos Peixes - trecho 04 - estrada de São Benedito / pov. Mocajuba/ pov. Curralzinho/pov. Seco - trecho 05 - pov. Seco ao pov. Rio dos Peixes trecho 06 - pov. Curral Velho/ pov. Plantas - trecho 07 - estrada de Outeiro pov. /Bacuri/ pov. Chapadeira/ pov. Aranha/pov. Bela Vista - trecho 08 - pov. Bacuri/ pov. Mundico/ pov. Vivo, de interesse do município de Santa Helena/MA, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo I do edital de Pregão Eletrônico nº 041/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as indicadas no Anexo I da presente Ata. O órgão gerenciador será a Secretária Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo de Santa Helena - MA, representada pelo Sr. Fabiano Fries Abreu. Empresa: J D AMORIM LTDA - CNPJ: 15.987.234/0001 41, Jackson Dias Amorim. Representante Legal. Valor de R\$ 4.408.875,60 (quatro milhões, quatrocentos e oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta centavos). Vigência: Data da assinatura: 15 de outubro de 2025 até 14 de outubro de 2026. Santa Helena - MA, 15 de outubro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 13/2025

O município de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Concorrência Eletrônica nº. 013/2025 e Proc. Adm: 202510129/25 do tipo: Menor Preço global objeto: contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de adequação de estradas vicinais, no município de Santa Quitéria do Maranhão no município de Santa Quitéria do Maranhão/MA. O certame se realizará às 08:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site: <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web do Portal de Comprasbr - endereço: <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Santa Quitéria do Maranhão-MA, 29 de outubro de 2025

CARLÍLSON LOPES ARAÚJO
Agente de Contratação

AVISOS DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 64/2025

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo nº. 202510130/2025 do tipo: Menor preço por item, Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de material permanente hospitalar e equipamentos de laboratório para atendimento do município de Santa Quitéria do Maranhão. O certame se realizará às 10:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web no Portal de COMPRASBR - endereço <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 65/2025

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Quitéria do Maranhão, Estado do Maranhão, torna público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/21 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preço (Processo Administrativo nº. 202510131/2025 do tipo: Menor preço por item, Registro de Preço para contratação de empresa para futura e eventual fornecimento de material permanente (eletrônico) para atendimento do município de Santa Quitéria do Maranhão. O certame se realizará às 14:00 hs do dia 14 de novembro de 2025, (horário de Brasília), através do uso de recursos da tecnologia da informação, site <https://www.comprasbr.com.br>, sendo presidida pelo Agente de contratação desta Prefeitura Municipal, na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada na Av. Cel. Francisco Moreira, nº 45, Centro, Santa Quitéria do Maranhão - MA - MA. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página web no Portal de COMPRASBR - endereço <https://www.comprasbr.com.br> E <https://santaqueria.ma.gov.br/transparencia/> Esclarecimentos adicionais no mesmo endereço, das 08:00 às 12:00hs.

Santa Quitéria do Maranhão/MA, 29 de outubro de 2025

CARLÍLSON LOPES ARAÚJO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, da Lei Complementar nº 123/2006 e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço Por Item, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. A sessão será realizada através do Portal de Licitações, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br, com data de abertura agendada para 17 de novembro de 2025 às 08:30. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no Portal da Transparência do Município pelo endereço www.saojoaodoparaíso.ma.gov.br, ou ainda pelo endereço Portal Compras Públicas, pelo endereço eletrônico www.licitanet.com.br e ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).





G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

PMSJP

FL(S)
Nº 207
RUBRICA:
3

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2025.09.12.0014

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025

PROPOSTA DE PREÇOS READEQUADA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA

CNPJ Nº 01.597.629/0001-23

AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa Contratação de empresa para prestação de serviços na realização de exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar; Exames de Eletrocardiograma Clínico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São João do Paraíso/MA

PLANILHA DA PROPOSTA (ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇOS).

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	Preço Unit.	Preço Total
1	Realização de Exames de Es- pirometria	Serviço	850	R\$ 179,00	R\$ 152.150,00
2	Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200	R\$ 87,00	R\$ 104.400,00

VALOR TOTAL: R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)

PROPONENTE:

RAZÃO SOCIAL: G. L. DE S. CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

ENDEREÇO: Rua da Igreja, Nº 32, Centro, CEP: 65.279-000 Presidente Médici/MA

TELEFONE: (98) 98734-1764

E-MAIL: g. carvalho.solucoespublicas@gmail.com

G L DE S CARVALHO |
CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua da Igreja, 32, Centro
Presidente Médici/MA
CEP: 65.279-000 | 98 98734 1764
E-mail: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com



G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

PMSJP

FL.(S)
Nº 208
RUBRICA:
9

REPRESENTANTE LEGAL QUE ASSINARÁ O CONTRATO

NOME: GIL LAYON DE SENA CARVALHO

CPF: 020.646.683-81

RG: 025691672003-0

NACIONALIDADE: Brasileiro

ESTADO CIVIL: Casado

PROFISSÃO: Fisioterapeuta

**ENDEREÇO: Rua Alto Pedro Teixeira, Nº 01, Centro, CEP: 65.279-000 Presidente
Médici/MA**

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO BRADESCO S.A

AGÊNCIA: 1402-8

C/C: 6185-9

G L DE S CARVALHO

Declaramos que estamos ciente e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

Presidente Médici/MA, 17 de novembro de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

Data: 17/11/2025 09:19:04-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

RG: 025691672003-0

CPF: 020.646.683-81

G L DE S CARVALHO

G L DE S CARVALHO |
CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua da Igreja, 32, Centro
Presidente Médici/MA
CEP: 65.279-000 | 98 98734 1764
E-mail: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com

FL.(S)
Nº 209
RUBRICA:
J

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: GIL LAYON DE SENA CARVALHO



VELACAO
ANTONIO GILVAN CASTELO DE CARVALHO E
LUCILEIA DE SENA CARVALHO

DATA NASCIMENTO: 08/07/1987
ORGÃO EXPEDIDOR: PATES-AM
SSO/MA

NATURALIDADE
SANTA LUZIA DO PARUÁ - MA

DESCRIÇÃO

Gilayon de Sena
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF: 02064668301 DNT: P-100 VIA-01

REGISTRO GERAL: 025691872005-0 DATA DE EXPEDIÇÃO: 06/07/2022

REGISTRO CIVIL
CASAM. INSC000215 PLS. 081 LIN. 00002 SANTA LUZIA DO PARUÁ MA 2 OPC

J. REGISTRO / JORNAL / SEC. CTPS. / SORTE / UF
0460895521156/080/0080 6671700042/MA

RG / FIS. / PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL
1157664435 CREFITO 16-MA/199580-F

CERT. MILITAR
271072007699

CNH
AB25499777

CMS
7300231401806128



MA124945106 FABIO SERGIO VIEGAS CASTRO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração


PMSJP

FL(S)
Nº 210

Página 1 de 3

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

Folhas 1/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviaturas) GIL LAYON DE SENA CARVALHO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
REGIME DE BENS(se casado) Comunhão Parcial			
SEXO Masculino		EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX	
FILHO DE (pai) ANTONIO GILVAN CASTELO DE CARVALHO		(mãe) LUCILEIA DE SENA CARVALHO	
NASCIDO EM (data de nascimento) 08/07/1987	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 04029649777	Órgão emissor DETRAN	UF MA
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA			CPF(número) 020.646.683-81
COMPLEMENTO XXX			CEP 65279-000
BAIRRO/DISTRITO CENTRO			UF MA
MUNICÍPIO Presidente Médici			UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO Estado do Maranhão:			
À JUNTA COMERCIAL DO Estado do Maranhão		À JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 080 - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, 080 - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL G L DE S CARVALHO			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA			NÚMERO 01
COMPLEMENTO XXX			CEP 65279-000
BAIRRO/DISTRITO CENTRO			UF MA
MUNICÍPIO Presidente Médici			PAÍS BRASIL
VALOR DO CAPITAL - R\$ 8.000,00			CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) gil.layon@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - (por extenso) oito mil reais			
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8660700 Atividade Secundária 7020400, 7490199, 8541400, 8550302, 8592902, 8599604, 8599605, 8599699		Descrição do Objeto 8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento	
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 13/08/2019	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF MA
		AUTENTICAÇÃO	
		 MA2190002900822	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

FL(S)
Nº 211
RUBRICA:
REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO
Folhas 2/2

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE XXX		NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial) XXX	
NOME DO EMPRESÁRIO (completo, sem abreviações) GIL LAYON DE SENA CARVALHO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		ESTADO CIVIL CASADO(A)	
REGIME DE BENS (se casado) Comunhão Parcial			
SEXO Masculino	EMANCIPADO POR (forma de emancipação - somente no caso de menor) XXX		
FILHO DE (pai) ANTONIO GILVAN CASTELO DE CARVALHO	(mãe) LUCILEIA DE SENA CARVALHO		
NASCIDO EM (data de nascimento) 08/07/1987	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO (número) 04029649777	Órgão emissor DETRAN	UF MA
CPF (número) 020.646.683-81			
DOMICILIADO NA (LOGRADOURO - rua, av, etc) RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA			NÚMERO 01
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65279-000	
MUNICÍPIO Presidente Médici			UF MA
declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer atividade empresária, que não possui outro registro de empresário e requer à JUNTA COMERCIAL DO Estado do Maranhão:			
A JUNTA COMERCIAL DO Estado do Maranhão		A JUNTA COMERCIAL DO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO 080 - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO ATO XXX	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO 315 - ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA, 080 - INSCRIÇÃO		CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO EVENTO XXX	
NOME EMPRESARIAL G L DE S CARVALHO			ENQUADRAMENTO ME (Microempresa)
LOGRADOURO (rua, av, etc) RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA			NÚMERO 01
COMPLEMENTO XXX	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	CEP 65279-000	
MUNICÍPIO Presidente Médici	UF MA	PAÍS BRASIL	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL) gil.layon@hotmail.com
VALOR DO CAPITAL - R\$ 8.000,00	VALOR DO CAPITAL - (por extenso) oito mil reais		
CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE Fiscal) Atividade Principal 8660700 Atividade Secundária	Descrição do Objeto profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (Consultoria, Assessoria, etc).		
DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES 13/08/2019	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ XXX	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE ANTERIOR	UF MA
		AUTENTICAÇÃO	
		 MA2190002900822	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

* Este documento foi gerado no portal Empresa Fácil



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

PMSJP

FL(S)
Nº 212
RUBRICA:
2

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO , consta assinado digitalmente por:

Dados do Assinado	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 26/08/2019 16:16 SOB Nº 21102281847.
PROTOCOLO: 190936347 DE 26/08/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903927385. NIRE: 21102281847.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

Lilian Theresa Rodrigues Mendonça
SECRETÁRIA-GERAL
SÃO LUÍS, 26/08/2019
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

PMSJP

FL(S)
Nº 213
RUBRICA:
3**ALTERAÇÃO DO ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL**

G L DE S CARVALHO
CNPJ nº 34.660.192/0001-84
NIRE nº 21102281847

GIL LAYON DE SENA CARVALHO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 25691672003-0 GEJUSPC/MA, inscrição do CPF MF sob nº 020.646.683-81, residente e domiciliado na Rua Alto Pedro Teixeira, 01, Centro, Presidente Médici, Estado do Maranhão, Cep.: 65.279-000, titular da Empresa Individual denominada **G L DE S CARVALHO**, com a expressão fantasia "CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA", com duração por prazo indeterminado, com sede na Rua Alto Pedro Teixeira, 01, Centro, Presidente Médici, Estado do Maranhão, Cep.: 65.279-000, representada pela Sra Ana Marcelia Moraes dos Santos, brasileira, casada, contadora, portadora da RG nº 15995702000-0 GEJUSPC/MA e CPF nº 893,127.913-20, residente e domiciliada na Rua das Flores, 385B, Centro de Santa Luzia do Paruá, Estado do Maranhão e com seu Ato Constitutivo devidamente registrado e arquivado na Junta Comercial do Estado do Maranhão – JUCEMA, sob o NIRE nº 21102281847, em sessão de 26/08/2019, resolve promover a PRIMEIRA ALTERAÇÃO, REEDIÇÃO e ATUALIZAÇÃO das cláusulas seguintes do Ato Constitutivo, em conformidade ao parágrafo único, do artigo 1033 e 980A da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro, como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Alteração do Nome de Fantasia

A partir desta data, o titular resolve alterar o nome de fantasia desta empresa para G CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA.

CLÁUSULA SEGUNDA: Alterações das Atividades Econômicas – CNAES

A partir desta data, o titular resolve alterar as seguintes atividades desta empresa, sendo:

Atividade Principal:

1. 8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.

Atividades Secundárias:

1. 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária;
2. 6920-6/01 - Atividades de contabilidade;
3. 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica;
4. 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente;
5. 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico;
6. 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares;
7. 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança;
8. 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial;
9. 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos;
10. 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente;
11. 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências;
12. 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências;
13. 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos;

PMSJP

14. 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares;
15. 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas;
16. 8630-5/04 - Atividade odontológica;
17. 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente;
18. 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
19. 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia;
20. 8650-0/01 - Atividades de enfermagem;
21. 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição;
22. 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise;
23. 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia;
24. 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional;
25. 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente;
26. 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana.

FL(S)
Nº 214
RUBRICA:
3

CLÁUSULA TERCEIRA: Alteração do Objeto Social

A partir desta data, o titular resolve alterar o objeto social desta empresa para 8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente (Consultoria, Assessoria); 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 8650-0/01 - Atividades de enfermagem; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise; 8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição; 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia; 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional; 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente (técnico em farmácia e laboratório); 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente (técnico em análises clínicas, técnico em gerência de saúde).

CLÁUSULA QUARTA

Todas as demais cláusulas contratuais que não colidirem com os termos desta alteração, permanecem em vigor.

CLÁUSULA QUINTA

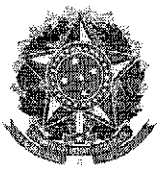
O empresário declara, sob as penas da Lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar

FL(S)
Nº 215
RUBRICA:
H

impedindo de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual neste País.

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Médici, Estado Maranhão para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento. Presidente Médici, Estado Maranhão, aos sete dias do mês de julho do ano dois mil e vinte e um.

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Empresário



PMSJP

FL(S)
Nº 216
RUBRICA:
S

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
89312791320	ANA MARCELIA MORAIS DOS SANTOS

JUCEMA

CERTIFICO O REGISTRO EM 08/07/2021 11:23 SOB Nº 20210900458.
PROTOCOLO: 210900458 DE 08/07/2021.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12104874498. CNPJ DA SEDE: 34660192000184.
NIRE: 21102281847. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 07/07/2021.
G L DE S CARVALHO

LÍLIAN THERESA RODRIGUES MENDONÇA
SECRETÁRIA-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,
informando seus respectivos códigos de verificação.

FL(S) 2
Nº 21
RUBRICA:

GIL LAYON DE SENA CARVALHO, brasileiro, casado, sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, nascido(a) em 08/07/1987, RG nº 025691672003-0 SSPMA e CPF nº 020.646.683-81, residente e domiciliada na Rua Alto Pedro teixeira, nº 01, Centro, presidente Médici – MA, CEP 65.279-000, Na qualidade de titular da empresa **G L DE S CARVALHO**, com sede na Rua Alto Pedro Teixeira, 01, Centro, Presidente Médici – MA, CEP 65279-000, registrada na JUCEMA sob o NIRE nº **21102281847** em 26/08/2019 e inscrita no CNPJ nº 34.660.192/0001/84, resolve neste ato, alterar e consolidar o presente instrumento de contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DA SEDE (art. 997, II, CC) - O endereço da sede da Empresa passa a ser Rua da Igreja, nº 32, Centro, Presidente Médici – MA, CEP 65279-000.

CLÁUSULA II – DO NOME EMPRESARIAL (Art 997, II, CC) – A empresa Individual gira sob o nome **G L DE S CARVALHO** e utiliza como nome de fantasia a expressão **G CARVALHO SOLUÇÕES PÚBLICAS**.

CLÁUSULA III – DO OBJETO SOCIAL (Art 997 II CC) – A Empresa passa a ter o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade Principal:

8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

Atividades Secundárias

8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária; 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia; 8650-0/01 - Atividades de enfermagem; 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise; 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia; 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional; 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; 6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação; 6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 6311-9/00 - tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; 6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; 6399-2/00 - outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; 7739-0/02 - aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; 8640-2/08 - serviços de diagnóstico por registro gráfico - ecg, eeg e outros exames análogos; 8640-2/99 - atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; 7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor; 7729-2/02 - aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais; 7733-1/00 - aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; 6920-6/02 - atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.

CLÁUSULA IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS - Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLÁUSULA V – DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO - Tendo em vista a presente alteração, consolida-se o presente instrumento, que, passa a ter a seguinte redação:

CNPJ Nº 34.660.192/0001-84

PMSJP

FL(S)
Nº 218
RUBRICA:
2**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

CLAUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL (art 997, II, CC) - A empresa Individual gira sob o nome **G L DE S CARVALHO** e utiliza como nome de fantasia a expressão **G CARVALHO SOLUÇÕES PÚBLICAS**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SEDE (ART 997, II, CC) – O endereço da sede da Empresa passa a ser Rua da Igreja, nº 32, Centro, presidente Médici – MA, CEP 65279-000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL (art. 997, II, CC) - A Empresa tem o exercício das seguintes atividades econômicas:

Atividade Principal:

8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

Atividades Secundárias

8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária; 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia; 8650-0/01 - Atividades de enfermagem; 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise; 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia; 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional; 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; 6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação; 6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 6311-9/00 - tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; 6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; 6399-2/00 - outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; 7739-0/02 - aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; 8640-2/08 - serviços de diagnóstico por registro gráfico - ecg, eeg e outros exames análogos; 8640-2/99 - atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; 7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor; 7729-2/02 - aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais; 7733-1/00 - aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; 6920-6/02 - atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) exerce a(s) atividade(s) de:

Atividade Principal:

8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

Atividades Secundárias

8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária; 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino

PMSJP

FL(S)
Nº 219
RUBRICA: 3

não especificadas anteriormente; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia; 8650-0/01 - Atividades de enfermagem; 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise; 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia; 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional; 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; 6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação; 6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 6311-9/00 - tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; 6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; 6399-2/00 - outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; 7739-0/02 - aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; 8640-2/08 - serviços de diagnóstico por registro gráfico - eeg, eeg e outros exames análogos; 8640-2/99 - atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; 7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor; 7729-2/02 - aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais; 7733-1/00 - aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; 6920-6/02 - atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.

E exerce as seguintes atividades:

Atividade Principal:

8660-7/00 - Atividades de apoio à gestão de saúde

Atividades Secundárias

8630-5/04 - Atividade odontológica; 3250-7/06 - Serviços de prótese dentária; 6920-6/01 - Atividades de contabilidade; 7020-4/00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; 7490-1/99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; 8541-4/00 - Educação profissional de nível técnico; 8550-3/02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares; 8592-9/02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança; 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; 8599-6/05 - Cursos preparatórios para concursos; 8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente; 8610-1/01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências; 8610-1/02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente; 8640-2/05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia; 8640-2/12 - Serviços de hemoterapia; 8650-0/01 - Atividades de enfermagem; 8650-0/02 - Atividades de profissionais da nutrição; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise; 8650-0/04 - Atividades de fisioterapia; 8650-0/05 - Atividades de terapia ocupacional; 8650-0/99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente; 8690-9/01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana; 6204-0/00 - consultoria em tecnologia da informação; 6209-1/00 - suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação; 6311-9/00 - tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; 6319-4/00 - portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet; 6399-2/00 - outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente; 7739-0/02 - aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador; 8640-2/08 - serviços de diagnóstico por registro gráfico - eeg, eeg e outros exames análogos; 8640-2/99 - atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente; 7711-0/00 - locação de automóveis sem condutor; 7729-2/02 - aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais; 7733-1/00 - aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios; 6920-6/02 - atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária.

FL(S) 20
Nº 000
RUBRICA:

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO (art. 53, III, F, Decreto nº 1.800/96) - A Empresa iniciou suas atividades em 13/08/2019 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL (art. 968, III, CC) - O capital social da empresa é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País

CLÁUSULA VI - DO BALANÇO PATRIMONIAL (art. 1.065, CC) - Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO (art. 37, II, Lei nº 8.934 de 1994) - O empresário declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer a atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

CLÁUSULA VIII - PORTE EMPRESARIAL - O sócio declara que a sociedade se enquadra como Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC nº 123, de 2006)

CLÁUSULA IX - DO FORO - Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Luzia do Paruá - MA, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado do Maranhão.

Presidente Médici - MA, 14 de Junho de 2025

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Empresário



PMSJP
FL(S)
Nº 221
RUBRICA:
3

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/06/2025 17:02 SOB Nº 20250733528.
PROTOCOLO: 250733528 DE 14/06/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12509773584. CNPJ DA SEDE: 34660192000184.
NIRE: 21102281847. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 14/06/2025.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

FL(S)
Nº 222
RUBRICA:
3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.660.192/0001-84 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 26/08/2019
NOME EMPRESARIAL G L DE S CARVALHO				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) G CARVALHO SOLUCOES PUBLICAS				PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 32.50-7-06 - Serviços de prótese dentária 62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação 62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação 63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet 63.19-4-00 - Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet 63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente 69.20-6-01 - Atividades de contabilidade 69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais 77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios 77.39-0-02 - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador 85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico 85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares 85.92-9-02 - Ensino de artes cênicas, exceto dança 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial 85.99-6-05 - Cursos preparatórios para concursos 85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente				
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)				
LOGRADOURO R DA IGREJA		NÚMERO 32	COMPLEMENTO *****	
CEP 65.279-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PRESIDENTE MEDICI	UF MA	
ENDEREÇO ELETRÔNICO G.CARVALHO.SOLUCOESPUBLICAS@GMAIL.COM		TELEFONE (98) 8734-1764		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/08/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL				
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **03/11/2025** às **15:25:26** (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 34.660.192/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 26/08/2019
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL G L DE S CARVALHO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
86.10-1-01 - Atividades de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências
86.10-1-02 - Atividades de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências
86.30-5-01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
86.30-5-02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares
86.30-5-03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas
86.30-5-04 - Atividade odontológica
86.30-5-99 - Atividades de atenção ambulatorial não especificadas anteriormente
86.40-2-05 - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia
86.40-2-08 - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos
86.40-2-12 - Serviços de hemoterapia
86.40-2-99 - Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente
86.50-0-01 - Atividades de enfermagem
86.50-0-02 - Atividades de profissionais da nutrição
86.50-0-03 - Atividades de psicologia e psicanálise
86.50-0-04 - Atividades de fisioterapia
86.50-0-05 - Atividades de terapia ocupacional
86.50-0-99 - Atividades de profissionais da área de saúde não especificadas anteriormente
86.90-9-01 - Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)
--

LOGRADOURO R DA IGREJA	NÚMERO 32	COMPLEMENTO *****
---------------------------	--------------	----------------------

CEP 65.279-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO PRESIDENTE MEDICI	UF MA
-------------------	---------------------------	--------------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO G.CARVALHO.SOLUCOESPUBLICAS@GMAIL.COM	TELEFONE (98) 8734-1764
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 26/08/2019
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/11/2025 às 15:25:26 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MEDICI
SETOR DE TRIBUTOS
CNPJ: 01612320000165

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Nº do Alvará: 15/2025 Exercício: 2025
Inscrição Municipal: 000013 Validade: 31/12/2025
Contribuinte: G L DE S CARVALHO
Nome Fantasia: G CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA
CPF/CNPJ: 34660192000184 RG/Inscrição Estadual:
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA, CENTRO
CEP: 65279000 Complemento:

Atividades

Atividades de apoio à gestão da saúde
Serviços de prótese dentária
Atividades de contabilidade
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
Educação profissional de nível técnico
Atividade odontológica com recurso para realização de procedimentos cirúrgicos
Atividades de enfermagem
Atividades de profissionais da nutrição
Atividades de psicologia e psicanálise
Atividades de terapia ocupacional
Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana

Horário de Funcionamento:

Meio de Semana	Sábado	Domingo	Feriado
Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0	Das: 0 Até: 0

Observações:

Insc. Imobiliário: Area Utilizada: 0 m²

Pelo documento de arrecadação datado de 21/01/2025 referente a Taxas de Licença e verificação Fiscal para Localização de seu estabelecimento durante o exercício acima referido, conforme o Código Tributário de PRESIDENTE MEDICI, Lei nº 018/2001.

Data de Abertura:

26/08/2019

PRESIDENTE MEDICI - MA, 21/01/2025

Divisão de Tributação


EDVANE RUBEM TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Edvane Rubem Teodoro
Secretário de Administração
Port. 001/2021

**ESTE ALVARÁ DEVERÁ SER AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL À FISCALIZAÇÃO DA
PREFEITURA MUNICIPAL E RENOVADO ANUALMENTE**



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA

ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA

Nº PROC.: 691 22/01/2025

Nº 005/2025

A VIGILÂNCIA SANITÁRIA, de acordo com a legislação vigente,
concede ALVARÁ DE AUTORIZAÇÃO SANITÁRIA para o exercício de 2025.

RAZÃO SOCIAL
G L DE S CARVALHO

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

86.60-7-00- ATIVIDADE DE APOIO À GESTÃO DE SAÚDE

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

SERVIÇO DE PRÓTESE DENTÁRIA, ATIVIDADE DE CONTABILIDADE, ATIVIDADE DE CONSULTORIAS EM GESTÃO EMPRESARIAL, EXCETO CONSULTORIA TÉCNICA ESPECÍFICA, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL TÉCNICO, ATIVIDADE DE APOIO À EDUCAÇÃO, EXCETO CAIXAS ESCOLARES, ENSINO DE ARTES CÊNICAS, EXCETO DANÇA, TREINAMNETO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, CURSOS PREPARATÓRIOS PARA CONCURSOS, OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE, ATIVIDADES DE ATENDIMENTO HOSPITALAR, EXCETO PRONTO-SOCORRO E UNIDADES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, ATIVIDADE DE ATENDIMENTO EM PRONTO-SOCORRO E UNIDADES HOSPITALARES PARA ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES COMPLEMENTARES, ATIVIDADE MÉDICA AMBULATORIAL RESTRITA A CONSULTAS, ATIVIDADE ODONTOLÓGICA, ATIVIDADES DE ATENÇÃO AMBULATORIAL NÃO ESPECIFICADA ANTERIORMENTE, SERVIÇOS DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM COM USO DE RADIAÇÃO IONIZANTE, EXCETO TOMOGRAFIA, SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA, ATIVIDADES DE ENFERMAGEM.

ENDEREÇO

RUA ALTO PEDRO TEXEIRA

RESP. LEGAL

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

Presidente Médici- MA 22 de Janeiro de 2025.

Erlan Sandoval Santana

ERLAN SANDOVAL SANTANA

Coordenador da Vigilância Sanitária

Aline Silva Lima
Secretária de Saúde
Presidente Médici-MA
Portaria: 005/2025

ALINE SILVA LIMA

Secretária Municipal de Saúde

ATENÇÃO:

- 1 - O presente Alvará deverá ser fixado em local visível ao público;
- 2 - Este documento poderá ser cassado a qualquer momento se constatado irregularidades no estabelecimento;
- 3 - Este documento deverá ser renovado anualmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI CNPJ: 01612320000165

AVENIDA SANTA TERESA, Nº S/N - CENTRO

Rol Cadastral do Mobiliário - Completo: (Cadastro: '000013', '000013')

Data Emissão: 04/11/2025
Hora: 09:05:57
Exercício: 2025
Usuário: JEFERSON
Página(s): 1 de 1

FL(S) 236
RUBRICA: 3

FICHA CADASTRAL DO MOBILIÁRIO

CONTRIBUINTE

Código: 000034
Nome: G L DE S CARVALHO CNPJ: 34660192000184
Nome Fant.: G CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA PIS/NIT:
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA Nº: CEP: 65279000
Bairro: CENTRO Complemento:
Cidade: PRESIDENTE MEDICI Estado: MA

ESTABELECIMENTO

Cadastro: 000013
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA Nº: 01 CEP: 65279000
Bairro: CENTRO Complemento:
Cidade: PRESIDENTE MÉDICI Estado: MA
Área: 0,00 Nº Empregados: 0 Região:
Insc Estadual: Insc Municipal: 000013 Horário de Funcionamento: Das: Até

DADOS GERAIS

Abertura: 26/08/2019 Processo: Dt. Processo:
Junta Comercial: Data: Nº Reg Pessoal Jurídica:
Escritório: Email Esc:
Fone Esc:
Situação: 01 - Ativo Tipo da Empresa: EMPRESARIO INDIVIDUAL
Tipo ISS: 03 - Sobre Faturamento Capital: 0 Tipo de Cadastro: EMPRESA
Optante SN: N Regime Especial: Não Possui Exigibilidade ISS: Exigível
Atividade: Atividades de apoio à gestão de saúde, Serviços de prótese dentária, Atividades de contabilidade, Atividades de

Código	Principal	Atividade Cnae
3250706	N	Serviços de prótese dentária
6920601	N	Atividades de contabilidade
7020400	N	Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
7490199	N	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
8541400	N	Educação profissional de nível técnico
8630504	N	Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
8650001	N	Atividades de enfermagem
8650002	N	Atividades de profissionais da nutrição
8650003	N	Atividades de psicologia e psicanálise
8650005	N	Atividades de terapia ocupacional
8660700	S	Atividades de apoio à gestão de saúde
8690901	N	Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana

Código Alvara	Exercício	Descrição	Data Emissão	Data Validade
14	2022	FUNCIONAMENTO	16/02/2022	31/12/2022
31	2023	ALVARÁ DE LICENÇA	22/03/2023	31/12/2023
46	2024	FUNCIONAMENTO	18/06/2024	31/12/2024
15	2025	FUNCIONAMENTO	21/01/2025	31/12/2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: G L DE S CARVALHO
CNPJ: 34.660.192/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:39:20 do dia 03/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/05/2026.

Código de controle da certidão: **9352.6637.1756.C1D8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

FL.(S)
Nº 228
RUBRICA:

Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 34.660.192/0001-84
Razão Social: G L DE S CARVALHO ME
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA 01 / CENTRO / PRESIDENTE MEDICI / MA / 65279-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

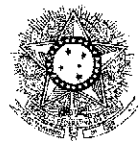
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 03/11/2025 a 02/12/2025

Certificação Número: 2025110301465383826777

Informação obtida em 03/11/2025 15:40:39

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

PMSJP

FL(S)
Nº 229
RUBRICA:
2

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: G L DE S CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Certidão nº: 65979912/2025

Expedição: 03/11/2025, às 15:41:35

Validade: 02/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **G L DE S CARVALHO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.660.192/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 337827/25

Data da Certidão: 03/11/2025 15:38:15

CPF/CNPJ 34660192000184 NÃO INSCRITO NO CADASTRO DE
CONTRIBUINTES DO ICMS DO ESTADO MARANHÃO.

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 01/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:
<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 102982/25

Data da Certidão: 03/11/2025 15:37:30

CPF/CNPJ CONSULTADO: 34660192000184

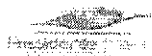
Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156 da lei nº 2.231 de 29/12/1962, substanciada pelos, 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 90 (noventa) dias: 01/02/2026.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço:

<http://portal.sefaz.ma.gov.br/>, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI

AVENIDA SANTA TERESA, Nº 9/N - CENTRO

CNPJ: 01612320000185

PMSJP

FL.(S)
Nº 232
RUBRICA:
7

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

A Secretaria de Administração através do Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE MÉDICI, a requerimento da pessoa interessada G L DE S CARVALHO, CERTIFICA para os fins que se fizerem necessários, que a pessoa jurídica/física a seguir referenciada não registra débitos para com os cofres públicos municipais até a presente data, tendo a presente CERTIDÃO validade até o dia 29/11/2025, ressalvando o direito da Fazenda Municipal de exigir o recolhimento de débitos, tributários ou não, constituído anteriormente a esta data mesmo durante a vigência desse prazo.

Cadastro: 000013 Inscrição Municipal: 000013
Contribuinte: G L DE S CARVALHO CPF/CNPJ: 34660192000184
Nome Fantasia: G CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA, 01 Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 65279000
Cidade: PRESIDENTE MÉDICI - MA
Inscrição Est.: Data de Abertura: 26/08/2019 Data de Encerramento: 0

Atividade(s) CNAE

Atividades de apoio à gestão de saúde

Serviços de prótese dentária

Atividades de contabilidade

Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

Educação profissional de nível técnico

Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos

Atividades de enfermagem

Atividades de profissionais da nutrição

Atividades de psicologia e psicanálise

Atividades de terapia ocupacional

Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana

Emissão: 30/09/2025 09:48:19

Validade: 29/11/2025

Número/Controle da Certidão: 219F058C006041FB

EDVANE RUGEM TEÓDORO
Secretário Municipal de Administração

Edvane Rugem Teodoro
Secretário de Administração
Port. 001/2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE MÉDICI

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE MÉDICI

AVENIDA SANTA TERESA, Nº S/N - CENTRO

CNPJ: 01612320000165

PMSJP

FL.(S)
Nº 233
RUBRICA:
J

CNDA - CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema deste Departamento e na forma do disposto dos artigos 173 ao 181 da lei Complementar Nº 018/2001 de 27/12/2001 (Código Tributário Municipal), bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 22 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo abaixo identificado.

Cadastro: 000013 Inscrição Municipal: 000013
Contribuinte: G L DE S CARVALHO CPF/CNPJ: 34660192000184
Nome Fantasia: G CARVALHO ASSESSORIA & CONSULTORIA
Endereço: RUA ALTO PEDRO TEIXEIRA, 01 Complemento:
Bairro: CENTRO CEP: 65279000
Cidade: PRESIDENTE MÉDICI - MA
Inscrição Est.: Data de Abertura: 26/08/2019 Data de Encerramento: 0

Atividade(s) CNAE

Atividades de apoio à gestão de saúde
Serviços de prótese dentária
Atividades de contabilidade
Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
Educação profissional de nível técnico
Atividade odontológica com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos
Atividades de enfermagem
Atividades de profissionais da audição
Atividades de psicologia e psicanálise
Atividades de terapia ocupacional
Atividades de práticas integrativas e complementares em saúde humana

Emissão: 30/09/2025 03:48:19 Validade: 29/11/2025

Número/Controle da Certidão: 219F058C006041FE

EDVANE RUBEM TEODORO
Secretário Municipal de Administração

Edvane Rubem Teodoro
Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO ESTADUAL - PRIMEIRO GRAU
FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data emissão: 03/11/2025

Nº da certidão: 12503840108

Data de validade: 03/01/2026

Código de Validação: 1eb078a2b7

NOME: G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Os dados dos documentos constantes nessa certidão foram informados pelo solicitante, sua titularidade e autenticidade deverão ser conferidas pelo interessado, conforme o documento original (ex: CPF, Identidade, etc.)

Certifico que NADA CONSTA nos registros de distribuição do 1º GRAU DE JURISDIÇÃO do Poder Judiciário do Estado do Maranhão sobre ocorrência de ações de pedido de Falência, Concordata e Recuperação Judicial distribuída(s) que esteja(m) em tramitação em face da pessoa acima identificada.

A Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial contempla ações de Falência, Recuperação Judicial/Extrajudicial e Insolvência Civil.

Observações:

- a) Os dados do(a) solicitante acima informado são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
- b) A validade desta certidão é de 60 (sessenta) dias a partir da data de sua emissão. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
- c) Esta certidão é válida apenas para maiores de 18 anos;
- d) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Maranhão - www.tjma.jus.br - menu - Certidão Estadual, utilizando o código de validação acima identificado;
- e) Fonte da pesquisa: sistema PJE (1º grau);

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL. (S)
Nº 235
RUBRICA:
8**Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2023**

Caixa e bancos	54.854,65
Aplicação financeira	11.258,65
Estoques	21.843,65
Outros Créditos	9.854,65
total do circulante	97.811,60

NÃO CIRCULANTE

Máquinas e Equipamentos	19.832,19
Moveis e utensílios	20.604,32
total do não circulante	40.436,51
TOTAL DO ATIVO	138.248,11

PASSIVO**CIRCULANTE**

Fornecedores	42.565,55
Obrigações sociais	18.952,61
Obrigações trabalhistas	15.244,61
total do circulante	76.762,77

NÃO CIRCULANTE

Adiantamento para futuro aumento de capital	25.534,02
total do não circulante	25.534,02

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

capital social	8.000,00
lucros acumulados	27.951,32
total do patrimônio líquido	35.951,32
TOTAL DO PASSIVO	138.248,11

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF 020.646.683-81
EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
CPF 031.512.313-30
CRC 010654/O
CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 236
RUBRICA:
3

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Receita Bruta de Vendas	142.854,21
Impostos s/ Vendas	8.621,32
Receita Líquida	134.232,89
Custo das Mercadorias Vendidas	31.852,32
Lucro Bruto	102.380,57

Despesas Operacionais	
Pessoal	-15.244,61
Administrativas	-11.943,00
Financeiras	-9.437,00
Total das Despesas Operacionais	-36.624,61
Lucro líquido do exercício	65.755,96

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF 020.646.683-81
EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
CPF 031.512.313-30
CRC 010654/O
CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
 Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
 CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
 NIRE: 21102281847

7MSJP

FL.(S)
 Nº 232
 RUBRICA
 3

ANALISE DO INDICE DE LIQUIDEZ**LIQUIDEZ CORRENTE (LC)**

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$ILC = \frac{97.811,60}{76.762,77} \quad ILC = 1.27$$

O Índice de Liquidez Corrente superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Este índice é uma medida da capacidade de pagamento da empresa e, neste caso, um índice de 1,27 sugere uma situação financeira relativamente saudável no curto prazo.

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

$$ILG = \frac{97.811,60 + 40.436,51}{76.762,77 + 25.534,02} = \frac{138.248,11}{25.534,02} = 1.35$$

O Índice de Liquidez Geral superior a 1 indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas obrigações totais (circulantes e não circulantes). Este índice é uma medida da solvência a longo prazo da empresa.

SOLVÊNCIA GERAL

$$ISG = \frac{138.248,11}{102.296,79} = 1.35$$

Um índice de solvência geral maior que 1 indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo. A solvência geral reflete a saúde financeira da empresa e sua capacidade de sustentar suas operações a longo prazo sem riscos excessivos de insolvência.

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
 CPF 020.646.683-81
 EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
 CPF 031.512.313-30
 CRC 010654/O
 CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro

CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA

NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 238
RUBRICA:**NOTA EXPLICATIVA EXERCÍCIO FINALIZADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

1 - G L DE S CARVALHO, rua Alto Pedro Teixeira No 01 – Centro. CEP: 65.279-000, Presidente Médici/MA, tem como principal objetivo: **86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.**

foi constituída em 26/08/2019, conforme seu documento constitutivo.

2. – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS. O Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, Análise pelos índices pelo Balanço, dos exercícios findo em 31 dezembro de 2023, estão sendo elaboradas conforme os Princípios Fundamentais da Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação brasileira vigente.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICA CONTÁBIL

SIGNIFICATIVAS A: administração declara que as Demonstrações Contábeis da empresa: **G L DE S CARVALHO**, do período compreendido entre 01 DE JANEIRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, com observância aos Princípios de Contabilidade e foram elaboradas em conformidade com a ITG 1000, aprovada pela resolução CFC 1418/2012. As demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa foram elaborados segundo o regime de competência e está representada em real, a moeda nacional brasileira.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) –Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

3.2 CONTAS A RECEBER: as contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

3.3 – AVALIAÇÃO DE ESTOQUE A: empresa avaliou seus estoques pelo método PEPS - Primeiro que entra primeiro que sai.

3.4 IMOBILIZADO: Os itens de ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, mais todos os gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. As depreciações são calculadas com base na estimativa de vida útil dos bens determinados em virtude do custo atribuído. São depreciados linearmente com base nas taxas estabelecidas conforme legislação brasileira.

3.5 PASSIVO CIRCULANTE: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

3.6 CAPITAL SOCIAL O: capital social é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais). Não possui divisões de cotas, pois a mesma é Empresa Individual.

3.7 LUCRO ACUMULADOS DO EXERCÍCIO O: Lucro Acumulado do Exercício de 2023 será incorporado ao Patrimônio Líquido em conformidade com as exigências legais.

3.8 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS: Não há estimativa de perdas.

3.9 IMPAIRMENT - PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO: A empresa efetuou testes de impairment em seus ativos e não identificou perdas neste sentido.

PMSJP

FL.(S)
Nº 239
RUBRICA:

J

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

4.1. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO: Apresentação de todas as receitas de venda de mercadorias com seu respectivo custo, e todas as despesas operacionais reconhecidos no período, excluindo os itens de outros resultados abrangentes.

4.2. BALANÇO PATRIMONIAL: Todos os lançamentos que deram origem a essa demonstração contábil foram embasados em documentação idônea fornecida pela Administração da empresa, que se responsabiliza pela sua veracidade. É apresentada relação de ativos, passivos e patrimônio líquido em 31/12/2023. Todas as receitas foram registradas no Regime de Competência, reconhecidas à medida que ocorriam e recebidas em caixa ao final de cada mês, sem qualquer diminuição ocasionada por provisão de crédito de liquidação duvidosa, não declarada pela Administração da Empresa, sendo tributadas pelo Regime do Simples Nacional. O Caixa da empresa na data do encerramento demonstra a situação financeira positiva. Os impostos do Simples Nacional com saldo em aberto têm justificativa na não entrega dos comprovantes de pagamentos por parte da Administração da Empresa. Deste modo, apenas foram lançados pagamentos aos impostos que continham os referidos comprovantes, procedimento em conformidade

aos Princípios Contábeis aplicados à escrituração, entre os quais, o da Objetividade

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF 020.646.683-81
EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
CPF 031.512.313-30
CRC 010654/O
CONTADOR



PMSJP

FL.(S)
Nº 240
RUBRICA:
2

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO
03151231330	LUCIANA MACEDO CARVALHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 20/06/2024 12:04 SOB Nº 20240821114.
PROTOCOLO: 240821114 DE 20/06/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12408676313. CNPJ DA SEDE: 34660192000184.
NIRE: 21102281847. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/06/2024.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PMSJP

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

FL(S)
Nº 241
RUBRICA:
3

Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2024

ATIVO

CIRCULANTE

Caixa e bancos:	R\$ 61.240,12
Aplicação financeira:	R\$ 12.895,45
Estoques:	R\$ 23.600,01
Outros créditos:	R\$ 10.840,12
Total do circulante:	R\$ 108.575,70

NÃO CIRCULANTE

Máquinas e equipamentos:	R\$ 22.315,21
Móveis e utensílios:	R\$ 23.295,01
Total do não circulante:	R\$ 45.610,22

TOTAL DO ATIVO:

R\$ 154.185,92

PASSIVO

CIRCULANTE

Fornecedores:	R\$ 48.365,00
Obrigações sociais:	R\$ 21.793,50
Obrigações trabalhistas:	R\$ 17.531,30
Total do circulante:	R\$ 87.689,80

NÃO CIRCULANTE

Adiantamento para futuro aumento de capital:	R\$ 29.364,12
Total do não circulante:	R\$ 29.364,12

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social:	R\$ 8.000,00
Lucros acumulados:	R\$ 29.131,00
Total do patrimônio líquido:	R\$ 37.131,00

TOTAL DO PASSIVO:

R\$ 154.185,92

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF 020.646.683-81
EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
CPF 031.512.313-30
CRC 010654/O
CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
 Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
 CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
 NIRE: 21102281847

PMSJP
 FL.(S)
 Nº 242
 RUBRICA:
 3

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCICIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Receita Bruta de Vendas:	R\$ 157.139,63
(-) Impostos sobre Vendas:	R\$ 9.654,52
Receita Líquida:	R\$ 147.485,11
(-) Custo das Mercadorias Vendidas (CMV):	R\$ 35.137,67
Lucro Bruto:	R\$ 112.347,44
(-) Despesas Operacionais:	
Pessoal:	R\$ -16.769,07
Administrativas:	R\$ -13.137,30
Financeiras:	R\$ -10.381,85
Total das Despesas Operacionais:	R\$ -40.288,22
Lucro Líquido do Exercício:	R\$ 72.059,22

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
 CPF 020.646.683-81
 EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
 CPF 031.512.313-30
 CRC 010654/O
 CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
 Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
 CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
 NIRE: 21102281847

PMSJP
 FL(S)
 Nº 243
 RUBRICA:
 3

ANALISE DO INDICE DE LIQUIDEZ

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

ILC = 108.575,70 / 87.689,80

ILC = 1,24

O Índice de Liquidez Corrente superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Neste caso, o índice de 1,24 sugere uma situação financeira saudável no curto prazo, mas com margem de segurança moderada.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

ILG = (ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE) / (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

ILG = (108.575,70 + 45.610,22) / (87.689,80 + 29.364,12)

ILG = 154.185,92 / 117.053,92

ILG = 1,32

O Índice de Liquidez Geral superior a 1 demonstra que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas obrigações totais (circulantes e não circulantes). Um índice de 1,32 indica uma posição financeira estável, apontando para boa solvência no longo prazo.

SOLVÊNCIA GERAL (ISG)

ISG = TOTAL DO ATIVO / TOTAL DO PASSIVO

ISG = 154.185,92 / 117.053,92

ISG = 1,32

Um índice de solvência geral maior que 1 indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo. Com um índice de 1,32, a empresa demonstra boa saúde financeira e capacidade de manter suas operações no longo prazo sem grandes riscos de insolvência.

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
 CPF 020.646.683-81
 EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
 CPF 031.512.313-30
 CRC 010654/O
 CONTADOR

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL(S)
Nº 244
RUBRICA:

NOTA EXPLICATIVA EXERCICIO FINALIZADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1 - G L DE S CARVALHO, rua Alto Pedro Teixeira No 01 – Centro. CEP: 65.279-000, Presidente Médici/MA, tem como principal objetivo: 86.60-7-00 - Atividades de apoio à gestão de saúde.

Foi constituída em 26/08/2019, conforme seu documento constitutivo.

2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e a Análise pelos Índices pelo Balanço, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, estão sendo elaboradas conforme os Princípios Fundamentais da Contabilidade e demais práticas emanadas da legislação brasileira vigente.

3 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E POLÍTICA CONTÁBIL SIGNIFICATIVAS

A administração declara que as Demonstrações Contábeis da empresa **G L DE S CARVALHO**, do período compreendido entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024, apresentam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, com observância aos Princípios de Contabilidade e foram elaboradas em conformidade com a ITG 1000, aprovada pela resolução CFC 1418/2012. As demonstrações contábeis, exceto informações de fluxo de caixa, foram elaboradas segundo o regime de competência e estão representadas em reais, a moeda nacional brasileira.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC – TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) – Apresentação de Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste sub-grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

3.2 CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

3.3 AVALIAÇÃO DE ESTOQUE

A empresa avaliou seus estoques pelo método PEPS - Primeiro que entra, primeiro que sai.

3.4 IMOBILIZADO

Os itens de ativo imobilizado são demonstrados ao custo de aquisição, mais todos os gastos incorridos para colocar o bem em condições de uso. As depreciações são calculadas com base na estimativa de vida útil dos bens determinados em virtude do custo atribuído. São depreciados linearmente com base nas taxas estabelecidas conforme a legislação brasileira.

3.5 PASSIVO CIRCULANTE

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos,

PMSJP

quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

FL(S)
Nº 245
RUBRICA:
3

3.6 CAPITAL SOCIAL

O capital social é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)**. Não possui divisões de cotas, pois a mesma é Empresa Individual.

3.7 LUCROS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO

O Lucro Acumulado do Exercício de 2024, no valor de **R\$ 29.131,00**, será incorporado ao Patrimônio Líquido em conformidade com as exigências legais.

3.8 CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Não há estimativa de perdas.

3.9 IMPAIRMENT - PERDAS POR DESVALORIZAÇÃO

A empresa efetuou testes de impairment em seus ativos e não identificou perdas neste sentido.

4 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.1 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Apresentação de todas as receitas de venda de mercadorias com seu respectivo custo, e todas as despesas operacionais reconhecidas no período, excluindo os itens de outros resultados abrangentes.

4.2 BALANÇO PATRIMONIAL

Todos os lançamentos que deram origem a essa demonstração contábil foram embasados em documentação idônea fornecida pela Administração da empresa, que se responsabiliza pela sua veracidade. É apresentada relação de ativos, passivos e patrimônio líquido em 31/12/2024. Todas as receitas foram registradas no Regime de Competência, reconhecidas à medida que ocorriam e recebidas em caixa ao final de cada mês, sem qualquer diminuição ocasionada por provisão de crédito de liquidação duvidosa, não declarada pela Administração da Empresa, sendo tributadas pelo Regime do Simples Nacional. O Caixa da empresa na data do encerramento demonstra a situação financeira positiva. Os impostos do Simples Nacional com saldo em aberto têm justificativa na não entrega dos comprovantes de pagamentos por parte da Administração da Empresa. Deste modo, apenas foram lançados pagamentos aos impostos que continham os referidos comprovantes, procedimento em conformidade com os Princípios Contábeis aplicados à escrituração, entre os quais, o da Objetividade.

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF 020.646.683-81
EMPRESARIO

LUCIANA MACEDO CARVALHO
CPF 031.512.313-30
CRC 010654/O
CONTADOR



PMSJP

FL(S)
Nº 246
RUBRICA:
J

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO
03151231330	LUCIANA MACEDO CARVALHO

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/01/2025 05:59 SOB Nº 20250086042.
PROTOCOLO: 250086042 DE 21/01/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12501007947. CNPJ DA SEDE: 34660192000184.
NIRE: 21102281847. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/12/2024.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

CARLOS ANDRÉ DE MORAES PEREIRA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Termo de Abertura

PMSJP

FL(S)
Nº 247
RUBRICA:
3

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa G L DE S CARVALHO, município Presidente Médici, CNPJ nº 34.660.192/0001-84, Número de Registro (NIRE) 21102281847.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 26/08/2019

Ato constitutivo: 21102281847

Presidente Médici, 01/01/2023

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

Empresário

CPF 020.646.683-81

LUCIANA MACEDO CARVALHO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

CRC/MA 013018

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro

CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA

NIRE: 21102281847

FL.(S)
Nº 249
RUBRICA:
S**LIVRO DIÁRIO Nº 02****Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/02/2023 a 28/02/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.859,32	
Vendas de Mercadorias		24.842,32
Gastos Administrativos	1.325,54	
Gastos Financeiros	421,32	
Gastos Tributários	507,32	
Gasto com Pessoal	3.985,32	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

19.098,82

24.842,32

FL.(S)
Nº 250
RUBRICA.**G L DE S CARVALHO**

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/03/2023 a 31/03/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	11.854,51	
Vendas de Mercadorias		23.965,32
Gastos Administrativos	850,32	
Gastos Financeiros	284,54	
Gastos Tributários	380,64	
Gasto com Pessoal	3.641,25	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

17.011,26

23.965,32

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro

CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA

NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 251
RUBRICA:

3

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/04/2023 a 30/04/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.154,62	
Vendas de Mercadorias		24.147,64
Gastos Administrativos	954,31	
Gastos Financeiros	284,21	
Gastos Tributários	381,34	
Gasto com Pessoal	3.588,54	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

17.363,02

24.147,64

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 252
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/05/2023 a 31/05/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.541,25	
Vendas de Mercadorias		23.215,52
Gastos Administrativos	1.011,10	
Gastos Financeiros	325,20	
Gastos Tributários	424,32	
Gasto com Pessoal	3.741,25	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

18.043,12

23.215,52

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 253
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Demonstrativo : 01/06/2023 a 30/06/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.512,01	
Vendas de Mercadorias		26.851,20
Gastos Administrativos	1.125,00	
Gastos Financeiros	358,51	
Gastos Tributários	411,00	
Gasto com Pessoal	3.654,25	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023	19.060,77	26.851,20

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 254
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/07/2023 a 31/07/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.987,25	
Vendas de Mercadorias		22.854,65
Gastos Administrativos	1.125,20	
Gastos Financeiros	382,21	
Gastos Tributários	450,65	
Gasto com Pessoal	3.954,21	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

18.899,52

22.854,65

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro

CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA

NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 255
RUBRICA:
3**LIVRO DIÁRIO Nº 02****Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/08/2023 a 31/08/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	11.852,36	
Vendas de Mercadorias		21.265,64
Gastos Administrativos	854,21	
Gastos Financeiros	284,32	
Gastos Tributários	365,21	
Gasto com Pessoal	3.214,20	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

16.570,30

21.265,64

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL(S)
Nº 256
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/09/2023 a 30/09/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	11.987,25	
Vendas de Mercadorias		21.114,28
Gastos Administrativos	856,10	
Gastos Financeiros	284,65	
Gastos Tributários	326,14	
Gasto com Pessoal	3.124,51	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

16.578,65

21.114,28

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 257
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02**Período: 01/01/2023 a 31/12/2023**

Demonstrativo : 01/10/2023 a 31/10/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	11.854,21	
Vendas de Mercadorias		19.548,12
Gastos Administrativos	825,32	
Gastos Financeiros	289,32	
Gastos Tributários	341,56	
Gasto com Pessoal	2.326,00	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023

15.636,41

19.548,12

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 258
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Demonstrativo : 01/11/2023 a 30/11/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	11.965,32	
Vendas de Mercadorias		21.854,65
Gastos Administrativos	885,32	
Gastos Financeiros	264,50	
Gastos Tributários	395,21	
Gasto com Pessoal	2.214,25	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023	15.724,60	21.854,65

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

PMSJP

FL.(S)
Nº 259
RUBRICA:
3

LIVRO DIÁRIO Nº 02

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

Demonstrativo : 01/12/2023 a 31/12/2023

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.325,32	
Vendas de Mercadorias		25.954,21
Gastos Administrativos	998,32	
Gastos Financeiros	325,21	
Gastos Tributários	400,21	
Gasto com Pessoal	2.300,00	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2023 a 31/01/2023	16.349,06	25.954,21

Termo de Encerramento

PMSJP

FL.(S)
Nº 260
RUBRICA:

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 2

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2023 a 31/12/2023, da empresa G L DE S CARVALHO.

Presidente Médici, 31/12/2023

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Empresário
CPF 020.646.683-81

LUCIANA MACEDO CARVALHO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 013018



PMSJP

FL.(S)
Nº 261
RUBRICA:
3

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO
03151231330	LUCIANA MACEDO CARVALHO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/06/2024 16:09 SOB N° 20240838645.
PROTOCOLO: 240838645 DE 20/06/2024. NIRE: 21102281847.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/06/2024
empresafacil.ma.gov.br

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

PMSJP
FL.(S)
Nº 262
RUBRICA:
3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 14, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa G L DE S CARVALHO, município Presidente Médici, CNPJ nº 34.660.192/0001-84, Número de Registro (NIRE) 21102281847.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 26/08/2019

Ato constitutivo: 21102281847

1

Presidente Médici, 01/01/2024

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Empresário
CPF 020.646.683-81

LUCIANA MACEDO CARVALHO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 013018

2

PMSJP

FL.(S)
Nº 263
RUBRICA:
3

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Demonstrativo : 01/01/2024 a 31/01/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	15.854,32	
Vendas de Mercadorias		29.854,21
Gastos Administrativos	1.654,15	
Gastos com Pessoal	4.021,32	
Gastos Financeiro	541,32	
Gastos Tributário	601,64	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024	22.672,75	29.854,21

FL.(S)
Nº 264
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/02/2024 a 28/02/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	14.570,65	
Vendas de Mercadorias		33.852,21
Gastos Administrativos	1.320,21	
Gastos Financeiros	632,51	
Gastos Tributários	601,01	
Gasto com Pessoal	4.125,21	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

21.249,59

33.852,21

FL.(S)
Nº 265
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03**Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/03/2024 a 31/03/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	12.113,54	
Vendas de Mercadorias		27.854,31
Gastos Administrativos	951,32	
Gastos Financeiros	352,21	
Gastos Tributários	521,32	
Gasto com Pessoal	4.012,54	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

17.950,93

27.854,31

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro

CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA

NIRE: 21102281847

FL.(S)
Nº 266
RUBRICA
3**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/04/2024 a 30/04/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.654,21	
Vendas de Mercadorias		26.521,32
Gastos Administrativos	1.120,32	
Gastos Financeiros	521,55	
Gastos Tributários	658,41	
Gasto com Pessoal	4.321,51	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

20.276,00

26.521,32

FL.(S)
Nº 267
RUBRICA:
3

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03
Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Demonstrativo : 01/05/2024 a 31/05/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	14.212,32	
Vendas de Mercadorias		25.654,84
Gastos Administrativos	1.258,51	
Gastos Financeiros	631,81	
Gastos Tributários	665,94	
Gasto com Pessoal	4.102,31	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024	20.870,89	25.654,84

FL.(S)
Nº 2.68
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 - Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/06/2024 a 30/06/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	16.854,32	
Vendas de Mercadorias		29.541,31
Gastos Administrativos	1.555,66	
Gastos Financeiros	745,32	
Gastos Tributários	851,22	
Gasto com Pessoal	4.201,31	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

24.207,83

29.541,31

FL(S)
Nº 269
RUBRICA:
3

G L DE S CARVALHO

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Demonstrativo : 01/07/2024 a 31/07/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.521,54	
Vendas de Mercadorias		24.843,65
Gastos Administrativos	1.524,32	
Gastos Financeiros	452,32	
Gastos Tributários	684,32	
Gasto com Pessoal	4.621,32	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024	20.803,82	24.843,65

FL(S)
Nº 270
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/08/2024 a 31/08/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.654,65	
Vendas de Mercadorias		24.854,61
Gastos Administrativos	1.352,22	
Gastos Financeiros	485,65	
Gastos Tributários	564,51	
Gasto com Pessoal	3.641,21	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

19.698,24

24.854,61

FL(S)
Nº 271
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici– MA
NIRE: 21102281847**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/09/2024 a 30/09/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.521,54	
Vendas de Mercadorias		23.521,64
Gastos Administrativos	1.021,54	
Gastos Financeiros	546,32	
Gastos Tributários	654,32	
Gasto com Pessoal	3.654,21	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

19.397,93

23.521,64

FL(S)
Nº 272
RUBRICA:
3**G L DE S CARVALHO**

CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03**Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/10/2024 a 31/10/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	13.854,65	
Vendas de Mercadorias		24.854,54
Gastos Administrativos	1.203,22	
Gastos Financeiros	651,32	
Gastos Tributários	541,32	
Gasto com Pessoal	3.125,21	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

19.375,72

24.854,54

FL(S)
Nº 273
RUBRICA:**G L DE S CARVALHO**CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847**LIVRO DIÁRIO Nº 03****Período: 01/01/2024 a 31/12/2024**

Demonstrativo : 01/11/2024 a 30/11/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	14.523,32	
Vendas de Mercadorias		25.641,32
Gastos Administrativos	1.320,21	
Gastos Financeiros	621,32	
Gastos Tributários	684,10	
Gasto com Pessoal	2.684,32	

Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024

19.833,27

25.641,32

FL(S)

Nº 274

RUBRICA:

J

G L DE S CARVALHO
CNPJ: 34.660.192/0001-84
Rua Alto do Pedro Teixeira, 01, centro
CEP: 65.279-000 – Presidente Medici- MA
NIRE: 21102281847

LIVRO DIÁRIO Nº 03
Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Demonstrativo : 01/12/2024 a 31/12/2024

Descrição	Débito	Crédito
Compras de Mercadorias	14.654,65	
Vendas de Mercadorias		27.854,65
Gastos Administrativos	1.325,41	
Gastos Financeiros	741,25	
Gastos Tributários	751,32	
Gasto com Pessoal	2.945,54	
Totais de Débitos e Créditos: 01/01/2024 a 31/01/2024	20.418,17	27.854,65

Termo de Encerramento

FL(S)
Nº 275
RUBRICA:
3

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 3

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 14, e serviu para escrituração no período de 01/01/2024 a 31/12/2024, da empresa G L DE S CARVALHO.

Presidente Médici, 31/12/2024

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Empresário
CPF 020.646.683-81

LUCIANA MACEDO CARVALHO
PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE
CRC/MA 013018



FL(S)
Nº 276
RUBRICA:
3

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa G L DE S CARVALHO consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO
03151231330	LUCIANA MACEDO CARVALHO

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 23/01/2025 11:21 SOB N° 20250099357.
PROTOCOLO: 250099357 DE 22/01/2025. NIRE: 21102281847.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
São Luís, 23/01/2025
empresafacil.ma.gov.br



FL(S)
Nº 277
RUBRICA
J

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ISABELA PALUSKI, sob a autenticidade nº 12501144138 em 23/01/2025, protocolo 250099357. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa

Nome Empresarial: G L DE S CARVALHO
Número de Registro: 21102281847
CNPJ: 34660192000184
Município: Presidente Médici

Identificação de Livro Digital

Tipo de Livro: DIÁRIO
Número de Ordem: 3
Período de Escrituração: 01/01/2024 - 31/12/2024

Assinante(s)

Nome

CRC/OAB

02064668381 GIL LAYON DE SENA CARVALHO

03151231330 LUCIANA MACEDO CARVALHO

MA013018

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 23/01/2025 11:21 SOB Nº 20250099357.
PROTOCOLO: 250099357 DE 22/01/2025. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12501144138. NIRE: 21102281847.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

ISABELA PALUSKI
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 23/01/2025
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



FL.(S)
Nº 278
RUBRICA:
S

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - LIVRO DIGITAL

Declaro exatos os Termos de Abertura e de Encerramento do Livro Digital com características abaixo, conferido e autenticado por ALYNE LOPES REIS, sob a autenticidade nº 12408705968 em 20/06/2024, protocolo 240838645. Para validação de Autenticação dos Termos, deverá ser acessado o Portal de Serviços / verificação de documentos do Empreendedor (<http://www.empresafacil.ma.gov.br>) e informar o código de verificação.

Identificação de Empresa	
Nome Empresarial:	G L DE S CARVALHO
Número de Registro:	21102281847
CNPJ:	34660192000184
Município:	Presidente Médici

Identificação de Livro Digital	
Tipo de Livro:	DIÁRIO
Número de Ordem:	2
Período de Escrituração:	01/01/2023 - 31/12/2023

Assinante(s)	Nome	CRC/OAB
02064668381	GIL LAYON DE SENA CARVALHO	
03151231330	LUCIANA MACEDO CARVALHO	MA013018

CERTIFICO A AUTENTICAÇÃO EM 20/06/2024 16:09 SOB Nº 20240838645.
PROTOCOLO: 240838645 DE 20/06/2024. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12408705968. NIRE: 21102281847.
G L DE S CARVALHO

JUCEMA

ALYNE LOPES REIS
RESPONSÁVEL PELA AUTENTICAÇÃO
SÃO LUÍS, 20/06/2024
empresafacil.ma.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

PMSJP

FL(S)
Nº 279
RUBRICA:
3

		
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO		
Categoria CONTADORA	Nº Registro MA-013018/O-3	
Nome LUCIANA MACEDO CARVALHO		
Nascimento 12/11/1988	Nacionalidade BRASILEIRA	Naturalidade SANTA INES-MA
		
Assinatura do Profissional		

Filiação CELSO SANTOS MACEDO MARIA RAIMUNDA BATA MACEDO	
CPF 031.512.313-30	Documento de Identificação 244490620035 SSP-MA
Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.	
Data de Registro 19/12/2014	Validado eletronicamente pelo Conselho Federal de Contabilidade Código de Validação: 62A60C

VALIDA EM TODOS OS TERMINOS NACIONAIS

	
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO	
	Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço: https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/cpf/03151231330/codigo/62A60C



PMSJP

FL(S)
Nº 280
RUBRICA:

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: LUCIANA MACEDO CARVALHO
REGISTRO.....	: MA-013018/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.512.313-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 15/10/2025 às 10:17:42.

Válido até: 13/01/2026.

Código de Controle: 2762116.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.

DARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO

FISIOTERAPEUTA

199580-F

NOME
GIL LAYON DE SENA CARVALHOFILIAÇÃO
ANTONIO GILVAN CASTELO DE CARVALHO
LUCILEIA DE SENA CARVALHOLOCAL DO NASCIMENTO
SANTA LUZIA DO PARUA-MADATA DO NASCIMENTO
08/07/1987LOCAL DA EMISSÃO
SÃO LUIS-MADATA DA EMISSÃO
18/12/2014LEI Nº 8.206 - 07.05.75
LEI Nº 8.316 - 17.12.75Dr. Fernando Luiz Almeida
Presidente
CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E DE TERAPIA OCUPACIONAL DA 16ª REGIÃO

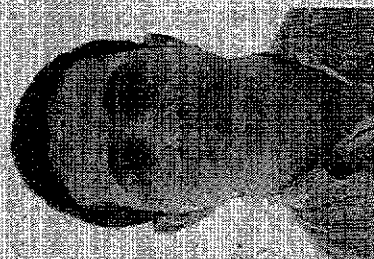
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIDADE CIVIL
25691672003-0DATA DE EMISSÃO
29/08/2003ORGÃO EMITENTE
GEISPC/MAIDENTIDADE ELEITORAL
049889551138ZONA
080CPF
02064868381

OUTRAS QUALIFICAÇÕES PROFISSIONAL

Gil Layon de Sena Carvalho

ASSINATURA DO PORTADOR



IMPRIMIR DIREITO





G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

PMSJP

FL(S)
Nº 282
RUBRICA:
2

DECLARAÇÃO CAPACIDADE FINANCEIRA

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial dos últimos exercícios sociais exigidos no Edital. Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMOSTRAÇÕES: 2023

ANALISE DO INDICE DE LIQUIDEZ

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$ILC = \frac{97.811,60}{76.762,77} \quad ILC = 1,27$$

O Índice de Liquidez Corrente superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Este índice é uma medida da capacidade de pagamento da empresa e, neste caso, um índice de 1,27 sugere uma situação financeira relativamente saudável no curto prazo.

INDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

$$ILG = \frac{97.811,60 + 40.436,51}{76.762,77 + 25.534,02} = \frac{138.248,11}{102.296,79} = 1,35$$

O Índice de Liquidez Geral superior a 1 indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas obrigações totais (circulantes e não circulantes). Este índice é uma medida da solvência a longo prazo da empresa.

SOLVÊNCIA GERAL

$$ISG = \frac{138.248,11}{102.296,79} = 1,35$$



FL(S)
Nº 283
RUBRICA
3

ANÁLISE DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ

LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

ILC = 108.575,70 / 87.689,80

ILC = 1,24

O Índice de Liquidez Corrente superior a 1 indica que a empresa possui ativos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. Neste caso, o índice de 1,24 sugere uma situação financeira saudável no curto prazo, mas com margem de segurança moderada.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG)

ILG = (ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE) / (PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

ILG = (108.575,70 + 45.610,22) / (87.689,80 + 29.364,12)

ILG = 154.185,92 / 117.053,92

ILG = 1,32

O Índice de Liquidez Geral superior a 1 demonstra que a empresa tem ativos suficientes para cobrir suas obrigações totais (circulantes e não circulantes). Um índice de 1,32 indica uma posição financeira estável, apontando para boa solvência no longo prazo.

SOLVÊNCIA GERAL (ISG)

ISG = TOTAL DO ATIVO / TOTAL DO PASSIVO

ISG = 154.185,92 / 117.053,92

ISG = 1,32

Um índice de solvência geral maior que 1 indica que a empresa tem ativos suficientes para cobrir todas as suas obrigações, tanto de curto quanto de longo prazo. Com um índice de 1,32, a empresa demonstra boa saúde financeira e capacidade de manter suas operações no longo prazo sem grandes riscos de insolvência.

AC: Ativo Circulante;	RLP: Realizável a Longo Prazo;
AP: Ativo Permanente;	ELP: Exigível a Longo Prazo.
PC: Passivo Circulante;	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

ATESTO que a empresa G L DE S CARVALHO, inscrita no CNPJ nº 34.660.192/0001-84, por intermédio de seu representante legal, o Sr. Gil Layon de Sena Carvalho, portador(a) do RG nº 025691672003-0 e CPF nº 020.646.683-81, atende aos índices econômicos previstos no edital.

Presidente Médi/MA, 16 de novembro de 2025



Documento assinado digitalmente
LUCIANA MACEDO CARVALHO
Data: 16/11/2025 22:25:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luciana Macedo Carvalho
Contadora
CRC/MA:013018/0-3



G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

DECLARAÇÃO UNIFICADA

PMSJP

FL(S)
Nº 204
RUBRICA:
3

AO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA
REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

A Empresa **G L DE S CARVALHO**, devidamente inscrita no CNPJ nº 34.660.192/0001-84 com endereço na Rua da Igreja, nº 32, CEP: 65279-000, Centro, na cidade de Presidente Médici/MA, telefone 98 98734-1764 por intermédio de seu representante legal, a Sr.**Gil Layon de Sena Carvalho**, inscrita no CPF nº 020.646.683-81 e RG nº 025691672003-0, DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- d) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
- g) que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- h) que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós- consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

Presidente Médici/MA, 16 de novembro de 2025



Documento assinado digitalmente
GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Data: 16/11/2025 22:11:16 -0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

GIL LAYON DE SENA CARVALHO
RG: 025691672003-0
CPF: 020.646.683-81
G L DE S CARVALHO

G L DE S CARVALHO |
CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua da Igreja, 32, Centro
Presidente Médici/MA
CEP: 65.279-000 | 98 98734 1764
E-mail: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com



PREFEITURA
MUNICIPAL DE

MATÕES DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE
AV. DR. ANTONIO SAMPAIO, Nº 100
CENTRO CEP 65.468-000 CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

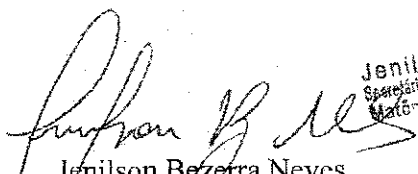
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

PMSJP

FL(S)
Nº 285
RUBRICA:
3

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS, QUE A EMPRESA **G L DE S CARVALHO**, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO, INSCRITA NO CNPJ: 34.660.192/0001-84, ESTABELECIDNA RUA DA IGREJA, Nº 32, CENTRO, PRESIDENTE MÉDICI/MA, REPRESENTADA PELO SR. GIL LAYON DE SENA CARVALHO, RG Nº 025691672003-0 E CPF Nº 020.646.683-81, PRESTA O SERVIÇO DE **REALIZAÇÃO DE EXAME DE ESPIROMETRIA - PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR; EXAMES DE ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE/MA, ENCONTRANDO-SE APTA E EM CONFORMIDADE COM AS EXIGÊNCIAS DE PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS POR ESTA SECRETARIA, ATENDENDO OS PRAZOS DOS SERVIÇOS SOLICITADO, OU SEJA, CUMPRE SATISFATORIAMENTE COM SUAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, DE FORMA SATISFATÓRIA, NADA CONSTANDO EM NOSSOS ARQUIVOS QUE DESABONE COMERCIAL E ETICAMENTE A REFERIDA EMPRESA.

Matões do Norte/MA — MA, 20 de outubro de 2025


Jenilson Bezerra Neves
Secretário Municipal de Saúde
Portaria nº 004/2025-GAB

Jenilson Neves
Secretário Municipal de Saúde
Matões do Norte - MA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI – MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
CNPJ: 41.611.856/0001 - 80

PMSJP

FL(S)
Nº 286
RUBRICA:
3

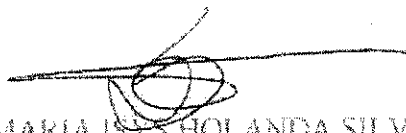
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI - MIRIM**, inscrita no CNPJ sob nº 41.611.856/0001-80, situada na Praça São Sebastião, 76, Centro – Peri – Mirim – MA, CEP 65.245-000, atesta para os devidos fins que a empresa: **G. L. DE S. CARVALHO - ME**, inscrita no CNPJ sob nº 34.660.192/0001-84, situada na Rua Alto Pedro Teixeira, 01 – Centro – Presidente Médici - MA, CEP 65.279-000, prestou os serviços abaixo especificados em plenas condições de uso, no período de 18.08.2023 a 18.09.2023.

- **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAME DE ESPIROMETRIA - PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PERI – MIRIM – MA.**

Atestamos que tais prestações de serviços foram executadas satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Peri – Mirim – MA, 12 de fevereiro de 2025.



MARIA ISIS HOLANDA SILVA
Secretária Municipal Interina de Saúde e Saneamento
Ordenadora de Despesas

ttet

RECURSO ADMINISTRATIVO

PMSJP

FL(S)
Nº 287
RUBRICA:

3

Pregão Eletrônico nº 16/2025 – Fase de Habilitação

Licitante Recorrente: NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 44.576.926/0001-03, com sede à Av. Duque de Caxias, S/n, Centro, São Domingos do Araguaia/PA.

REPRESENTANTE LEGAL: Narliene Oliveira Feitosa da Costa, 592.056.362-15, agrupnorte@gmail.com, (99) 99157-7698

Recorrida: G L DE S CARVALHO

Município: São João do Paraíso/MA

1. DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso é tempestivo, sendo interposto dentro do prazo previsto no edital e na Lei nº 14.133/2021.

2. SÍNTESE DA DECISÃO RECORRIDA

Inicialmente, faz-se digna a menção de que a Administração Pública deve pautar seus atos aos princípios administrativos e em razão do princípio da legalidade ao ordenamento jurídico como um todo.

Sabe-se que a Constituição Federal de 1988 é a lei maior do nosso ordenamento e dispõe o seguinte em relação à Administração Pública:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:[...](g.n)

A decisão do Pregoeiro habilitou a empresa **G L DE S CARVALHO** com base na apresentação de atestados de capacidade técnica genéricos e sem comprovação de quantitativos mínimos.

Entretanto, ao analisar os documentos disponibilizados pela licitante e confrontá-los com informações públicas oficiais, verificou-se que:

- a) os atestados apresentados não discriminam quantidade de exames realizados;
- b) não há demonstração da execução de serviços em volume minimamente compatível com o objeto licitado;
- c) verificou-se, mediante consulta aos pagamentos públicos, que a empresa não executou sequer 10% do quantitativo compatível com o objeto do presente certame;
- d) os contratos supostamente utilizados para embasar os atestados possuem valores irrisórios, impossibilitando qualquer entrega de volume significativo de exames.

PMSJP

FL(S)
Nº 288
RUBRICA:
3

3. DO EDITAL – EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA NÃO ATENDIDAS

O edital é claro:

Item 8.4.1 – Aptidão técnica deve ser comprovada por serviços similares e equivalentes ao objeto.

Item 8.4.2 – Atestados devem comprovar quantitativo mínimo.

Item 8.4.4 – Atestados devem ser legítimos e comprováveis por contrato, NF e demais documentos.

A recorrida **não comprovou** quantitativo algum. Os documentos anexados não especificam:

- número de exames realizados;
- período de execução;
- volume mensal, anual ou total;
- carga operacional compatível com a complexidade exigida pelo edital.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a ausência de comprovação de capacidade técnica é uma falha insanável, uma vez que a fase de habilitação é preclusiva, não podendo ser alterada após a abertura das propostas.

• Artigo 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021: Estabelece que a habilitação do licitante deve incluir a comprovação de capacidade técnica para o cumprimento do objeto da licitação, na forma definida no edital.

• Artigo 64, § 2º, da Lei 14.133/2021: Determina que a comprovação de qualificação técnica deve ser feita exclusivamente por meio de documentos apresentados na fase de habilitação, vedada a apresentação de documentos complementares após a abertura das propostas.

• Artigo 71, inciso II, da Lei 14.133/2021: Estabelece que não será admitida a substituição ou complementação posterior de documentos que deveriam ter sido apresentados na fase de habilitação.

PMSJP

Portanto, **não há como aferir aptidão técnica**, o que viola diretamente o edital.

FL(S)
Nº 289
RUBRICA:
7

4. DOS CONTRATOS APRESENTADOS COMO LASTRO – VALORES IRRISÓRIOS QUE EVIDENCIAM FALTA DE CAPACIDADE TÉCNICA

Foram identificados os seguintes pagamentos à empresa recorrida:

4.1. Município de Matões do Norte/MA – pagamento único de R\$ 18.750,00

Conforme documento oficial:

Esse valor, por si só, **não representa nem 5% do valor estimado do presente certame (R\$ 387 mil)**.

Além disso, não há informações de quantidade de exames executados.

4.2. Município de Peri Mirim/MA – pagamento único de R\$ 17.550,00

Conforme documento oficial:

Novamente, trata-se de valor isolado, sem comprovação de volume e absolutamente insuficiente para comprovar experiência compatível com o objeto licitado.

5. DA INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA DOS CONTRATOS PARA COMPROVAR EXPERIÊNCIA

A análise objetiva dos pagamentos públicos demonstra:

- Não há contratos contínuos;
- Não há múltiplos empenhos;
- Não há volume anual significativo;
- Não há execução que indique capacidade operacional consistente.

Somando-se ambos os pagamentos analisados ($R\$ 18.750 + R\$ 17.550 = R\$ 36.300$), chega-se a um montante **inferior a 10%** do valor estimado para o objeto atual.

Assim, **é tecnicamente impossível** que tais contratos gerem experiência robusta, contínua e suficiente para:

- manter equipe qualificada;
- operar equipamentos médicos;
- realizar exames em escala;
- emitir laudos técnicos médicos;
- atender demandas semelhantes às deste pregão.

PMSJP

FL.(S)
Nº 290
RUBRICA:
J

A licitação deve ser julgada por critérios objetivos, e o critério estabelecido, por mais flexível que seja, não foi atendido, portanto, qualquer decisão pela habilitação da G L violaria o princípio do julgamento objetivo, da vinculação ao instrumento convocatório, da impessoalidade e consequentemente da legalidade.

Seja qual for a interpretação, a mais rígida ou mais flexível, em nenhuma dessas interpretações é possível afirmar que a G L atende o instrumento convocatório e a legislação atinente a matéria.

Logo, aceitar os atestados de capacidade técnica apresentados como pertinentes e compatíveis é macular o certame licitatório com uma subjetividade que não é compatível com as atividades da Administração Pública.

Passa-se então ao atributo do PRAZO, essa última característica do atestado de capacidade técnica se relaciona com o prazo que se pretende contratar o serviço licitado com o prazo comprovado de capacidade técnica.

Veja que em razão de prazo, os atestados apresentados pela G L também são INCOMPATÍVEIS com a contratação que se pretende no certame em tela.

A contratação que a Administração Pública pleiteia com o certame em questão, se dará pelo prazo de 12 (doze) meses, portanto o mínimo que se espera de um licitante é que comprove que já executou o serviço pretendido por um prazo compatível com o prazo do certame.

Nesse sentido, são as palavras de Joel Menezes Niebuhr³:

“Administração Pública, ao avaliar a qualificação técnica dos licitantes, pretende aferir se eles dispõem dos conhecimentos, da experiência e do aparato operacional suficiente para satisfazer o contrato administrativo.”

Ainda Marçal Justen Filho⁴ aponta que:

“em todo o tipo de contratação pode cogitar-se da exigência de experiência anterior do licitante como requisito de segurança para a contratação administrativa. Aliás até se pode afirmar que em muitos casos a capacitação técnica operacional se evidencia como a única manifestação de experiência anterior relevante e pertinente.”

Assim, a exigência de comprovação de capacidade técnica, se justifica pelo fato de que, uma vez demonstrada a capacidade técnica, à Administração é conferida maior segurança na contratação, segurança essa que é parte integrante da busca pela satisfação do interesse público.

PMSJP

FL(S)
Nº 291
RUBRICA:
7

Assim, não atende ao interesse público uma contratação que resulta em prejuízo à Administração por falha resultante da falta de experiência do licitante, portanto, a compatibilidade em razão de quantidade, prazo e objeto são indiscutivelmente essenciais para comprovar a aptidão técnica.

6. DA ILEGALIDADE DA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

A habilitação da empresa recorrida infringe:

- Art. 62 e 63 da Lei 14.133/2021 (habilitação técnica deve ser comprovada).
- Item 8.4 do edital (atestados devem comprovar quantitativo e equivalência).
- Princípios da isonomia, julgamento objetivo e seleção da proposta mais vantajosa.

Sem a comprovação de quantidade mínima, **não há como afirmar aptidão técnica** — e o edital não permite interpretação subjetiva nem “presunção” de capacidade.

citamos abaixo decisões do TCU quanto ao tema:

SÚMULA Nº 263 Para a comprovação da capacidade técnico operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado. (grifo nosso)

7. DO PEDIDO

Diante de todos os fatos acima demonstrados, requer:

- a) o conhecimento e provimento do presente recurso administrativo;
- b) a reforma da decisão que habilitou a empresa G L DE S CARVALHO;
- c) a consequente **INABILITAÇÃO** da empresa recorrida, por:
 - apresentar atestados genéricos e sem quantitativos;
 - não comprovar execução de serviços minimamente compatíveis com o objeto;
 - não atender ao item 8.4.4 do edital;

d) A convocação da próxima colocada para habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

PMSJP

e) A emissão de decisão fundamentada e vinculativa por parte da autoridade competente, nos termos do art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021, com publicidade em meio oficial, sob pena de nulidade do processo licitatório.

FL.(S)
Nº 232
RUBRICA
S



Pede deferimento.

Marabá-PA, 24 de novembro de 2025

Assinado de forma digital por NORTE GESTAO
MEDICA ESPECIALIZADA E
EQUIPAMENTOS:44576926000103
Versão do Adobe Acrobat Reader:
2025.001.20937

Narliene Oliveira Feitosa da Costa
Socio administrador



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE (04/01/2021 A 22/10/2025) - MA

Dados atualizados 22/10/2025 (/periodo/22679488?clean=false). Para consultar dados de outros períodos, clique aqui.

Dados do pagamento de número 05090003

- Data do pagamento 05/09/2025
- Valor 18.750,00 R\$

Dados do pagamento do empenho

Tipo	Forma de pagamento	Valor	Número do documento	Nome do banco	Nome da agência	Número da agência	Conta corrente
N/A	Débito	18.750,00	0	Banco do Brasil S.A.	CANTANHEDE	1734	215724

Dados do empenho de número 29080001

- Empenho feito em 29/08/2025
- Tipo: Ordinário
- Credor: G L DE S CARVA LHO
- A modalidade da licitação é 'Outros/não se aplica'
- Unidade orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS
- Função: 10 - Saúde
- Subfunção: 301 - Atenção Básica
- Programa de governo: 0005 - Atenção Básica em Saúde
- Projeto / Atividade: 2.044 - Manutenção das Atividades da Rede Pública de Saúde
- Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pesso a jurídica
- Fonte de recurso: 1600000000 - Transferência SUS-Bloco de manutenção
- Histórico: contratação de empresa para prestação de serviços na realização de exame de Espirometria- prova de função pulmonar Exames de Eletrocardiograma clínico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matões do Norte/MA.

Movimentos do empenho

FL(S)
Nº 94
RUBRICA:
8

Documento	Data	Tipo	Registro	Valor (R\$)
29080001	29 de agosto de 2025	Empenho	Realizado	18.750,00
02090019	2 de setembro de 2025	Liquidação	Realizado	18.750,00
05090003	5 de setembro de 2025	Pagamento	Realizado	18.750,00

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI MIRIM (04/01/2021 A 09/10/2025) - MA**

Dados atualizados 27/10/2025 (/periodo/23119489?clean=false).

Dados do pagamento de número 03110002

- Data do pagamento 03/11/2023
- Valor 17.550,00 R\$

Dados do pagamento do empenho

Tipo	Forma de pagamento	Valor	Número do documento	Nome do banco	Nome da agência	Número da agência	Conta corrente
N/A	Débito	16.672,50	0	Banco do Brasil S.A.	BB - PINHEIRO	0566	122807

Dados do empenho de número 15080002

- Empenho feito em 15/08/2023
- Tipo: Ordinário
- Credor: G L DE S CARVA LHO
- A modalidade da licitação é 'Outros/não se aplica'
- Unidade orçamentária: 001 - Fundo Municipal de Saúde
- Função: 10 - Saúde
- Subfunção: 301 - Atenção Básica
- Programa de governo: 0024 - Saúde com Dignidade para Todos
- Projeto / Atividade: 2.014 - Manutenção das Ativ. e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS
- Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 - Outros serv. de terc. pesso a jurídica
- Fonte de recurso: 1600000000 - Transferência SUS Bloco de manutenção
- Histórico: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA (PROVA DE FUNÇÃO PULMONAR) NO PROGRAMA DE CONTROLE DE ASMA E SINTOMATICOS RESPIRATORIOS E PÓS COVID19 NO MUNICIPIO DE PERI MIRIM - MA, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº0 E CONTRATO Nº035/2023/SEMUS

Prefeitura Municipal de Peri Mirim (04/01/2021 a 09/10/2025) - MA



Movimentos do empenho

FL(S)
Nº 296
RUBRICA:

Documento	Data	Tipo	Registro	Valor (R\$)
15080002	15 de agosto de 2023	Empenho	Realizado	17.550,00
03100003	3 de outubro de 2023	Liquidação	Realizado	17.550,00
03110002	3 de novembro de 2023	Pagamento	Realizado	17.550,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)
Nº 292
RUBRICA:
3

CONTRATO

MAT. Nº	0107004
PROC.	0025
FLS.	343
RUB.	

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20250814/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0107004/2025

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, como CONTRATANTE, e a empresa G. L. DE S. CARVALHO, como CONTRATADA, para a prestação dos serviços dos produtos na forma abaixo.

Por este instrumento particular, o MUNICÍPIO DE MATÕES DO NORTE, ESTADO DO MARANHÃO, por meio da Secretaria Municipal de Saúde com sede na Av. Dr. Antônio Sampaio, Centro, Matões do Norte/MA, CEP: 65.468-000, a seguir denominado **CONTRATANTE**, representado pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jenilson Bezerra Neves, inscrito no CPF nº 023.619.403-88, e a empresa **G. L. DE S. CARVALHO**, estabelecida na Rua Alto Pedro Teixeira, Nº 01, Centro, CEP: 65.279-000 Presidente Médici/MA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 34.660.192/0001-84, Telefone: (98) 98734-1764, E-MAIL: gil.layon@hotmail.com, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. Gil Layon De Sena Carvalho, inscrito no CPF nº 020.646.683-81, têm justo e acordado o presente Contrato Nº 20250814/2025, decorrente da PREGÃO ELETRÔNICO nº 021/2025, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 0107004/2025, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como referida no presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral, da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal nº 8.078/1990 e suas alterações. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

PARAGRAFO UNICO: Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição:

- Edital do Pregão Eletrônico nº 021/2025;
- Termo de Referência;
- Proposta e documentos anexos, firmados pela CONTRATADA;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para prestação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA

CNPJ Nº 01.612.831/0001-87

AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.465-000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)

Nº 298

RUBRICA:

PROC.

FLS.

RUB.

serviços na realização de exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar; Exames de Eletrocardiograma Clínico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Matões do Norte – MA, conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único – Os **Serviços contínuos** serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas do **Termo de Referência**, bem como nas normas técnicas para a prestação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

O valor total do presente contrato é de **R\$ 362.500,00 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)**, conforme planilha discriminativa abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	Preço Unit. MÉDIO	Preço Total MÉDIO
1	Realização de Exames de Espirometria	Serviço	850	R\$ 250,00	R\$ 212.500,00
2	Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1.200	R\$ 125,00	R\$ 150.000,00
Valor Total R\$ 362.500,00 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)					

Parágrafo Primeiro – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Parágrafo Segundo – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA, mensalmente, após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Primeiro – Para fins de medição, se for o caso, e faturamento, o período-base de medição do **serviço prestado** será de um mês, considerando-se o mês civil, podendo no primeiro mês e no último, para fins de acerto de contas, o período se constituir em fração do mês, considerado para esse fim o mês com 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, Ordem de autorização e as certidões de regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, con-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)
Nº 233
RUBRICA:

MATÕES DO NORTE/MA
PROC. 010-10001202
FLS. 310

forme Portaria PGFN/RFB nº 1751, de 02 de outubro de 2014; Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado; Prova de Regularidade perante a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo Quarto – O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão dos serviços ou fornecimento efetivamente prestados e aceitos no período-base mencionado no parágrafo primeiro.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O pagamento será efetuado à CONTRATADA por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE

O objeto do presente instrumento não será reajustado, salvo condições excepcionais.

Parágrafo Primeiro – No caso de reajuste, os preços serão reajustados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA-E do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculado por meio da seguinte fórmula:

$$R = Po [(I-Io)/Io]$$

Onde:

R = valor do reajuste;

I = índice IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao de aniversário do Contrato;

Io = índice do IPCA-E mensal relativo ao mês anterior ao da apresentação da Proposta;

Po = preço unitário contratual, objeto do reajustamento.

Parágrafo Segundo – Caso o índice previsto neste Contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. Neste caso, a variação do índice deverá ser calculada por meio da fórmula consignada no parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Caso o CONTRATADO requeira reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CONTRATANTE obrigado a responder em até 30 (trinta) dias, da data do requerimento ou da data em que forem apresentados todos os documentos necessários à apreciação do pedido.

CLÁUSULA SÉTIMA - ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL(S)
Nº 300
RUBRICA:

PROC. 007004/2025
FLS. 008

Parágrafo Primeiro – O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

Parágrafo Segundo – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Quarto - O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do exercício vigente, contados da data da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

A CONTRATADA submeter-se-á a todas as medidas e procedimentos de Fiscalização. Os atos de fiscalização, inclusive inspeções e testes, executados pelo CONTRATANTE e/ou por seus prepostos, não eximem a CONTRATADA de suas obrigações no que se refere ao cumprimento das normas, especificações e projetos, nem de qualquer de suas responsabilidades legais e contratuais.

Parágrafo Primeiro – A Fiscalização da prestação dos serviços caberá à comissão designada por ato da Secretaria Municipal de Saúde. Incumbe à Fiscalização a prática de todos os atos que lhe são próprios nos termos da legislação em vigor, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pelo CONTRATANTE, se obrigando a fornecer os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem considerados necessários ao desempenho de suas atividades.

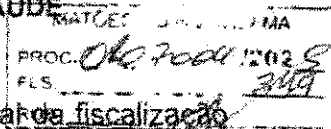
Parágrafo Terceiro – Compete à CONTRATADA fazer minucioso exame da execução do objeto, de modo a permitir, a tempo e por escrito, apresentar à Fiscalização, para o devido esclarecimento, todas as divergências ou dúvidas porventura encontradas e que venham a impedir o bom desempenho do Contrato. O silêncio implica total aceitação das condições estabelecidas.

Parágrafo Quarto – A atuação fiscalizadora em nada restringirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA no que concerne a execução contratados, à sua execução e às consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o CONTRATANTE, ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implicará corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus prepostos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL(S)
Nº 301
RUBRICA:



Parágrafo Quinto – A CONTRATADA se obriga a permitir que o pessoal da fiscalização do CONTRATANTE acesse quaisquer de suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas aos equipamentos, pessoas e materiais, fornecendo, quando solicitados, todos os dados e elementos referentes à execução do contrato.

CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO

O presente contrato será executado conforme especificações constantes no termo de referência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de recebimento da ordem de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

A contratação terá eficácia a partir da data da publicação do instrumento correspondente no Portal Nacional de Contratações Públicas e vigorará até 31 de dezembro contados desta, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

Parágrafo Segundo – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Parágrafo Terceiro – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

Parágrafo Quarto – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

As obrigações da contratada serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do contratante serão aquelas previstos no Termo de Referência, anexo do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO:

O recebimento do objeto do contrato previsto na CLÁUSULA SEGUNDA se dará mediante a avaliação de servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde que constatarão se o objeto entregue atende a todas as especificações contidas no Termo de Referência/Projeto Básico.

Parágrafo Único - Na recusa de recebimento, por não atenderem às exigências da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá, se possível, fornecer os produtos, passando a contar os prazos para pagamento e demais compromissos da CONTRATANTE a partir da data do efetivo recebimento.

FL.(S)
Nº 302
RUBRICA:

MATCOE J. L. MA
PROC. *010200* 1202
FLS _____
RUB. _____

E-mail: saude@matoesdonorte.ma.gov.br
 Telefone: 98 3196-1120 / Ouvidoria: 98 3196-1130



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL(S)
Nº 303
RUBRICA:

MATÕES DO NORTE/MA
PROC. 0100001/2021
FLS. 16

primário irregular de suas cláusulas, conforme disposto no inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

Parágrafo Segundo - A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Terceiro - Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quarto - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Quinto - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Sexto - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

Parágrafo Sétimo - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Oitavo - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

Parágrafo Nono - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

Parágrafo Décimo - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo Décima Primeira - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL(S)
Nº 304
RUBRICA:

PROC. 0000001/2021
FLS. 352

Parágrafo Décima Segunda - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo Décima Terceira - Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - EXTINÇÃO

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

Parágrafo Primeiro – O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

Parágrafo Segundo – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

Parágrafo Terceiro – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

Parágrafo Quarto – O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Parágrafo Quinto – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

Parágrafo Sexto – O termo de extinção, sempre que possível, será precedido: Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; Indenizações e multas.

Parágrafo Sétimo – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)
Nº 305
RUBRICA:

PROC.	010100012025
FLS.	353
RUB.	

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA não poderá subcontratar, nem ceder sem a prévia e expressa anuência do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado na imprensa oficial.

Parágrafo Único – A SUBCONTRATADA será solidariamente responsável com a CONTRATADA por todas as obrigações legais e contratuais decorrentes do objeto do Contrato, nos limites da subcontratação, inclusive as de natureza trabalhista e previdenciária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Matões do Norte/MA, classificada conforme abaixo especificado:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1301 Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 10 301 0005

PROJETO ATIVIDADE: 2.044 Manutenção das Atividades da Rede Pública de Saúde

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTARIA: 1301 Fundo Municipal de Saúde

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA: 10 301 0007

PROJETO ATIVIDADE: 2.049 Saúde de Média e Alta Complexidade

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 Outros Serv. de Terc. Pessoa Jurídica

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cantanhede para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município nos prazos legais, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, além da divulgação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, às expensas da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES FINAIS

a. Fazem parte do presente contrato as prerrogativas constantes do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Na contagem dos prazos, é excluído o dia de início e incluído o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, salvo disposição em contrário. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATÕES DO NORTE/MA
CNPJ Nº 01.612.831/0001-87
AV. DR. ANTÔNIO SAMPAIO, CENTRO, CEP: 65.468-000
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FL.(S)
Nº 306
RUBRICA:

Matões do Norte/MA, em 13 de agosto de 2025

MATÕES DO NORTE/MA
PROC. 00000000000000000000
FLS. 354
RUB. 3


Jenilson Bezerra Neves
Secretário Municipal de Saúde
CONTRATANTE



Documento assinado digitalmente
GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Data: 13/08/2025 14:51:53 -0300
Verifique em <https://webdai-ib.gov.br>

G. L. DE S. CARVALHO
CNPJ sob o nº 34.660.192/0001-84
Gil Layon De Sena Carvalho
CPF nº 020.646.683-81
CONTRATADO



Prefeitura Municipal de Peri Mirim

Número Processo: 48
Número Instrumento: 08
Exercício: 2023
Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Modalidade: DISPENSA
Regime Execução Obra:
Nome Autoridade: GIRLA NATALISSE CARDOSO DA SILVA
CPF Autoridade: ***
Cargo Autoridade: Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
Nome Homologador: GIRLA NATALISSE CARDOSO DA SILVA
Objeto: Contratação De Empresa Especializada Na Prestação De Serviços Para A Realização De Exames De Espirometria (Prova De Função Pulmonar).
Data Publicação: 17/08/2023
Data Abertura:
Tipo: MELHOR PREÇO
Procedimento: CONTRATAÇÃO DIRETA
Status: PENDENTE DE ENVIO AO TCE
Tipo Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
Valor Total da Despesa: 17.550,00
Valor da Dotação: 17.550,00
Dotação Reforçada: N
Veículo de Divulgação: DOM
Data Homologação: 12/08/2023
Data Publicação Resultado:
Valor Adjudicado: 17.550,00
Natureza da Despesa:
Origem do Recurso:
Corona Vírus: Não

FL.(S)
Nº 308
RUBRICA:

Documentos da licitação

DATAENVIO	NOME	ASSUNTO
12/08/2023	Comprovação da Publicação da Ratificação	PUBL. EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
15/08/2023	PUBLICAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO	PUBL. EXTRATO DE CONTRATO
11/08/2023	PARECER JURIDICO	PARECER JURIDICO



Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 41.611.856/0001-80

PMSJP

FL(S)
Nº 309
RUBRICA:
3

Processo Administrativo nº 48/2023/SEMUS

Órgão Interessado: Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Consultante: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Análise de possibilidade procedimental e de legalidade quanto à contratação direta de empresa especializada na realização de exames de espirometria (prova de função pulmonar).

PARECER

1 - RELATÓRIO

1. Cuidam os autos de processo administrativo tem por objeto a contratação direta de empresa para a realização de exames de espirometria (prova de função pulmonar).
2. Consta nos autos: 1) documento de formalização de demanda emitido pelo departamento de compras e contratos com descrição suscita do objeto e justificativa da contratação e aprovação pela autoridade competente; 2) certidão de autuação do processo; 3) solicitação da autoridade competente para adoção das diligências necessária à instrução do procedimento licitatório; 4) elaboração do termo de referência devidamente aprovado pela autoridade competente; 5) mapa de apuração do valor estimado da contratação por meio de cotação de preços devidamente acompanhada com a pesquisa das propostas de preços junto a empresas do ramo do objeto que se pretende contratar; 6) indicação do setor de contabilidade sobre a disponibilidade orçamentária; 7) solicitação de documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação Econômica e Financeira para empresa atua no ramo do objeto que se pretende contratar; 8) Minuta do Contrato; 9) Termo de Dispensa com justificativa do preço e da contratação; 10) e por último, despacho da CPL para a Procuradoria-Geral elaborar para parecer sobre a possibilidade da contratação, do procedimento adotado e da conformidade da minuta do contrato.

Relatei.

Opino.

2 - ANÁLISE

3. Trata-se de procedimento administrativo encaminhado a esta Procuradoria-Geral para emissão de parecer sobre a possibilidade de contratação de empresa para a realização de exames de espirometria (prova de função pulmonar), com valor estimado da contratação cotado em **R\$ 17.550,00 (dezessete mil e quinhentos e cinquenta reais)**.
4. Segundo prescreve a Lei de Licitações em seu artigo 2º, as obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação. Seguindo o que estabeleceu a Carta Constitucional em seu



Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 41.611.856/0001-80

FL.(S)
Nº 310
RUBRICA:
J

art. 37, inciso XXI, no tocante à obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público.

5. A lei nº 8.666/93 dispõe em seu artigo 3º, caput, que a licitação se destina a garantir o princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.

6. No entanto, os artigos 24 e 25 da referida Lei trazem exceções onde o procedimento licitatório pode ser dispensado ou até mesmo, inexigido. Acerca da dispensa de licitação, Marçal Justen Filho (JUSTEN FILHO, Marçal. *Comentários à lei de licitações e contratos administrativos*. 12ª ed. São Paulo: Dialética, 2008, p. 287) nos ensina:

"A dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se objetivamente inconveniente com os valores nortecedores da atividade administrativa."

7. Aqui, ao examinarmos o caso em apreço à luz da Lei das Licitações, observamos que a dispensa de licitação é a modalidade mais adequada considerando o valor dos serviços a serem contratados. Desta feita, o artigo 24, inciso II, da mencionada norma legal, excepciona a exigência de licitação desde que se trate de compra ou serviços de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea a, do inciso II do art. 23 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

8. Com advento do Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, os valores estabelecidos na Lei nº 8.666/93 passou a ter nova redação, alterando os valores e consequentemente o valor estipulado para dispensa, previsto no art. 24, II, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos. Deste modo, a redação que vincula a dispensa de licitação no valor de 10% (dez por cento) para compras e serviços (art. 24, II, Lei nº 8.666/93), passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

II - Para compras e serviços não incluídos no inciso I:



Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 41.611.856/0001-80

PMSJP
FL.(S)
Nº 311
RUBRICA
3

a) Na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

9. Resta verificado que a dispensa de licitação na qual trata o art. 24, II da Lei nº 8.666/93 autoriza legalmente a realização de dispensa de licitação quando o valor não exceder 10% (dez por cento) ao valor estabelecido no art. 23, II, a, da Lei nº 8.666/93, cujo foi alterado pelo Decreto nº 9.412/18, ou seja, a dispensa poderá ser realizada quando a despesa para compras e serviços (não incluindo serviços de engenharia) não exceder o valor de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

10. No entanto, verifica-se que no termo de referência consta o detalhamento dos serviços a serem contratados, apresentando de forma específica quais serviços serão executados de modo a atender o objeto do contrato, sobretudo, para subsidiar de forma eficaz e servindo de parâmetro objetivo para a pesquisa do preço de mercado dos serviços que se pretende contratar.

11. Quanto ao valor da contratação devidamente justificado em **R\$ 17.550,00 (dezesete mil e quinhentos e cinquenta reais)**, temos que se encontra dentro dos parâmetros de legais, atendendo ao limite do art. 23, II, da Lei nº 8.666/93, conforme consta no mapa de pesquisa de preços presente nos autos deste processo, nos termos apresentados na Justificativa do Preço e da escolha do fornecedor constante do Termo de Dispensa de Licitação, de modo a atender o disposto no art. 26, II e III Lei nº 8.666/93, com a consequente a autorização da dispensa de licitação pela autoridade competente.

12. Por outro turno, registre-se, ainda, que na minuta do contrato a ser formalizado constam as cláusulas que tratam do objeto, prazo, finalidade, valor, condições de pagamento, obrigações dos contratantes e demais cláusulas pertinentes, de modo a atender ao disposto no art. 38, X e art. 55 da Lei 8.666/93.

13. Não obstante, ainda que os processos de dispensa não exijam o cumprimento de etapas formais indispensáveis num processo de licitação, devem obediência aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e probidade administrativas impostos à Administração Pública.

14. É importante asseverar que esta Assessoria se atém, tão somente, as questões da legalidade procedimental, ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública.

15. Destacamos, que como condição de eficácia do procedimento, deverá se resguardar o princípio da Publicidade, conferindo transparência aos atos administrativos nos termos do parágrafo único, do artigo 61, da Lei 8.666/93:



Estado do Maranhão
PREFEITURA MUNICIPAL DE PERI-MIRIM
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
CNPJ Nº 41.611.856/0001-80

PMSJP

FL(S)
Nº 312
RUBRICA:
3

"Art.61 - (...)

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei."

16. Por fim, a presente contratação se enquadra nos moldes legais, de acordo com a legislação pertinente, devendo a administração pública observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência.

3 – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica **opina pelo prosseguimento dos trâmites processuais nos termos propostos**, diante da regularidade do procedimento da contratação do objeto requisitado por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, desde que observadas as recomendações constantes neste parecer.

É o parecer, s.m. juízo.

Peri-Mirim/MA, 11 de agosto de 2023.

Luís Eduardo Carvalho Souza

Assessor Jurídico da Procurador-Geral do Município

OAB/MA nº 16.331



G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

PMSJP

FL(S)
Nº 313
RUBRICA:

3

PROCESSO: 2025.09.12.0014- PMSJP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2025 – Fase de Habilitação

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA

LICITANTE: G L DE S CARVALHO

REPRESENTANTE LEGAL: GIL LAYON DE SENA CARVALHO, CPF: 020.646.683-81, EMAIL: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com, telefone: (98) 98734-1764

RAZÕES APRESENTADAS POR: Norte Gestão Médica Especializada e Equipamentos Hospitalares LTDA

CONTRARRAZÕES AO RECURSO – PREGÃO ELETRÔNICO

A empresa G L DE S CARVALHO, já devidamente qualificada nos autos do Pregão Eletrônico em epígrafe, vem, respeitosamente, apresentar suas CONTRARRAZÕES ao recurso interposto, pelos fundamentos a seguir expostos.

1. SÍNTESE DO RECURSO

A recorrente alega que os atestados de capacidade técnica apresentados por esta licitante seriam “genéricos” e “sem comprovação de quantitativos mínimos”, que os serviços não são compatíveis com o objeto, que a licitante não atende ao item 8.4.4 do edital, que a empresa não possui contratos contínuos sugerindo, assim, a inabilitação da empresa G L DE S CARVALHO.

Contudo, tais alegações não se sustentam, não encontram respaldo no edital e contrariam a jurisprudência consolidada do TCU.

2. DA COMPROVAÇÃO ADEQUADA DA CAPACIDADE TÉCNICA

2.1. Os atestados apresentados atendem integralmente ao edital

Os atestados fornecidos pela empresa G L DE S CARVALHO:

- descrevem de forma clara os serviços executados;
- registram a plena satisfação dos contratantes;
- estão assinados, carimbados e emitidos por pessoas jurídicas idôneas.



Logo, não são genéricos, mas sim documentos válidos e perfeitamente aptos a comprovar a experiência exigida.

2.2. O edital não exigiu quantitativos mínimos superiores aos apresentados

O edital do certame não estabeleceu quantitativos mínimos específicos, mas apenas determinou a apresentação de atestados que demonstrassem experiência com objeto compatível.

A Administração não pode exigir quantidade superior à prevista no edital, nem criar requisitos implícitos.

O TCU é categórico:

TCU – Acórdão 2.622/2013 – Plenário

“A exigência de quantitativos mínimos somente é admitida quando houver previsão expressa, clara e proporcional no edital.”

TCU – Acórdão 325/2007 – Plenário

“Não é possível exigir que a empresa demonstre experiência com quantitativos superiores ou distintos daqueles previstos no edital.”

Como não há uma exigência explícita de quantitativos mínimos, não pode a recorrente inventá-la ou ampliá-la.

2.3. O edital não exigiu contratos contínuos, nem tão pouco a Legislação vigente da Lei 14.133/2021, no entanto a empresa G L DE S CARVALHO, possui contrato contínuo, podendo ser comprovado, mas o mesmo não foi solicitado pela administração.

TCU – Acórdão 2.277/2018 – Plenário

“A Administração deve se limitar à comprovação de execução de serviços compatíveis, não impondo forma específica de contratação.”

Dessa forma, resta claro que a alegação da recorrente é improcedente, pois tenta criar requisito não previsto no edital e contrário à jurisprudência.

3. DA IMPOSSIBILIDADE DE EXIGÊNCIAS IMPLÍCITAS OU INTERPRETAÇÕES RESTRITIVAS

O TCU também veda completamente a criação de requisitos não previstos:



TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário

“É vedado exigir requisitos de habilitação técnica não previstos de forma expressa e objetiva no edital. Exigências implícitas não podem prejudicar o licitante.”

Portanto, qualquer tentativa de exigir requisitos não previstos viola o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 41 da Lei 8.666/93 ou art. 5º da Lei 14.133/2021).

4. DA FALTA DE PROVA PELA RECORRENTE E DA IMPROCEDÊNCIA DAS ALEGAÇÕES

A recorrente não apresentou nenhum fundamento técnico, jurígeno ou documental que demonstre qualquer irregularidade nos atestados apresentados.

Trata-se de alegação genérica, subjetiva, sem qualquer embasamento.

O TCU repele esse tipo de argumentação:

TCU – Acórdão 2.451/2015 – Plenário

“Não se admite a inabilitação baseada em alegações genéricas e desacompanhadas de elementos técnicos que comprovem irregularidade nos documentos apresentados.”

A empresa G L DE S CARVALHO, por sua vez:

- ✓ apresentou atestados válidos;
- ✓ dentro do prazo;
- ✓ em total conformidade com o edital;
- ✓ válidos, idôneos e compatíveis com o objeto;
- ✓ seguindo a jurisprudência e legislação vigente.

Não há, portanto, qualquer fundamento para sua inabilitação.

5. DA PROTEÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Exigências excessivas, interpretações restritivas e formalismos desnecessários são expressamente vedados pelo TCU.

TCU – Acórdão 2.074/2014 – Plenário

“A Administração deve evitar exigências desnecessárias, formalismos excessivos e interpretações restritivas que reduzam indevidamente a competitividade.”



A tese da recorrente, se acolhida, violaria:

- a competitividade,
- a isonomia,
- a razoabilidade, e
- a vinculação ao edital.

6. DO CORRETO ENTENDIMENTO DO ITEM 8.4.4 DO EDITAL

O item 8.4.4 do edital dispõe expressamente:

“O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à execução dos serviços, endereço atual da contratante, local onde os exames foram realizados, notas fiscais que comprovem a prestação dos serviços, dentre outros documentos pertinentes.”

Verifica-se, portanto, que o edital não obriga a apresentação prévia e automática de tais documentos no momento da habilitação.

Pelo contrário: estabelece de forma clara que tais comprovações somente devem ser apresentadas se e quando forem solicitadas pela Administração.

Assim, a exigência do item 8.4.4 não constitui requisito imediato de habilitação, mas mecanismo de verificação complementar, a ser acionado pela Administração apenas em caso de dúvida, no exercício de seu poder-dever de diligência (art. 43, §3º da Lei 8.666/93 ou art. 64 da Lei 14.133/2021, conforme a legislação aplicável).

A eventual apresentação de documentos complementares, tal como previsto no item 8.4.4, somente poderia ser exigida pela Administração, e não pela concorrente.

Como não houve qualquer solicitação, não há que se falar em descumprimento do edital.

6.1. – DO CARÁTER MERAMENTE PROTELATÓRIO DO RECURSO

A interpretação equivocada, ou mesmo forçada, do item 8.4.4 demonstra que o recurso da empresa recorrente tem nítido caráter protelatório, tentando criar uma exigência que o edital não contempla.

Não se pode admitir que um licitante tente impor regras inexistentes no edital para impedir a habilitação de concorrente apto e devidamente regular.



G. CARVALHO
SOLUÇÕES PÚBLICAS

PMSJP

FL.(S)
Nº 312
RUBRICA:
J

7. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. O não provimento do recurso apresentado pela licitante recorrente;
2. A manutenção da habilitação da empresa G L DE S CARVALHO;
3. A continuidade regular do certame.

Termos em que,
Pede deferimento.

gov.br

Documento assinado digitalmente

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

Data: 27/11/2025 18:19:36-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

G L DE S CARVALHO
GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Sócio Administrador
RG: 256916720030
CPF: 020.646.683-81

G L DE S CARVALHO |
CNPJ: 34.660.192/0001-84

Rua da Igreja, 32, Centro
Presidente Médici/MA
CEP: 65.279-000 | 98 98734 1764
E-mail: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com

Fornecedor NORTE GESTAO
MEDICA ESPECIALIZADA E
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
LTDA

CNPJ / CPF 44.576.926/0001-03


Envio Razão 24/11/2025 23:59:59


Envio Contra Razão 27/11/2025
23:59:59


Item: 1 - 2 Declaração: Situação: Recebido

Item: 1 - 2 Decisão: SENHORES DE JÁ INFORMANDO QUE QUALQUER INTENSÃO DE RECURSO FORA DE PRAZO SE TORNA INTERPESTIVO POIS FOI ABERTO PRAZO PARA RECURSOS NA FASE DA PROPOSTA E NENHUMA EMPRESA SE MANIFESTOU, POR TANTO NENHUM RECURSO SOBRE A PROPOSTA SERÁ ACEITO. MAIS CUMPRINDO OS TRAMITES LEGAIS VAMOS CONSEDER OS PRAZOS PARA AS RAZÕES REFERENTE A ABILITAÇÃO DA EMPRESA

Razões e Contra Razões:

 recurso_ma_1764033206.pdf (https://d2e4y9pc28eke4.cloudfront.net/pregao/160382/recurso/recurso_ma_1764033206.pdf) **RAZÃO** Referente ao Item 1

 contrarrazao_g_l_de_s_carvalho_pregao_016_2025assinado_1764278721.pdf (https://d2e4y9pc28eke4.cloudfront.net/pregao/160382/recurso/contrarrazao_g_l_de_s_carvalho_pregao_016_2025assinado_1764278721.pdf) **CONTRA RAZÃO** Referente ao Item 1

 recurso_ma_1764033206.pdf (https://d2e4y9pc28eke4.cloudfront.net/pregao/160382/recurso/recurso_ma_1764033206.pdf) **RAZÃO** Referente ao Item 2

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

RELATÓRIO DE APRECIÇÃO E PARECER PELA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO

1. Ementa

PROCESSO: 2025.09.12.0014-PMSJP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 16/2025 – Fase de Habilitação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

ASSUNTO: Recurso Administrativo contra decisão de habilitação. Parecer pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso e pela MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO da empresa Recorrida.

2. Histórico e Síntese Processual

O presente recurso administrativo foi interposto pela licitante NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA (Recorrente) contra a decisão do Pregoeiro que habilitou a empresa GL DES CARVALHO (Recorrida) no Pregão Eletrônico nº 16/2025, referente à Fase de Habilitação.

A Recorrente fundamenta seu pedido de inabilitação alegando, em síntese:

Os atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida seriam genéricos e sem comprovação de quantitativos mínimos. Os contratos apresentados como lastro possuem valores irrisórios (R\$ 36.300,00, inferior a 10% do valor estimado de R\$ 387 mil). Descumprimento do Item 8.4.4 do Edital, que exigiria a comprovação dos atestados por meio de contrato, NF e outros documentos. Ausência de contratos contínuos e incompatibilidade de prazo.

3. Síntese das Contrarrazões (GL DES CARVALHO)

A Recorrida GL DES CARVALHO refuta o recurso, aduzindo:

Os atestados não são genéricos, pois descrevem de forma clara os serviços executados e registram a plena satisfação dos contratantes, estando válidos e idôneos. O Edital não estabeleceu quantitativos mínimos específicos superiores aos apresentados, apenas determinou a apresentação de experiência com objeto compatível. A tentativa da Recorrente de ampliar ou criar exigências de quantitativos ou valores mínimos não previstos no Edital é vedada pela jurisprudência do TCU (Acórdãos 2.622/2013 e 1.214/2013). O Item 8.4.4 prevê que a apresentação de documentos complementares (contrato, NF) somente deve ocorrer "quando solicitado pela Administração". Como não houve solicitação de diligência, não há que se falar em descumprimento.

4. Análise e Avaliação dos Argumentos

A análise dos argumentos recursais deve se pautar nos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.1. Da Exigência de Quantitativos Mínimos (Itens 8.4.1 e 8.4.2 do Edital)

A Recorrente sustenta que os atestados não demonstram quantitativos mínimos e que os valores são irrisórios.

Análise:

Conforme a jurisprudência consolidada (citada pela própria Recorrida), a exigência de quantitativos mínimos para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional somente é admitida quando houver previsão expressa, clara e proporcional no edital (TCU - Acórdão 2.622/2013).

Embora a Recorrente mencione que o Item 8.4.2 exigia "quantitativo mínimo", ela não demonstra qual seria o percentual ou volume exigido pelo Edital que a Recorrida deixou de cumprir.

A tentativa da Recorrente de usar a soma dos pagamentos anteriores (R\$ 36.300,00) para inferir falta de capacidade operacional por não atingir 10% do valor do certame (R\$ 387.000,00) constitui uma exigência implícita, de caráter restritivo e subjetivo, que não estava objetivamente prevista no instrumento convocatório.

Os documentos anexados no próprio recurso comprovam que a Recorrida executou serviços similares e equivalentes ao objeto licitado (Exames de Espirometria e Eletrocardiograma), atendendo ao critério de similaridade/equivalência (Item 8.4.1).

Portanto, na ausência de comprovação de que o Edital estabeleceu um quantitativo mínimo específico não alcançado, ou de que os atestados são incompatíveis com o objeto, prevalece o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, devendo ser rechaçada a criação de exigências não previstas.

4.2. Do Item 8.4.4 e da Comprovação por Documentos Auxiliares (Contratos, NF)

A Recorrente alega que o Edital exige a comprovação dos atestados por meio de contrato e Nota Fiscal.

Análise:

A Contrarrazão esclarece o correto entendimento do Item 8.4.4 do Edital: "O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à execução dos serviços, [...] notas fiscais que comprovem a prestação dos serviços, dentre outros documentos pertinentes".

O item 8.4.4 não estabelece a apresentação automática e obrigatória de todos esses documentos como requisito imediato de habilitação. Pelo contrário, condiciona-os à solicitação da Administração no exercício de seu dever de diligência.

Uma vez que o Pregoeiro habilitou a empresa, presume-se que os atestados apresentados foram considerados suficientes e legítimos, não ensejando a necessidade de diligência ou solicitação de documentos complementares. O Recorrente não pode impor uma diligência que a Administração dispensou.

A alegação de descumprimento do Item 8.4.4 pela Recorrente é, portanto, improcedente.

4.3. Dos Contratos Contínuos e Prazo

A Recorrente critica a ausência de contratos contínuos e de prazo compatível (12 meses).

Análise:

Não existe exigência legal ou editalícia que obrigue a comprovação de capacidade técnica exclusivamente por meio de contratos contínuos ou que imponha uma forma específica de contratação prévia (TCU - Acórdão 2.277/2018). A lei exige a comprovação da aptidão para a execução do objeto.

A experiência comprovada pela Recorrida nos atestados (execução dos serviços de Espirometria e Eletrocardiograma) é a evidência da capacidade técnica operacional, conforme entendimento doutrinário.

A exigência de "contratos contínuos" é mais uma interpretação restritiva e implícita criada pela Recorrente, devendo ser desconsiderada.

5. Dos Pressupostos Recursais

Os pressupostos recursais são requisitos de admissibilidade de um recurso administrativo em licitações (Lei 14.133/21 ou 8.666/93), incluindo **tempestividade, legitimidade, interesse, motivação (fundamentação), cabimento, e sucumbência**, sob pena de não ser conhecido pela Administração.

5.1 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RECURSAIS:

- **TEMPESTIVIDADE:** Apresentar o recurso dentro do prazo legal estabelecido (ex: manifestação imediata da intenção de recorrer, art. 165, § 1º, da Lei 14.133/21).
- **LEGITIMIDADE:** Ser parte interessada (licitante) que foi diretamente afetada pelo ato recorrido.
- **INTERESSE/SUCUMBÊNCIA:** Existir um prejuízo concreto ou possibilidade de obter vantagem com a decisão do recurso, demonstrando o interesse prático na revisão.
- **MOTIVAÇÃO (FUNDAMENTAÇÃO):** Expor os fatos e fundamentos jurídicos que justificam o pedido de reforma da decisão (razões do recurso).
- **CABIMENTO:** O recurso deve ser o tipo adequado para a decisão que se quer impugnar (ex: agravo, reconsideração, etc.), previsto em lei.
- **FORMA ESCRITA:** O recurso deve ser formalizado por escrito.

Registra-se que a ausência de qualquer um desses requisitos impede que a autoridade administrativa analise o mérito do recurso.

Portanto, um recurso administrativo só é cabível para contestar decisões que prejudiquem um licitante, como habilitação/inabilitação indevida, desclassificação de propostas indevidas, falhas na análise documental/técnica, violações do edital ou de princípios legais (legalidade, impessoalidade), e aplicação indevida de penalidades. Ele visa corrigir erros ou ilegalidades no processo, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

5.2 PRINCIPAIS SITUAÇÕES DE CABIMENTO:

- **HABILITAÇÃO/INABILITAÇÃO:** Inabilitação própria ou habilitação de concorrente que não atendia aos requisitos do edital.
- **JULGAMENTO DE PROPOSTAS:** Falhas na avaliação técnica, de preços ou aceitação de propostas inexequíveis (não sustentáveis).

- **VIOLAÇÃO DO EDITAL OU LEI:** Descumprimento de prazos, procedimentos, ou violação dos princípios da legalidade, moralidade, etc., pela Administração.
- **DECLASSIFICAÇÃO/CANCELAMENTO:** Contestação de desclassificação de proposta, cancelamento ou revogação da licitação, ou declaração de licitação fracassada.
- **SANÇÕES:** Aplicação de penalidades consideradas desproporcionais ou sem justificativa.

Após avaliar cuidadosamente as razões apontadas pelo recorrente, verificou-se a ausência dos pressupostos de **SUCUMBÊNCIA, MOTIVAÇÃO** e **CABIMENTO**. Ambos estão condicionados a situação de cabimento, que requer habilitação irregular ou qualquer outra decisão que afronte diretamente os direitos do reclamante.

Entretanto, o reclamante por sua vez, não apresentou elementos capazes de demonstrar que houve afronta direta aos seus direitos legais ou que os atos praticados prejudicaram a empresa de alguma forma. Tendo em vista que suas alegações se baseiam em compreensão indevida dos requisitos estabelecidos no edital, como também promoveu alegações com base em requisitos inexistentes.

6. Conclusão e Parecer


Diante da análise do Recurso Administrativo e das Contrarrazões, conclui-se que as alegações da Recorrente buscam impor requisitos de habilitação não previstos de forma expressa e objetiva no Edital (quantitativos específicos e apresentação automática de documentos auxiliares), o que contraria o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

O Relatório de Avaliação é, portanto, favorável à manutenção da habilitação da licitante Recorrida.

DECISÃO E ENCAMINHAMENTO:

Pelo CONHECIMENTO do Recurso Administrativo interposto pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, por ser tempestivo. Pelo **NÃO PROVIMENTO** do Recurso, por absoluta falta de amparo legal e editalício. Pela **MANUTENÇÃO DA DECISÃO** do Pregoeiro que habilitou a empresa GL DES CARVALHO. Pelo prosseguimento regular do certame. Encaminhe-se para a Autoridade Competente para a devida ratificação, homologação e posterior publicação, conforme o Art. 165, §1º da Lei nº 14.133/2021.

São João do Paraíso (MA), 02 de dezembro de 2025.



ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Agente de Contratação
Portaria nº 02A/2025

DESPACHO

À
Excelentíssima Senhora
MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
Secretária Municipal de Saúde

Envio o presente recurso devidamente motivado para apreciação e julgamento na forma do parágrafo único do Art. 166 da Lei nº 14.133/2021.

São João do Paraíso (MA), 02 de dezembro de 2025.


ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Agente de Contratação
Portaria nº 02A/2025

JULGAMENTO DE RECURSO

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Pregão Eletrônico nº 016/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.

RECURSO ADMINISTRATIVO - EMPRESA NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – **CNPJ: 44.576.926/0001-03**.

DECISÃO

Nos termos do Artigo 165 da Lei 14.133/21, ante os fundamentos expostos pelo Agente de Contratação decido:

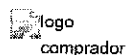
CONHECER do recurso formulado pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – **CNPJ: 44.576.926/0001-03**, para no mérito, **NEGAR-LHE PROVIMENTO** em todos os seus pedidos e mantendo inócume a decisão da Agente de Contratação.

São João do Paraíso - MA, 03 de dezembro de 2025.

MARISA ELANNE
DAMASCENO DE
FRANCA:600356123
80

Assinado de forma digital por
MARISA ELANNE
DAMASCENO DE
FRANCA:60035612380
Dados: 2025.12.03 10:50:48
-03'00'

MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
Secretária Municipal de Saúde
PORTARIA Nº 006/2025



MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA

FL.(S)
Nº 325
RUBRICA:



LICITANET
LICITAÇÕES ELETRÔNICAS 4.0

Classificação da Disputa PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.12.0014-PMSJP

ITEM 1

ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vlr. Total
1	1	25145	G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001- 84	Presidente Médici/MA	ME	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 179,00	850,00	R\$ 152.150,00
1	2	7345	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001- 03	São Domingos do Araguaia/PA	EPP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 180,00	850,00	R\$ 153.000,00
1	3	77323	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001- 44	São Paulo/SP	GP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 216,50	850,00	R\$ 184.025,00
1	4	82185	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001- 20	Maceió/AL	EPP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 239,00	850,00	R\$ 203.150,00


ITEM 2

ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor Lance	Quantidade	Vlr. Total
2	1	51110	G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001- 84	Presidente Médici/MA	ME	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 87,00	1.200,00	R\$ 104.400,00
2	2	53828	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001- 03	São Domingos do Araguaia/PA	EPP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 90,00	1.200,00	R\$ 108.000,00
2	3	25240	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001- 20	Maceió/AL	EPP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 122,00	1.200,00	R\$ 146.400,00

ITEM	Posição	ID	Fornecedor	CNPJ	Cidade/UF	Enquadramento	Marca	Modelo	Valor	Quantidade	Vlr. Total
									Lance		
2	4	84650	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001- 44	São Paulo/SP	GP	SERV IÇO	SERVI ÇO	R\$ 139,00	1.200,00	R\$ 166.800,00

PMSJP

FL(S)
Nº 326
RUBRICA:
J

 logo comprador

Vencedor(es) do(s) Item(s)

Fornecedor: G L DE S CARVALHO - 34.660.192/0001-84

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	850,00	SERVIÇOS	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 179,00	R\$ 152.150,00	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50	30,43 %	R\$ 78,33
2	1.200,00	SERVIÇOS	Exame de Eletrocardiogram a Clínico	SERVIÇO	SERVIÇO	R\$ 87,00	R\$ 104.400,00	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00	38,05 %	R\$ 53,44
Total R\$ 256.550,00						Total Orçado R\$ 387.258,50		33,75%		R\$ 130.708,50	

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	1 - 2	R\$ 256.550,00	R\$ 387.258,50	33,75%	R\$ 130.708,50
Total Geral			R\$ 256.550,00	R\$ 387.258,50	33,75%	R\$ 130.708,50



logo

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAÍSO/MAATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO
ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025

PROCESSO LICITATÓRIO
2025.09.12.0014-PMSJP

comprador

Às 08:30:04 horas do dia 17 de Novembro de 2025 reuniram-se no site www.licitanet.com.br, o(a) Pregoeiro(a) Oficial e respectivos membros da Equipe de Apoio, abaixo relacionados, com a finalidade de realizar todos os procedimentos relativos ao referido pregão eletrônico que tem como objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA..**

A participação na presente disputa do(s) lote(s) ou item(ns) evidencia(m) ter o proponente examinado todos os termos deste edital e seus anexos aceitando irremediavelmente suas exigências por declaração aceita quando do envio de sua proposta inicial pela plataforma eletrônica. Termo aceito: **"DECLARO QUE TENHO PLENO CONHECIMENTO E ATENDO A TODAS AS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PREVISTAS NO EDITAL"**.

Até a data e horário estabelecido para envio da(s) proposta(s), ou seja, 08:30:00 horas do dia 17/11/2025, foi(ram) recebida(s), por meio eletrônico, a(s) proposta(s) de preços do(s) fornecedor(es) referente(s) ao(s) lote(s) ou item(ns) do aludido processo, conforme demonstrado abaixo:

Item 1

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 1

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R\$	Situação	Motivo
82185	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22441375000120			R\$ 257,33	Classificada	—
77323	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22626640000144			R\$ 257,33	Classificada	—
7345	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44576926000103			R\$ 257,33	Classificada	—
25145	G L DE S CARVALHO	34660192000184			R\$ 255,00	Classificada	—

Lances

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 179,00	17/11/2025 08:43:50	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 180,00	17/11/2025 08:43:29	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 185,00	17/11/2025 08:43:21	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 186,00	17/11/2025 08:43:01	Manual

FL.(S)
 Nº 329
 RUBRICA:

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 187,00	17/11/2025 08:41:41	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 189,00	17/11/2025 08:41:34	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 190,00	17/11/2025 08:40:42	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 200,00	17/11/2025 08:40:29	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 210,00	17/11/2025 08:40:19	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 214,00	17/11/2025 08:40:08	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 215,00	17/11/2025 08:40:02	Manual
LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 216,50	17/11/2025 08:42:17	Intermediario
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 217,00	17/11/2025 08:39:54	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 218,00	17/11/2025 08:39:48	Manual
LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 218,50	17/11/2025 08:41:11	Intermediario
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 219,00	17/11/2025 08:39:41	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 220,00	17/11/2025 08:39:22	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 225,00	17/11/2025 08:39:17	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 239,00	17/11/2025 08:39:13	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 240,00	17/11/2025 08:39:01	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 242,00	17/11/2025 08:38:45	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 243,00	17/11/2025 08:38:40	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 244,00	17/11/2025 08:38:33	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 245,00	17/11/2025 08:38:28	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 246,00	17/11/2025 08:38:21	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 247,00	17/11/2025 08:38:02	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 248,00	17/11/2025 08:37:36	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 249,00	17/11/2025 08:37:14	Manual

FL(S)
 Nº 330
 RUBRICA:

Lances do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 250,00	17/11/2025 08:36:01	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 251,00	17/11/2025 08:35:50	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 252,00	17/11/2025 08:35:33	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 253,00	17/11/2025 08:35:24	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 254,00	17/11/2025 08:33:10	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 255,00	16/11/2025 23:13:24	Classificado
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 257,33	16/11/2025 20:44:34	Classificado
LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 257,33	14/11/2025 18:41:38	Classificado
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 257,33	04/11/2025 10:43:11	Classificado

Classificação Final

Classificação Final do Item 1

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 179,00
2º	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 180,00
3º	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 216,50
4º	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 239,00

Mensagens

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2025 08:30:14	O ITEM 1 foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	17/11/2025 08:30:55	O ITEM 1 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 1 será encerrado automaticamente!
Sistema	17/11/2025 08:41:05	A etapa de envio de lances do ITEM 1 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte!
Sistema	17/11/2025 08:45:58	A prorrogação automática do ITEM 1 está encerrada.
Sistema	17/11/2025 08:49:16	O ITEM 1 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos.
Sistema	17/11/2025 08:59:17	O tempo de negociação está encerrado.
Sistema	17/11/2025 09:00:03	A proposta do fornecedor G L DE S CARVALHO do ITEM - 1, foi ACEITA pelo valor de R\$179,00.

FL(S)
 Nº 331
 RUBRICA:

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2025 11:04:18	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	17/11/2025 11:14:21	Despacho: Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.
Sistema	18/11/2025 09:31:51	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor G L DE S CARVALHO-34.660.192/0001-84 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor G L DE S CARVALHO -34.660.192/0001-84 venceu o ITEM -1 pelo valor de R\$179,00 .
Sistema	18/11/2025 09:32:09	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:38:50	os atestados apresentados são genéricos, sem demonstrar o quantitativo dos serviços, inviabilizando concluir que a empresa possui capacidade técnica, a empresa não inseriu na proposta, marca, modelo e fabricante dos equipamentos de ecg e espirometro.
Sistema	18/11/2025 09:39:23	O fornecedor NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:40:21	7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:40:49	5.1.2. Marca e Modelo; 5.1.3. Fabricante;
Sistema	18/11/2025 09:42:09	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:42:32	7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que: 7.6.1. contiver vícios insanáveis; 7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:42:42	7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
Fornecedor 7345	18/11/2025 09:51:07	em matos a empresa ate o momento so recebeu 18 mil em servicos e em perim miri, a empresa emitiu 17 mil de notas, não executou nem 100 exames entre espirometria e eletrocardiograma!
Fornecedor 82185	18/11/2025 09:52:22	Prezados, apesar de não conseguirmos apresentar intenção de recurso em tempo hábil, deixamos registrado neste certame público que: A referida empresa habilitada não apresenta quaisquer quantitativos em seus atestados de capacidade técnica, descumprindo integralmente o exigido no item 8.4.1 do edital que versa "Comprovação de aptidão para a execução de serviços SIMILARES de complexidade tecnológica e operacional EQUIVALENTE ou SUPERIOR ao objeto..." e item 8.4.2 "Para fins de comprovação do QUANTITATIVO mínimo..." A empresa também não cumpre o exigido no 8.4.4 que diz "O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados..." como cópia do contrato, ou seu número. Portanto, solicitamos que em nome do interesse público, da legalidade e da vinculação ao edital estes fatos sejam levados em consideração, evitando assim outras medidas
Sistema	18/11/2025 09:59:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: SENHORES DE JÁ INFORMANDO QUE QUALQUER INTENSÃO DE RECURSO FORA DE PRAZO SE TORNA INTERPESTIVO POIS FOI ABERTO PRAZO PARA RECURSOS NA FASE DA PROPOSTA E NENHUMA EMPRESA SE MANIFESTOU, POR TANTO NENHUM RECURSO SOBRE A PROPOSTA SERÁ ACEITO. MAIS CUMPRINDO OS TRAMITES LEGAIS VAMOS CONSEDER OS PRAZOS PARA AS RAZÕES REFERENTE A ABILITAÇÃO DA EMPRESA. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 21/11/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 26/11/2025.
Sistema	18/11/2025 10:00:42	O prazo para que envie as razões e contrarrazões foi alterado pelo condutor do processo para : Razões até 24/11/2025 e Contrarrazão até 27/11/2025 ! Pelo motivo: DEVIDO AO FERIADO DIA 20 FICA ALTERADA A DATA
Sistema	24/11/2025 22:13:27	O fornecedor NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ma_1764033206.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	27/11/2025 18:25:22	O fornecedor G L DE S CARVALHO acabou ENVIAR o arquivo contrarrazao_g_l_de_s_carvalho_pregao_016_2025assinado_1764278721.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de contra razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	03/12/2025 11:09:28	O Recurso/Reconsideração do NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: DECISÃO Nos termos do Artigo 165 da Lei 14.133/21, ante os fundamentos expostos pelo Agente de Contratação decido: CONHECER do recurso formulado pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 44.576.926/0001-03, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO em todos os seus pedidos e mantendo inclúme a decisão da Agente de Contratação. .

Mensagens do Item 1

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	03/12/2025 11:11:29	A disputa do ITEM 1 está encerrada. Despacho: .

FL(S)
Nº 332
RUBRICA

Recursos

Recursos do Item 1

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44576926000103	18/11/2025 09:39:23		DECISÃO Nos termos do Artigo 165 da Lei 14.133/21, ante os fundamentos expostos pelo Agente de Contratação decido: CONHECER do recurso formulado pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 44.576.926/0001-03, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO em todos os seus pedidos e mantendo incólume a decisão da Agente de Contratação.	Indeferido

Item 2

Propostas Iniciais

Propostas Iniciais do Item 2

ID	Fornecedor	CNPJ	Marca	Modelo	Proposta R\$	Situação	Motivo
25240	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22441375000120			R\$ 140,44	Classificada	—
84650	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22626640000144			R\$ 140,44	Classificada	—
53828	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44576926000103			R\$ 140,44	Classificada	—
51110	G L DE S CARVALHO	34660192000184			R\$ 138,00	Classificada	—

Lances

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 87,00	17/11/2025 08:43:35	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 90,00	17/11/2025 08:43:18	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 95,00	17/11/2025 08:43:12	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 96,00	17/11/2025 08:42:57	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 97,00	17/11/2025 08:41:47	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 98,00	17/11/2025 08:41:40	Manual

FL.(S)
 Nº 333
 RUBRICA:

Lances do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 99,00	17/11/2025 08:41:16	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 100,00	17/11/2025 08:40:34	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 109,00	17/11/2025 08:40:26	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 110,00	17/11/2025 08:40:18	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 111,00	17/11/2025 08:40:13	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 112,00	17/11/2025 08:40:01	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 113,00	17/11/2025 08:39:55	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 114,00	17/11/2025 08:39:47	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 115,00	17/11/2025 08:39:35	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 118,00	17/11/2025 08:39:23	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 119,00	17/11/2025 08:39:16	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 120,00	17/11/2025 08:39:06	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 122,00	17/11/2025 08:39:03	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 123,00	17/11/2025 08:38:58	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 125,00	17/11/2025 08:38:51	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 126,00	17/11/2025 08:38:46	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 127,00	17/11/2025 08:38:38	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 128,00	17/11/2025 08:38:34	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 129,00	17/11/2025 08:38:24	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 130,00	17/11/2025 08:38:06	Manual
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 131,00	17/11/2025 08:37:27	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 132,00	17/11/2025 08:37:16	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 133,00	17/11/2025 08:36:05	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 134,00	17/11/2025 08:35:58	Manual

Lances do Item 2

 FL(S)
 Nº 334
 RUBRICA
 2

Fornecedor	CNPJ	Valor Lance R\$	Data/Hora	Tipo
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 135,00	17/11/2025 08:35:38	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 136,00	17/11/2025 08:35:30	Manual
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 137,00	17/11/2025 08:33:23	Manual
G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 138,00	16/11/2025 23:13:24	Classificado
LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 139,00	17/11/2025 08:40:54	Intermediario
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 140,44	16/11/2025 20:44:34	Classificado
LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 140,44	14/11/2025 16:41:38	Classificado
DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 140,44	04/11/2025 10:43:11	Classificado

Classificação Final

Classificação Final do Item 2

Posição	Licitante	CNPJ	Melhor Oferta R\$
1º	G L DE S CARVALHO	34.660.192/0001-84	R\$ 87,00
2º	NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44.576.926/0001-03	R\$ 90,00
3º	DAY RIC PRESTADORA DE SERVICOS LTDA	22.441.375/0001-20	R\$ 122,00
4º	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22.626.640/0001-44	R\$ 139,00

Mensagens

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2025 08:30:14	O ITEM 2 foi ordenado e classificado. Boa sorte!
Sistema	17/11/2025 08:30:55	O ITEM 2 está na fase competitiva e sua disputa durará 10 (dez) minutos. Sr(s). Fornecedor(es), não havendo novos lances nos últimos 02 (dois) minutos da fase competitiva o ITEM 2 será encerrado automaticamente!
Sistema	17/11/2025 08:41:05	A etapa de envio de lances do ITEM 2 foi prorrogada automaticamente e será de 02 (dois) minutos. Boa sorte!
Sistema	17/11/2025 08:45:45	A prorrogação automática do ITEM 2 está encerrada.
Sistema	17/11/2025 08:49:16	O ITEM 2 está em negociação e ficará aberto para lances pelo período de 10 minutos.
Sistema	17/11/2025 08:59:17	O tempo de negociação está encerrado.
Sistema	17/11/2025 09:00:03	A proposta do fornecedor G L DE S CARVALHO do ITEM - 2, foi ACEITA pelo valor de R\$87,00.
Sistema	17/11/2025 11:04:18	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para interção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.

FL(S)
Nº 336
RUBRICA

Mensagens do Item 2

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2025 11:14:21	Despacho: Pela ausência de manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração, operou-se a decadência do direito de recorrer administrativamente, nos termos previsto no instrumento editalício.
Sistema	18/11/2025 09:31:51	Srs. licitantes, após a análise dos documentos inseridos na plataforma, hei por bem, HABILITAR o fornecedor G L DE S CARVALHO-34.660.192/0001-84 , tendo em vista, que cumpriu os requisitos habilitatórios exigidos no instrumento convocatório. O fornecedor G L DE S CARVALHO -34.660.192/0001-84 venceu o ITEM -2 pelo valor de R\$87,00 .
Sistema	18/11/2025 09:32:09	Sr(s). fornecedor(es) está aberto o prazo de 10 minutos para intenção de Recurso/Reconsideração, se houver interesse em recorrer esse o momento para se manifestar.
Sistema	18/11/2025 09:39:23	O fornecedor NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA manifestou intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	18/11/2025 09:42:09	Srs. Licitantes, está encerrado o prazo para manifestação de intenção de Recurso/Reconsideração
Sistema	18/11/2025 09:59:13	A manifestação de Intenção de Recurso/Reconsideração de NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi recebida pelo seguinte motivo: SENHORES DE JÁ INFORMANDO QUE QUALQUER INTENSÃO DE RECURSO FORA DE PRAZO SE TORNA INTERPESTIVO POIS FOI ABERTO PRAZO PARA RECURSOS NA FASE DA PROPOSTA E NENHUMA EMPRESA SE MANIFESTOU, POR TANTO NENHUM RECURSO SOBRE A PROPOSTA SERÁ ACEITO. MAIS CUMPRINDO OS TRAMITES LEGAIS VAMOS CONSEDER OS PRAZOS PARA AS RAZÕES REFERENTE A ABILITAÇÃO DA EMPRESA. E foi aberto o prazo para que o fornecedor envie as razões até 21/11/2025 e os outros interessados envie as contrarrazões até 26/11/2025.
Sistema	18/11/2025 10:00:42	O prazo para que envie as razões e contrarrazões foi alterado pelo condutor do processo para : Razões até 24/11/2025 e Contrarrazão até 27/11/2025! . Pelo motivo: DEVIDO AO FERIADO DIA 20 FICA ALTERADA A DATA
Sistema	24/11/2025 22:13:27	O fornecedor NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA acabou ENVIAR o arquivo recurso_ma_1764033206.pdf referente ao Recurso/Reconsideração e o mesmo será disponibilizado após o fim do prazo de envio de razões caso não seja excluído pelo fornecedor.
Sistema	03/12/2025 11:09:28	O Recurso/Reconsideração do NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA foi indeferido pelo seguinte motivo: DECISÃO Nos termos do Artigo 165 da Lei 14.133/21, ante os fundamentos expostos pelo Agente de Contratação decido: CONHECER do recurso formulado pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 44.576.926/0001-03, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO em todos os seus pedidos e mantendo incólume a decisão da Agente de Contratação. .
Sistema	03/12/2025 11:11:29	A disputa do ITEM 2 está encerrada. Despacho: .

Recursos

Recursos do Item 2

Fornecedor	CNPJ	Data/Hora	Declaração	Decisão	Tipo
NORTE GESTAO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	44576926000103	18/11/2025 09:39:23		DECISÃO Nos termos do Artigo 165 da Lei 14.133/21, ante os fundamentos expostos pelo Agente de Contratação decido: CONHECER do recurso formulado pela empresa NORTE GESTÃO MEDICA ESPECIALIZADA E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – CNPJ: 44.576.926/0001-03, para no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO em todos os seus pedidos e mantendo incólume a decisão da Agente de Contratação.	Indeferido

Mensagem Geral

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Pregoeiro	17/11/2025 08:30:04	Senhores Licitantes, Bom dia. Estamos iniciando nosso certame licitatório referente ao Pregão Eletrônico nº. 016/2025. Em nome da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso, gostaria de agradecer a todos pela participação.
Pregoeiro	17/11/2025 08:30:40	Classificadas as propostas, dentro de alguns instantes o Sistema estará aberto para lances.

FL(S)
Nº 336
RUBRICA:
3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/11/2025 08:30:55	Foi iniciada a fase competitiva do(s) item(s): 1, 2 às 08:30:55
Pregoeiro	17/11/2025 08:49:22	Prezados Srs Licitantes. Dando continuidade ao presente certame, vamos abrir a fase de negociação. Peço que se manifestem quanto a possibilidade de, caso queira, apresentar melhor oferta para os respectivos itens arrematados. Concederemos o prazo de 10 min para manifestação nesta fase de negociação nos itens
Pregoeiro	17/11/2025 09:02:56	O prazo para envio da proposta final, estará disponível através do módulo - PROPOSTA FINAL no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 17/11/2025 09:02:00hs até o dia 17/11/2025 11:02:00hs para o(s) fornecedor(es): G L DE S CARVALHO.
Pregoeiro	17/11/2025 09:03:01	Dando continuidade, irei solicitar a proposta adequada dos itens arrematados pelas empresas: no prazo de 2 (duas) horas, conforme item 6.20.4 do Edital.
Sistema	17/11/2025 09:06:44	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi DESBLOQUEADO pelo condutor do processo!
Sistema	17/11/2025 09:24:16	O fornecedor G L DE S CARVALHO acabou de ENVIAR proposta_readequada_g_l_de_s_carvalho_sao_joao_do_paraísoassinado_1763382256.pdf no proposta final.
Sistema	17/11/2025 11:02:01	O prazo para o fornecedor G L DE S CARVALHO enviar a proposta final está encerrado .
Pregoeiro	17/11/2025 11:08:06	LEMBRANDO QUE ESSA FASE RECURSAL REFERE-SE SOMENTE A PROPOSTA DA EMPRESA VENCEDORA DEPOIS TERÁ A FASE DE HABILITAÇÃO OK
Pregoeiro	17/11/2025 11:15:21	O prazo para envio dos documentos habilitatórios e/ou complementares, estará disponível através do módulo - HABILITANET no rol de menus da Sala de Disputa, do dia 17/11/2025 11:15:00hs até o dia 17/11/2025 13:15:00hs para o(s) fornecedor(es): G L DE S CARVALHO.
Pregoeiro	17/11/2025 11:15:29	Dando continuidade ao presente certame, VENHOR SOLICITAR DA EMPRESA: G L DE S CARVALHO A DOCUMENTAÇÕES DE HABILITAÇÃO DE ACORDO COM O EDITAL, no prazo de 2 (duas) horas.
Pregoeiro	17/11/2025 11:20:08	senhores diante do prazo concedido a empresa , o sistema fica em aberto até terminar o prazo de envio de documentos e a sessão fica suspensa até amanhã as 09:30hs
Sistema	17/11/2025 11:20:27	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi SUSPENSO . Motivo: a sessão fica suspensa até amanhã as 09:30hs. A REABERTURA será no dia 18/11/2025 09:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	17/11/2025 12:04:12	O fornecedor G L DE S CARVALHO acabou de ENVIAR habilitacao_g_l_de_s_carvalho_espirometria_e_eletrcardiograma_1763391851.pdf no habilitanet.
Sistema	17/11/2025 13:15:01	O prazo para o fornecedor G L DE S CARVALHO enviar os documentos habilitatórios e/ou complementares está encerrado .
Sistema	18/11/2025 09:31:15	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	18/11/2025 09:31:23	Senhores Licitantes, Bom Dia. Dando continuidade ao presente certame
Sistema	18/11/2025 09:52:38	Srs. fornecedores, o canal de mensagens da sala de disputa foi BLOQUEADO pelo condutor do processo!
Pregoeiro	18/11/2025 10:10:30	SENHORES LICITANTES FICA SUSPENSA A SESSÃO ATÉ DIA 25/11/2025 AS 09:00HS NO QUAL RETORNAREI PARA CONFERIR SE HOVE OU NÃO RAZÕES ANEXADAS SE SIM PROSEGUIMOS COM OS PRAZOS SE NÃO HOVER FINALIZAMOS A SESSÃO.
Pregoeiro	25/11/2025 09:01:40	BOM DIA A TODOS SENHORES PASSANDO PARA CONFIRMAR OS ENVIOS DE DOCUMENTOS DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES E AGORA A SESSÃO FICA SUSPENSA PARA QUE ESTA COMISSÃO ANALISE OS RECURSOS DENTRO DOS PRAZOS E SE NÃO DER TEMPO A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ENCAMINHADA PARA AUTORIDADE COMPETENTE.
Pregoeiro	25/11/2025 09:13:31	corrigindo a fala enviada agora a pouco, senhores vou aguardar a contrarrazão para prosseguir ok esta sessão fica suspensa e dia 28/11/2025 retorno para conferir ok
Sistema	25/11/2025 09:14:16	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi SUSPENSO . Motivo: para aguardar a contrarrazão e seguir com o certame. A REABERTURA será no dia 28/11/2025 08:30 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.

FL.(S)
Nº 337
RUBRICA:
3

Usuário	Data/Hora	Mensagem
Sistema	28/11/2025 09:23:28	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	28/11/2025 09:24:15	BOM DIA A TODOS SENHORES PASSANDO SOMENTE PARA CONFIRMAR OS ENVIOS DE DOCUMENTOS DE RAZÕES E CONTRARRAZÕES E AGORA A SESSÃO FICA SUSPensa PARA QUE ESTA COMISSÃO ANALISE OS RECURSOS DENTRO DOS PRAZOS E SE NÃO DER TEMPO A DOCUMENTAÇÃO SERÁ ENCAMINHADA PARA A AUTORIDADE COMPETENTE.
Sistema	28/11/2025 09:25:21	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi SUSPENSO . Motivo: A SESSÃO FICA SUSPensa PARA APRECIÇÃO DAS RAZÕES E CONTRARRAZÕES. A REABERTURA será no dia 03/12/2025 09:00 (horário de Brasília), para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Sistema	03/12/2025 09:05:08	Sr(s). Fornecedor(es), o Processo nº 16/2025 foi REABERTO , para continuação do certame. Sintam-se todos desde já NOTIFICADOS.
Pregoeiro	03/12/2025 09:05:46	BOM DIA A TODOS SENHORES LICITANTES AINDA ESTOU AGUARDANDO O DESPACHO DA AUTORIDADE COMPETENTE
Pregoeiro	03/12/2025 09:32:19	fiqueM atentos ao chat senhores
Pregoeiro	03/12/2025 11:11:19	senhores licitantes esta sessão fica encerrada e será encaminhada para adjudicação e homologação, de já agradeço a todos pela participação no certame

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAISO/MAFL.(S)
Nº 338
REBRICA:
LICITANET
LICITAÇÃO ELETRÔNICA 12PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.12.0014-PMSJP

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O(a) SECRETARIO(A) DE SAÚDE do(a) MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA comunica aos interessados e participantes do PREGÃO ELETRÔNICO 16/2025 referente à REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAISO/MA., que ADJUDICA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o objeto do certame a(s) empresa(s):

Fornecedor : G L DE S CARVALHO - 34.660.192/0001-84

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Econ. R\$
1	850,00	SERVIÇOS	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R\$ 179,00	R\$ 152.150,0000	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50	30,4395 %	R\$ 66.580,50

Descrição: Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar

2	1.200,00	SERVIÇOS	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R\$ 87,00	R\$ 104.400,0000	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00	38,0518 %	R\$ 64.128,00
---	----------	----------	-------------	-------------	-----------	------------------	------------	----------------	--------------	---------------

Descrição: Exame de Eletrocardiograma Clínico

Subtotal Adjudicado:	Subtotal Orçado:	33,7522 %	R\$ 130.708,50
R\$ 256.550,00	R\$ 387.258,50		

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 256.550,00	R\$ 387.258,50	33,7522 %	130.708,50

São João do Paraíso-MA, 03 de Dezembro de 2025

Marisa Elanne Damasceno de França
MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETARIO(A) DE SAÚDE

Assine aqui

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO
PARAÍSO/MAPREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025
PROCESSO LICITATÓRIO 2025.09.12.0014-PMSJP

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, o(a) SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE, HOMOLOGA nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, o resultado do procedimento licitatório em epígrafe, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.**

Fornecedor : G L DE S CARVALHO - 34.660.192/0001-84

Item	Quant.	Un	Marca	Modelo	Unitário Adjudicado	Total Adjudicado	Unitário Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R\$
1	850,00	SERVIÇOS	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R\$ 179,00	R\$ 152.150,00	R\$ 257,33	R\$ 218.730,50	30,43	R\$ 78,33

Descrição: Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar

2	1.200,00	SERVIÇOS	SERVIÇ O	SERVIÇ O	R\$ 87,00	R\$ 104.400,00	R\$ 140,44	R\$ 168.528,00	38,05	R\$ 53,44
---	----------	----------	-------------	-------------	-----------	-------------------	------------	-------------------	-------	-----------

Descrição: Exame de Eletrocardiograma Clínico

Subtotal Adjudicado R\$ 256.550,00	Subtotal Orçado: R\$ 387.258,50	33,7522 %	R\$ 130.708,50
------------------------------------	------------------------------------	--------------	-------------------

TOTAL GERAL DO PROCESSO

Total Adjudicado	Total Orçado	Economia %	Economia R\$
R\$ 256.550,00	R\$ 387.258,50	33,7522 %	130.708,50

HOMOLOGO o presente certame, para produzir os seus jurídicos e legais efeitos.

São João do Paraíso-MA , 03 de Dezembro de 2025


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
SECRETÁRIO(A) DE SAÚDE

Assine aqui



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



FL(S)
Nº 340
RUBRICA:
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

PMSJP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16.01/2025
LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

Pregão Eletrônico Nº 16/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.12.0014



OBJETO

FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR TOTAL REGISTRADO

R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais).



VIGÊNCIAS

INICIAL: 03 de dezembro de 2025
FINAL: 03 de dezembro de 2026



ÓRGÃO GERENCIADOR

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30
AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO.
MARISA ELIANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES



DADOS DO BENEFICIÁRIO

G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84
Rua da Igreja, Nº 32, Centro, CEP: 65.279-000 Presidente Médici/MA
TELEFONE: (98) 98734-1764 E-MAIL: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com
GIL LAYON DE SENA CARVALHO, CPF nº 020.646.683-81

PREÂMBULO

Aos 03 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Gerenciadora **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 16/2025, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO**

Marisa Elanne Damasceno de França



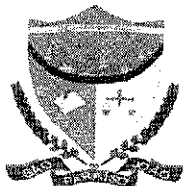
CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta ATA em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1 – A presente Ata tem por objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 16/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

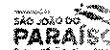
- 2.1 - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
- 2.2 - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.3 O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.1), estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 2.4 Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
- 2.5 Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
- 2.6 Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
- 2.7 A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- 2.8 A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
- 2.9 A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.
- 2.10 Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;
- 2.11 O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 2.12 Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 2.12.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;
- 2.12.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 2.12.2.1 Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
- 2.12.2.2 Manterem sua proposta original.
- 2.12.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 2.13 O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 2.14 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL.(S)
Nº 342
RUBRICA:



2.15 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.15.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;

2.15.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.16 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.17 Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.17.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.18 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.19 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.20 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.20.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.20.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.21 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.

3.2 – O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.

3.3 – O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

3.4 – Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

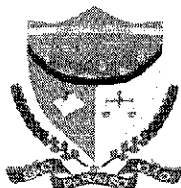
4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

Handwritten signature



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL(S)
Nº 343
RUBRICA
3



5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

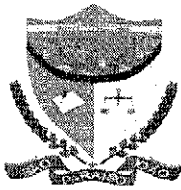
6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

Assinatura



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL(S)
Nº 344
RUBRICA:
3



7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 – O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- a) Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- b) Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- d) Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- e) Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 – Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 – A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 – O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 – Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 – O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 – O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

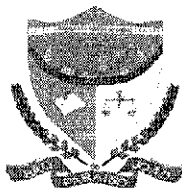
9.5 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Uldes Moreira



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP


FL.(S)
Nº 346
RUBRICA:
3



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MEDIO	VALOR GLOBAL
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	RS 179,00	RS 152.150,00
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1200	RS 87,00	RS 104.400,00
				VALOR GLOBAL	RS 256.550,00

São João do Paraíso – MA, 03 de dezembro de 2025

PELA CONTRATANTE


MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 005/2025

PELA CONTRATADA

Documento assinado digitalmente



GIL LAYON DE SENA CARVALHO
Data: 03/12/2025 12:43:32-0300
Verifique em <https://validar.id.gov.br>

G. L. DE S. CARVALHO
CNPJ nº 34.660.192/0001-84
GIL LAYON DE SENA CARVALHO
CPF nº 020.646.683-81

TESTEMUNHAS

NOME: _____

NOME: _____

correr.

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FILOMENA DO
MARANHÃO, ESTADO DO MARANHÃO, AO TERCEIRO DIA DO MÊS
DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE CINCO.
SALOMÃO BARBOSA DE SOUSA

Publicado por: JOSÉ BRUNO DE SOUSA GOMES
Código identificador: 1645561155fb537c181b0d83261fd86f

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16.01/2025

PMSJP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16.01/2025
LEI 14.133/2021

FL(S)
Nº 346
RUBRICA:

	PROCESSO DE ORIGEM Pregão Eletrônico Nº 16/2025 Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.12.0014
	OBJETO FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.
	VALOR TOTAL REGISTRADO R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil quinhentos e cinquenta reais)
	VIGÊNCIAS INICIAL: 03 de dezembro de 2025 FINAL: 03 de dezembro de 2026
	ÓRGÃO GERENCIADOR FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30 AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO. MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80 ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) SEM ÓRGÃOS PARTICIPANTES
	DADOS DO BENEFICIÁRIO G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84 Rua da Igreja, Nº 32, Centro, CEP: 65.279-000 Presidente Médici/MA TELEFONE: (98) 98734-1764 E-MAIL: g.carvalho.solucoespublicas@gmail.com GIL LAYON DE SENA CARVALHO, CPF nº 020.646.683-81

PREÂMBULO

Aos 03 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA, através da Unidade Gerenciadora **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao Pregão Eletrônico Nº 16/2025, que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA**, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência referenciada, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na , sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - A presente Ata tem por objeto FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA, especificado no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Eletrônico Nº 16/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

1. - O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços a ser formalizada será de 01 (um) ano, contados da data de publicação e poderá ser prorrogado, por igual período, observado o que dispõe o Art. 12º do Decreto Municipal 007/2023, como também o que dispõe na Lei Federal 14.133/2021;
2. - No prazo de validade da Ata de Registro de Preços o órgão ou entidade, não poderá participar em outra ata que tenha o mesmo objeto





desta contratação, conforme determina o inciso VIII do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021;

3. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata (previsto no subitem 2.11) estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021;
4. Conforme dispõe o art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em Edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro;
5. Aduzimos ainda o que retrata o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, dispondo que o contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas;
6. Considerando o que dispõe o art. 106 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 05 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:
7. A autoridade competente do órgão ou entidade CONTRATANTE, deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
8. A Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;
9. A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade, à guisa do interesse público.
10. Dessa forma, cabe acrescentarmos também quanto a vigência contratual, a possibilidade disposta no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, onde o mesmo regra que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em Edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes;
11. O instrumento do contrato conterá o detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
12. Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
 1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;
 2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
 1. Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;
 2. Mantiverem sua proposta original.
 3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
13. O registro a que se refere o item 2.12.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
14. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.
15. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.12.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
 1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta;
 2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.
16. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
17. Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
 1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
18. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.
19. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.15, observando o item 2.15 e subitem, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
20. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.12.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:
 1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
 2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
21. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA - REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

- 3.1 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados nesta ata de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou entidades participantes do registro de preços.
- 3.2 - O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante.
- 3.3 - O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.
- 3.4 - Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

CLÁUSULA QUARTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.
- 4.2 - Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato





que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 - Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 - Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 - Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 - No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 - No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

PMSJP

FL(S)
Nº 318
RUBRICA
3

CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 - Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 - Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 - Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 - Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 - Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 - Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.2.2 - Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 - Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 - Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 - O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 - O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 - Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 - Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

6.1.4 - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 - Por razão de interesse público;

6.4.2 - A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 - Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 - As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 - É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3 - O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 6.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.
- 8.2 - Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.
- 8.3 - Fica eleito o Foro da cidade de Porto Franco - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA - DO GERENCIAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços, incluindo a liberação para adesões, a análise de documentos, a fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e demais atos necessários à sua execução, ficará sob a responsabilidade exclusiva do Agente de Contratações da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso-MA, no exercício de suas atribuições legais.

3.2. Compete especificamente ao Agente de Contratações:

- Autorizar e formalizar as adesões de outros órgãos ou entidades à presente ata;
- Analisar e aprovar a documentação necessária para as adesões;
- Fiscalizar o cumprimento das obrigações por parte dos fornecedores habilitados;
- Realizar a gestão financeira e administrativa do registro de preços;
- Praticar todos os demais atos necessários à boa execução do objeto.

Todas as comunicações relativas à presente Ata de Registro de Preços deverão ser dirigidas formalmente ao Agente de Contratações, que será o único responsável pelas decisões e encaminhamentos necessários.

9.1 - Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

9.1.1 - Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

9.1.2 - Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.1.3 - Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

9.2 - A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

9.2.1 - O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

9.3 - Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.4 - O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

9.5 - O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 9.1.

9.5 - As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

9.6 - O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MEDIO	VALOR GLOBAL
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	SERVIÇOS	850	R\$ 179,00	R\$ 152.150,00
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	SERVIÇOS	1200	R\$ 87,00	R\$ 104.400,00
				VALOR GLOBAL	R\$ 256.550,00

São João do Paraíso - MA, 03 de dezembro de 2025

PELA CONTRATANTE	PELA CONTRATADA
MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA Secretária Municipal de Saúde Portaria nº 005/2025	G. L. DE S. CARVALHO CNPJ nº 34.660.192/0001-84 GIL LAYON DE SENA CARVALHO CPF nº 020.646.683-81
TESTEMUNHAS	

NOME:

NOME:

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 55a54ee3e871881227664da4e68a1e2b

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 25/2025 - PMSJP/MA

FL. (S)
Nº 350

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 25/2025 - PMSJP/MA, CELEBRADO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA MINI POSTO PARAÍSO LTDA.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, com sede na Rua do Comércio, nº 150, bairro Paraíso, São João do Paraíso - MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.597.629/0001-23, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Marisa Elanne Damasceno de França, portadora da Cédula de Identidade nº 2610972, SSP/PI e do CPF nº 600356123-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 25/2025 - PMSJP/MA**, cujo o objeto é a Contratação de empresa especializada no **fornecimento de combustíveis automotivos com finalidade de atender o abastecimento da frota de veículos dos órgãos vinculados ou à disposição da atividade Pública do Município de São João do Paraíso - MA**, originado do Processo Administrativo nº 20/2025 - PMSJP/MA, submetendo-se as partes às disposições constantes na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores e as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de apostilamento tem como objeto a modificação unilateral, por parte da Administração, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, tendo em vista a inclusão da inscrição do CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, que passa a constar também o **CNPJ nº 14.588.101./0001-30**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Inclui-se no Contrato em referência as seguintes dotação orçamentária:

Poder	02 - Executivo
Unidade Orçamentaria	01 - Fundo Municipal de Saúde
Função	10 - Saúde
Subfunção	301 - Atenção Básica
Programa	0210 - Gestão em Saúde Básica
Projeto/Atividade:	2031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de despesa:	3.3.90.30.00 - Material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº **25/2025 - PMSJP/MA**, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

São João do Paraíso/MA, 02 de novembro de 2025.

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ce1253a77f4540ed56cf750278a2889f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2025, ASSINADO EM 03/12/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2025, assinado em 03/12/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2025. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30, CONTRATADO: **G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84**. Valor Global: R\$ 256.550,00 (duzentos e

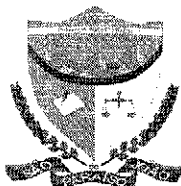
cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 03 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 03 de Dezembro de 2026. **MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**. São João do Paraíso - MA, 03 de Dezembro de 2025.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4848a415c7f0108893a291da0e31aaf9

PORTARIA N. 239/2025

PORTARIA N. 239/2025

Dispõe sobre a **DESIGNAÇÃO** da **FUNÇÃO** da Sra. **KALYNE SOUSA**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 331
RUBRICA



SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Cidade do Bem

CONTRATO Nº 289/2025
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.133/2021



PROCESSO DE ORIGEM

PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2025

Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2025.09.12.0014



OBJETO CONTRATUAL

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA.



VALOR CONTRATUAL

R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais)



VIGÊNCIAS CONTRATUAL

INICIAL: 03 de dezembro de 2025

FINAL: 03 de dezembro de 2026



DADOS DO CONTRATANTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30

AVENIDA MARANHÃO, S/N, CENTRO, SÃO JOÃO DO PARAÍSO, MARANHÃO.

MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA, CPF nº 600.356.123-80



DADOS DO CONTRATADO

G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84

RUA DA IGREJA, Nº 32, CENTRO, CEP: 65.279-000 PRESIDENTE MÉDICI/MA

TELEFONE: (98) 98734-1764 E-MAIL: G. CARVALHO.SOLUCOESPUBLICAS@GMAIL.COM

GIL LAYON DE SENA CARVALHO, CPF Nº 020.646.683-81



FISCAL DO CONTRATO

Dirceu Marinho Aguiar - CPF nº 035.426.243-22

PREÂMBULO

Aos 03 de dezembro de 2025, a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso – MA, através da Unidade Administrativa **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO**

Handwritten signature of Dirceu Marinho Aguiar.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 352
RUBRICA:
J



DE CONTRATO, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, VI)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Exame de Espirometria - Prova de Função Pulmonar	Serviço	850	R\$ 179,00	R\$ 152.150,00
2	Exame de Eletrocardiograma Clínico	Serviço	1200	R\$ 87,00	R\$ 104.400,00
Valor Total					R\$ 256.550,00

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 03/12/2025 e encerramento em 03/12/2026, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, e, em caso de serviços e fornecimentos contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.1 – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

4.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Handwritten signature



CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Handwritten signature



7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São João do Paraíso deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
PODER:	02 – EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	0216 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
FUNÇÃO:	10 – SAÚDE
SUBFUNÇÃO:	301 – ATENÇÃO BÁSICA
PROGRAMA:	0210 – GESTÃO EM SAÚDE BÁSICA
PROJETO/ATIVIDADE:	2031 – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA:	3.3.90.39.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 - Executar o acompanhamento e a gestão do contrato, observando os prazos, condições e especificações estabelecidas no Edital e em seus anexos;

9.2 - Facilitar o acesso dos profissionais designados pela CONTRATADA às dependências das unidades de saúde municipais onde serão realizadas as coletas ou demais etapas necessárias à execução dos exames;

9.3 - Disponibilizar à CONTRATADA as normas, protocolos e regulamentos internos aplicáveis às unidades de saúde e às condições de execução dos serviços laboratoriais;

9.4 - Exercer a fiscalização dos serviços prestados, nos aspectos técnicos, quantitativos, qualitativos e administrativos, registrando as ocorrências em instrumento próprio e comunicando formalmente as inconformidades ou falhas que demandem correção por parte da CONTRATADA;

9.5 - Verificar, dentro dos prazos estabelecidos, a conformidade dos serviços executados com as especificações constantes do Edital, da proposta e deste Termo de Referência, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.6 - Comunicar à CONTRATADA, por escrito, eventuais falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que sejam devidamente corrigidas, sem ônus adicional para a Administração;

9.7 - Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor ou comissão especialmente designada para essa finalidade;

9.8 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados e devidamente atestados, observando os prazos e as condições estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência;

9.9 - Notificar previamente a CONTRATADA quanto à aplicação de eventuais penalidades, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa;

9.10 - Atestar as notas fiscais ou faturas apresentadas pela CONTRATADA, recusando-as quando apresentarem incorreções, e realizar os pagamentos nas condições pactuadas;

9.11 - Emitir, sempre que necessário, as autorizações e ordens de execução de serviços que instruem a realização das coletas e exames, conforme a demanda das unidades de saúde;

9.12 - Rejeitar, total ou parcialmente, os serviços executados em desacordo com as exigências deste Termo de Referência e de seus anexos, determinando a imediata correção das inconformidades;

9.13 - A Administração não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros em decorrência de atos, omissões ou falhas da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 - A CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, assumindo integralmente os riscos e as despesas decorrentes da execução dos serviços, devendo garantir a realização dos exames em conformidade com as especificações técnicas, prazos e locais definidos neste Termo de Referência, acompanhados das respectivas notas fiscais e relatórios de execução;



- 10.2 - Utilizar, na prestação dos serviços, apenas insumos, reagentes, equipamentos e materiais devidamente certificados, com validade vigente e em conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e demais órgãos competentes;
- 10.3 - Apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentos que comprovem a procedência, registro e controle de qualidade dos insumos, reagentes e materiais utilizados nos exames;
- 10.4 - Responsabilizar-se pela guarda, integridade e sigilo das amostras coletadas e dos resultados laboratoriais, garantindo condições adequadas de armazenamento, transporte e confidencialidade das informações dos pacientes;
- 10.5 - Prestar à CONTRATANTE todos os esclarecimentos e informações técnicas solicitadas, referentes à execução dos serviços contratados e à metodologia aplicada nos exames;
- 10.6 - Corrigir imediatamente eventuais falhas, inconformidades ou deficiências apontadas pela fiscalização da CONTRATANTE, sem ônus adicional para a Administração;
- 10.7 - Comunicar previamente, por escrito, ao Fiscal do Contrato, qualquer intercorrência que possa comprometer o cumprimento dos prazos, cronogramas ou qualidade dos serviços prestados;
- 10.8 - Elaborar e apresentar, sempre que solicitado, relatórios técnicos, laudos de controle de qualidade e estatísticas de atendimento referentes à execução contratual, conforme orientações da fiscalização;
- 10.9 - Responder por quaisquer danos, prejuízos ou irregularidades decorrentes da execução dos serviços contratados, inclusive por eventuais falhas técnicas que comprometam os resultados, ressalvados os casos de força maior devidamente comprovados e comunicados à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas do ocorrido;
- 10.10 - Repetir, corrigir ou refazer, às suas expensas e dentro do prazo fixado, quaisquer exames realizados em desacordo com as normas técnicas, com resultados inconsistentes ou defeitos decorrentes de má execução ou uso inadequado de insumos e equipamentos;
- 10.11 - Comunicar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer fato que possa impedir o cumprimento do cronograma de coletas ou de entrega dos resultados, devidamente justificado;
- 10.12 - Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente quanto à regularidade técnica, sanitária e fiscal;
- 10.13 - Prestar à Administração todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e fiscalização da execução contratual, colaborando integralmente para o bom andamento dos serviços.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

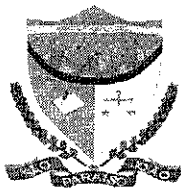
11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP
FL(S)
Nº 356
RUBRICADO

SÃO JOÃO DO
PARAÍSO

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021 a empresa que:

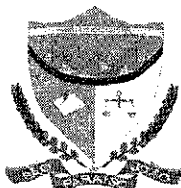
- a. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. Dar causa à inexecução total do contrato;
- d. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 - Conforme os termos da Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999 e na Lei Estadual nº 8.959/2009, todas as sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da Pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação, observados o contraditório e a ampla defesa, conforme preceitua o inciso LV do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil;

12.3 - A empresa que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. Multa compensatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho, no caso de recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, o contrato e/ou receber a nota de empenho no prazo previsto;
- b. Multa moratória de até 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, até o limite de 5 (cinco) dias, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- c. Multa moratória de até 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado na entrega, calculado sobre o valor da parcela não cumprida, por período superior ao previsto na alínea "b", limitado a 05 (cinco) dias subsequentes, após o qual, a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

[Assinatura]



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 357
RUBRICA
J

GOV. DO
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
EXERCÍCIO DO PODER. EXECUTIVO

- d. Multa moratória de até 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor da parcela não cumprida, nas hipóteses não previstas nas alíneas anteriores, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida;
- e. Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto, em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- f. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar;
- g. Em caso de inexecução parcial das obrigações assumidas, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- h. Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA com o consequente descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município pelo prazo de até 05 (cinco anos).

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b. As peculiaridades do caso concreto;
- c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade;

12.6 Atrasos cuja justificativa seja aceita pela Prefeitura Municipal de São João do Paraíso/MA e comunicadas antes dos prazos de entrega consignados no contrato ou documento equivalente, poderão a critério deste ser isenta total ou parcialmente da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em

U. B. França



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PMSJP

FL(S)
Nº 358
RUBRICA:



Município de
SÃO JOÃO DO
PARAÍSO
Cidade fundada em 1964

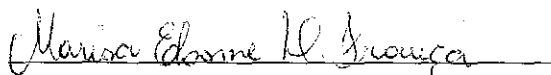
atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Franco - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

São João do Paraíso – MA, 03 de dezembro de 2025.

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE



MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA

Secretária Municipal de Saúde

Portaria nº 005/2025

PELA CONTRATADA

Documento assinado digitalmente

gov.br

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

Data: 03/12/2025 12:45:28-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

G. L. DE S. CARVALHO

CNPJ nº 34.660.192/0001-84

GIL LAYON DE SENA CARVALHO

CPF nº 020.646.683-81

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME:

NOME:

NOME:

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 55a54ee3e871881227664da4e831f2b

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 25/2025 - PMSJP/MA

FL(S)
Nº 368
RUBRICA:
3

TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 01 DO CONTRATO Nº 25/2025 - PMSJP/MA, CELEBRADO ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E A EMPRESA MINI POSTO PARAÍSO LTDA.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua do Comércio, nº 150, bairro Paraíso, São João do Paraíso - MA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.597.629/0001-23, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Marisa Elanne Damasceno de França, portadora da Cédula de Identidade nº 2610972, SSP/PI e do CPF nº 600356123-80, a seguir denominada **CONTRATANTE**, resolve modificar unilateralmente o **Contrato nº 25/2025 - PMSJP/MA**, cujo o objeto é a Contratação de empresa especializada no **fornecimento de combustíveis automotivos com finalidade de atender o abastecimento da frota de veículos dos órgãos vinculados ou à disposição da atividade Pública do Município de São João do Paraíso - MA**, originado do Processo Administrativo nº 20/2025 — PMSJP/MA, submetendo-se as partes às disposições constantes na Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores e as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo de apostilamento tem como objeto a modificação unilateral, por parte da Administração, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, tendo em vista a inclusão da inscrição do CNPJ do Fundo Municipal de Saúde, que passa a constar também o CNPJ nº 14.588.101./0001-30.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. Inclui-se no Contrato em referência as seguintes dotação orçamentária:

Poder	02 - Executivo
Unidade Orçamentaria	01 - Fundo Municipal de Saúde
Função	10 - Saúde
Subfunção	301 - Atenção Básica
Programa	0210 - Gestão em Saúde Básica
Projeto/Atividade:	2031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Elemento de despesa:	3.3.90.30.00 - Material de consumo

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas do Contrato nº 25/2025 - PMSJP/MA, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este instrumento.

São João do Paraíso/MA, 02 de novembro de 2025.

CONTRATANTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Marisa Elanne Damasceno de França

Secretária Municipal de Saúde

Prefeitura Municipal de São João do Paraíso - MA

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: ce1253a77f4540ed56cf750278a2889f

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2025, ASSINADO EM 03/12/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2025, assinado em 03/12/2025. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA TENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2025. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.588.101/0001-30, CONTRATADO: G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84. Valor Global: R\$ 256.550,00 (duzentos e

cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 03 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 03 de Dezembro de 2026. MARISA ELANNE DAMASCENO DE FRANÇA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE. São João do Paraíso - MA, 03 de Dezembro de 2025.

Publicado por: ILTON RODRIGUES DE SOUSA
Código identificador: 4848a415c7f0108893a291da0e31aaf9

PORTARIA N. 239/2025

PORTARIA N. 239/2025

Dispõe sobre a DESIGNAÇÃO da FUNÇÃO da Sra. KALYNE SOUSA



PREFEITURA MUNICIPAL DE RAPOSA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1/2024-SEPECIN

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2024-SEPECIN. Processo Administrativo nº 091/2024. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RAPOSA/MA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO-SECAP, inscrita no CNPJ nº 01.612.325/0001-08, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Secretário Municipal, o senhor, GISEL GOMES BRAZ e da Secretaria Municipal de Infraestrutura-SEMINFRA, doravante denominada INTERVENIENTE neste ato representado por seu Secretário Municipal o Senhor, CLEITON DE JESUS PEREIRA SILVA e a empresa TITAN CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA, CNPJ nº 31.769.183/0001-38, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado por seu representante legal, o senhor LUIZ REGINO ARAUJO DOS SANTOS. DO PRAZO DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO: O prazo de vigência do Contrato nº 001/2024 - SEPECIN será prorrogado por 12 (doze) meses e sua execução por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados a partir do término de sua vigência, à saber: 04/12/2025. FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo encontra amparo legal na Cláusula Oitava e Clausula Vinte e Três Contrato nº 001/2024 - SEPECIN e da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie. DATA DA ASSINATURA: 04.12.2025. SIGNATÁRIOS: Gesiel Gomes Braz- Secretário Municipal de Administração e Planejamento, Cleiton de Jesus Pereira Silva - Secretário Municipal de Infraestrutura e a empresa TITAN CONSTRUÇÕES TÉCNICAS LTDA, representante legal, Luiz Regino Araujo dos Santos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19258/2025. INEXIGIBILIDADE Nº 27/2025. EXTRATO DO CONTRATO Nº 270/2025. CONTRATANTE: O Município de Santa Inês-MA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 12.684.909/0001-95, com sede na Tv. D. Pedro II, S/N, Centro, Santa Inês - MA, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde a Sra. ANA VALÉRIA SANTOS ARAÚJO inscrita no CPF nº 041.XXX.053-XX. CONTRATADO: PSP HUB - ESTUDOS EM INFRAESTRUTURA E URBANISMO, pessoa jurídica de direito privado, com natureza de associação privada, inscrita no CNPJ nº 48.816.886/0001-72, com sede na Av. Paulista, nº 1471, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Presidente, Sr. FREDERICO ARAÚJO TUROLLA, portador do CPF/MF nº 906.XXX.786-XX. OBJETO: Contratação de serviços técnicos especializados de DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL Para Apoio na Estruturação do Projeto de Parceria Público-Privada, envolvendo a elaboração de planos, levantamentos e estudos de viabilidade de engenharia, operacional, ambiental, econômico-financeira e jurídica para o projeto, visando a construção, modernização e adequação das unidades prediais às normas vigentes das instalações hospitalares do HOSPITAL MUNICIPAL TOMÁS MARTINS do Município de Santa Inês-MA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021. VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021. VALOR: O valor global dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA no objeto do presente contrato é de R\$ 3.725.146,00 (três milhões setecentos e vinte e cinco mil cento e quarenta e seis reais), dos quais R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) serão pagos pela CONTRATANTE, mediante dotação orçamentária neste valor e, R\$ 3.125.146,00 (três milhões cento e vinte cinco mil cento e quarenta e seis reais) serão pagos, mediante ressarcimento. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Poder: 02 - Poder Executivo. Unidade Orçamentária: 10 - Fundo Municipal de Saúde. Função: 10 - Saúde. Subfunção: 301 - Atenção Básica. Programa: 0023 - Mais Saúde com Dignidade Para Todos. Projeto/Atividade: 2101 - Manutenção da Atenção Básica em Saúde - PAB. Elemento de despesa: 3.3.90.39 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica. Fonte: 1.500.00.001.005 Impostos Saúde. Santa Inês-MA, 24 de novembro de 2025. ANA VALÉRIA SANTOS ARAÚJO - Secretária Municipal de Saúde. FREDERICO ARAÚJO TUROLLA Representante legal da PSP HUB - ESTUDOS EM INFRAESTRUTURA E URBANISMO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2025

[PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1/2025]

A Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, CNPJ: 06.191.001/0001-47, através da Comissão de Seleção e Credenciamento, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Credenciamento Público de Organizações da Sociedade Civil - OSC, nos termos do inciso I do art. 2º da Lei Federal nº 13.019/2014, com a finalidade de formar cadastro de entidades aptas à celebração de futuras parcerias com a Administração Pública Municipal de Santa Luzia/MA. Essas parcerias serão realizadas por meio de termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de cooperação, conforme a natureza e o interesse público de cada projeto ou atividade, com foco em regularização fundiária urbana. Modalidade: Credenciamento Público. Fundamento Legal: O procedimento é regido pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC), e pelo Decreto Municipal nº 079, de 26 de setembro de 2025, que regulamenta a aplicação dessa Lei no âmbito do Município de Santa Luzia/MA. O credenciamento é não competitivo e tem caráter permanente. Período de Recebimento dos Documentos: Início: 05 de dezembro de 2025, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00 (horário local), em dias úteis. Término: O prazo para apresentação da documentação permanecerá aberto até o dia 05 de janeiro de 2026, admitindo-se o protocolo de pedidos de credenciamento a qualquer tempo durante sua vigência. Data de Abertura e Início da Análise dos Envelopes: 06 de janeiro de 2026, às 10:00h (horário de Brasília).

Endereço para Recebimento dos Documentos: Sala da Comissão de Seleção e Credenciamento, localizada à Avenida Nagib Haickel, s/n, Bairro Centro, Praça dos Três Poderes, Santa Luzia, CEP: 65.390-000, Maranhão. Local para Consulta do Edital Completo: O edital completo e seus anexos estão disponíveis para consulta e download no Portal Oficial da Prefeitura Municipal de Santa Luzia/MA, através do endereço eletrônico: santaluzia.ma.gov.br

Santa Luzia/MA, 1º de dezembro de 2025.

DARLENE DE LIRA ARAÚJO
Secretaria Municipal de Habitação

OSVALDO DA CONCEIÇÃO

Secretaria Municipal de Regularização Fundiária Urbana

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DO MARANHÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 5/2025

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência nº 005/2025, Processo Administrativo nº 3302062/2025, após análise, conferência e deliberação, resolve ADJUDICAR o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos. Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de obras e engenharia para a conclusão da construção da creche vinculada ao Projeto Pró-Infância Tipo 2, conforme padrão estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor total adjudicado R\$ 2.357.246,64 (dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

Santo Amaro do Maranhão/MA, 28 de novembro de 2025.
VILMARA DE CASTRO COSTA
Agente de Contratação

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente constante no preâmbulo do Edital de Concorrência nº 005/2025, Processo Administrativo nº 3302062/2025, após análise, conferência e deliberação, resolve homologar o procedimento em epígrafe, nos seguintes termos. Objeto: contratação de empresa especializada em serviços de obras e engenharia para a conclusão da construção da creche vinculada ao Projeto Pró-Infância Tipo 2, conforme padrão estabelecido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Valor total homologado R\$ 2.357.246,64 (dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº C/010312005/2025. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 005/2025. PARTES: Município de Santo Amaro do Maranhão/MA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, e a empresa Realiza Construções e Serviços Ltda. OBJETO: contratação de empresa especializada em serviços de obras e engenharia para conclusão da construção de uma creche (Projeto Pró-Infância Tipo 2) padrão FNDE no Município de Santo Amaro do Maranhão/MA, de interesse da Secretaria Municipal de Educação. BASE LEGAL: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável. VALOR: R\$ 2.357.246,64 (dois milhões trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do Termo de Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02 PODER EXECUTIVO 02 11 FUNDEB 02 11 00 FUNDEB 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0010 INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL 12 361 0010 1144 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE U. ESCOLARES E, FUNDAMENTAL 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.541.00 200 000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF; 02 PODER EXECUTIVO 02 11 FUNDEB 02 11 00 FUNDEB 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0010 INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL 12 361 0010 1144 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE U. ESCOLARES E, FUNDAMENTAL 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.541.00 200 000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF; 02 PODER EXECUTIVO 02 11 FUNDEB 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0010 INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL 12 361 0010 1144 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE U. ESCOLARES E, FUNDAMENTAL 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.541.00 200 000 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF; 02 PODER EXECUTIVO 02 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 02 05 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0010 INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL 12 361 0010 1144 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE U. ESCOLARES/QUADRAS ESPORTIVAS - E, FUNDAMENTAL 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.570.00 220 000 Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação; 02 PODER EXECUTIVO 02 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 02 05 00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12 Educação 12 361 Ensino Fundamental 12 361 0010 INCENTIVO A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL 12 361 0010 1144 0000 CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO DE U. ESCOLARES/QUADRAS ESPORTIVAS - E, FUNDAMENTAL 4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES 1.500.00 220 000 Recursos não Vinculados de Imposto. SIGNATÁRIOS: Glacimar Abraão Facundes Secretária Municipal de Educação pelo contratante e o Sr. Maria Vandelise Silva Lima empresária, pela contratada. DATA DA ASSINATURA: 03 de dezembro de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO

RETIFICAÇÃO

No Aviso de Licitação da Concorrência Eletrônica Nº 14/2025 e no Extrato do Contrato Nº 153/2025, publicado no DOU nº 230, em 03/12/2025, Seção 3, página 243, onde se lê na origem: "Prefeitura Municipal de Miranda do Norte-MA, leia-se: Prefeitura Municipal de São Bento-MA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 127/2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO/MA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/SEMED.

OBJETO: 2º Segundo Termo Aditivo do contrato referente à: Contratação de empresa especializada para a execução de Obra de Construção de Escola de 13 (treze) salas, na cidade de São Domingos do Maranhão - MA, conforme Termo de Compromisso nº 202143110-1 FNDE e conforme Projeto Básico e demais anexos deste Edital. CONTRATADA: RR CONSULTORIA E CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP inscrita no CNPJ nº 28.214.639/0001-99, com sede Rua Um, setor MA 202, Estrada da Maioba, Bairro Santa Edwigem, Paço do Lumiar - MA, CEP: 65130-000 cidade de São Luís - MA, daqui por diante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sra. Andrea Borges da Silva, portador do CPF nº xxx.183.xxx-43 e RG nº xxxxx4585xxx-6, AMPARO LEGAL: 14.133/2021, PRAZO DE PRORROGAÇÃO :12 (doze) meses

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 289/2025

A Prefeitura Municipal de São João do Paraíso. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ nº 14.588.101/0001-30, e A EMPRESA: G. L. DE S. CARVALHO, CNPJ nº 34.660.192/0001-84. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ESPIROMETRIA E ELETROCARDIOGRAMA CLÍNICO, INCLUINDO TODOS OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO CORRETA, EMISSÃO DE LAUDOS TÉCNICOS E ACOMPANHAMENTO CONFORME PROTOCOLOS MÉDICOS, PARA LIDERAR AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO/MA. Processo Administrativo nº 2025.09.12.0014. Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº 16/2025. Valor Global: R\$ 256.550,00 (duzentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e cinquenta reais). Vigência Inicial: 03 de Dezembro de 2025. Vigência Final: 03 de Dezembro de 2026.

